



CDU apresenta-se em Festa!

- Em Lisboa, foi no Castelo de S. Jorge, e com a intervenção de Álvaro Cunhal
- Apresentação de listas completas em vários distritos

Págs. 3, 4 e 5

Álvaro Cunhal visita Extremo-Oriente

Uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, parte no próximo dia 1 de Julho para uma viagem ao Extremo-Oriente, que incluirá visitas à República Popular da China, República Popular Democrática da Coreia, Japão e Índia.

Estas visitas, que se realizam no quadro das relações de amizade existentes entre o PCP e os Partidos Comunistas dos países visitados, visam um melhor conhecimento das realidades e experiências, o intercâmbio de informações e pontos de vista, o fortalecimento da cooperação entre forças progressistas, a contribuição para o desenvolvimento das relações de Portugal e do povo português com os países e povos respectivos.

A viagem inicia-se na RP China a convite do Partido Comunista da China, integrando a delegação do PCP, para além de Álvaro Cunhal, Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Albano Nunes, membro do Secretariado.

A partida da delegação está prevista para o dia 1 de Julho, no voo AF 541, pelas 10.35 horas.

Novos apoios à CDU

Numerosas personalidades, sem filiação partidária, da criação e actividade artísticas, do desporto, de profissões liberais, da vida social e cívica das diversas regiões continuam a manifestar o seu apoio à CDU nas próximas eleições legislativas. Entre elas, destacamos:

José Álvaro de Moraes, cineasta, Lisboa; Ana Maria Botelho, artista plástica, Setúbal; Albertina Dias, atleta, Porto; Correia da Fonseca, crítico de Televisão, Lisboa; António Guarda Ribeiro, advogado, Marinha Grande; José de Lemos, técnico de contas, Covilhã; Vasco Pimentel, técnico de som, Lisboa; Bernardino Pereira, treinador de atletismo, Porto; Gonsalves Preto, autor, Lisboa; Daciano Costa, arquitecto, Lisboa; Delmary Neves, musicóloga, Espinho; Júlia Correia, actriz, Porto; Eulália Romão, halterofilista, Almada; Magda Cardoso, actriz, Lisboa; Silva Dias, arquitecto, Lisboa; Ágelo de Sousa, artista plástico, Porto; João Sousa Araújo, músico, Mirandela; Dionísio Simões Mendes, professor, Santarém; Alberto Gavinho, agricultor, Fundão; José Carlos Nogueira, professor, Leiria; Aristides Teixeira, actor, Lisboa; Linda Silva, actriz, Lisboa; Manuel Monteiro Alves, empreiteiro, Sta. Marta de Penaguião; José António Martins Leitão, advogado, Santarém; Quintino Simões Teles, Contra-Almirante na reserva, Ílhavo.



O protesto contra a RTP cavaquista Págs. 8 e 16

Porto S. João e Ponte

Págs. Centrais

Um longo e merecido repouso

— artigo de José Casanova

Pag. 17

Óscar Lopes e J. Manuel Mendes — crítica à política cultural do Governo

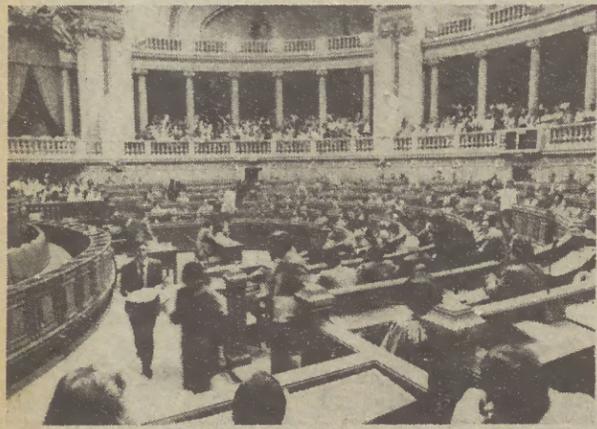
Págs. 18 e 19

festa da alegria

BRAGA
5, 6 e 7 JULHO/91
PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES
SÉRGIO GODINHO DELFINS
VAI DE RODA

Domingo, 7 de Julho
COMÍCIO COM CARLOS CARVALHAS

Inaugurações



Terminaram os trabalhos da V Legislatura

19 Quarta-feira

O PCP afirma em conferência de imprensa que a «primeira prioridade» na área da Defesa Nacional reside num processo de revisão do respectivo conceito estratégico ■ Estudo revela que a taxa de natalidade portuguesa é das mais baixas do mundo ■ Greve dos médicos regista uma adesão a nível nacional superior a 60 por cento ■ Sindicato dos Músicos divulga abaixo-assinado onde chama a atenção do Governo para a «precipitação e levandade» com que se está a «impôr alterações no modelo de funcionamento do Teatro de S. Carlos» ■ Albânia é admitida como membro da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) ■ Os EUA consideram «não ser apropriado» comentar as recentes condenações à morte pronunciadas pela justiça koweitiana.

20 Quinta-feira

PSD e CDS recusam amnistia para o caso FUP/FP-25 no decorrer da última sessão plenária da V Legislatura ■ Cavaco Silva aceita pedido de demissão do secretário de Estado da Saúde Albino Aroso ■ Chega a Lisboa, em visita oficial, a Presidente da Irlanda, Mary Robinson ■ Centenas de agricultores, respondendo ao apelo da CNA, manifestam-se no Porto em protesto contra a importação de produtos agrícolas ■ Para boicotar feira de máquinas agrícolas, produtores de leite cortam estrada em Cacia ■ A primeira-ministra francesa, Edith Cresson, afirma estar chocada com discurso de Jacques Chirac, produzido na véspera, sobre a imigração em França ■ Após cinco anos de exílio, Babrak Karmal regressa ao Afeganistão ■ O Tribunal marcial do Kuwait condena à morte mais oito pessoas ■ O Partido do Congresso elege por unanimidade Narashima Rao para chefiar o Executivo indiano.

21 Sexta-feira

O ministro da Agricultura afirma que só receberá a CNA quando esta tiver um estatuto de parceiro social de nível comunitário ■ O Presidente da República considera não ter poderes para indultar FUP/FP-25 ■ Governo afirma não aceitar atrasos na entrega de planos directores municipais ■ CDU divulga lista pelo círculo de Lisboa no decorrer de uma festa no Castelo de S. Jorge ■ A DIETA (Câmara baixa do Parlamento Polaco) rejeita por maioria de dois terços as novas propostas de emenda à lei eleitoral, o que é considerado como uma pesada derrota para Walesa ■ Atentado em Colombo, capital do Sri Lanka, provoca mais de 50 mortes.

22 Sábado

Carlos Carvalhas, no encerramento de um encontro de juventude CDU, critica o PS por «vacilar e cortejar a direita» ■ Produtores de vinhos verdes contestam o aumento de 300

por cento da taxa para a produção ■ Secretário de Estado-adjunto do ministro da Justiça afirma na Lousã que muitos fogos florestais têm origem criminosa ■ Tirana, capital da Albânia, recebe calorosamente o secretário de Estado norte-americano, James Baker ■ EUA fazem malograr reunião do acordo da Antártida, a decorrer em Madrid, ao exigirem mais tempo para examinar o texto de base ■ Anunciada em Maputo a detenção de militares por implicação numa tentativa de golpe de Estado.

23 Domingo

Jorge Sampaio defende, no decorrer de uma visita ao distrito de Braga, plano de reconversão industrial para o Vale do Ave ■ A Madragoa assinala com uma festa na rua a vitória do seu bairro no concurso das Marchas Populares de Lisboa ■ Director da PJ de Coimbra afirma que Portugal é «porta» de entrada de droga na Europa ■ UNITA realiza em Luanda o seu primeiro comício ■ Novo escândalo relacionado com o financiamento das suas campanhas eleitorais abala o PSOE ■ Atentado em Madrid, visando uma esquadra da Polícia, provoca nove feridos.

24 Segunda-feira

Marcada por forte polémica, é inaugurada nova ponte sobre o Douro; às ausências anunciadas do Presidente da República, do Presidente da Câmara Municipal do Porto e do projectista Edgar Cardoso, juntou-se a ausência imprevista de Cavaco Silva ■ Portugueses descem à rua para comemorar o S. João ■ O presidente da Guiné Bissau, Nino Vieira, de passagem por Lisboa, avista-se com Cavaco Silva ■ Ministros dos Doze chegam acordo sobre fiscalidade indirecta após 1993 ■ CEE reinicia diálogo com a EFTA ■ Pelas suas ameaças de dissolver o Parlamento, oposição compara Lech Walesa ao ditador italiano Mussolini.

25 Terça-feira

Em debate na televisão, o deputado socialista António Guterres acusa o Governo de ter acordado o pagamento de avultadas verbas suplementares para a conclusão, em vésperas de eleições, da auto-estrada de Cascais ■ O PCP anuncia que o seu grupo parlamentar vai pedir a presença do ministro das Finanças na próxima reunião da Comissão Permanente da AR para dar explicações sobre o processo de privatizações de empresas públicas, em que considera existirem «casos graves de falta de transparência» ■ Agentes da PSP manifestam-se em Lisboa por melhores condições de trabalho e direito à organização sindical ■ A Croácia e a Eslovénia proclamam a sua independência da Jugoslávia; até ao momento, nenhum país reconheceu as duas «repúblicas» e a comunidade internacional em geral desaprova a «secessão».

O primeiro-ministro não entendeu necessário receber nenhuma delegação dos milhares de manifestantes que na passada quinta-feira responderam ao apelo de um grupo de intelectuais que deu expressão ao protesto generalizado contra a instrumentalização da RTP pelo governo.

A resposta aos protestos dera a Cavaco Silva de forma claríssima: pela tão prestável mão quanto servicial questionário de Joaquim Letria, ocupou mais uma fatia de tempo de antena que a si próprio se atribuiu. Que as declarações da sessão tenham desde já lugar destacado no vasto escaparate do desconchavo laranja não altera a gravidade do problema.

Cada vez mais Portugal tende a transformar-se em dois países que, por obra e graça da Comunicação Social, parecem partilhar exclusivamente o espaço geográfico: um é aquele que a RTP e - acrescente-se com pena - alguma imprensa noticia; o outro é aquele que de facto existe, que inclui o primeiro - mas nele não se esgota.

Quem tiver da realidade nacional a exclusiva visão que a informação lhe proporciona convencer-se-á seguramente de que o País vive exclusivamente em torno de três eixos: um número reduzido de ministros PSD faz a paz em África; um outro número, maior, de ministros inaugura denodadamente de Norte a Sul; o resto do País, com destaque para o Partido Socialista, degladiar-se em lutas fratricidas por via da composição das listas de candidatos às próximas eleições.

Esta versão da realidade não é apenas importante pelo que oculta, é igualmente relevante pelo que falseia.

Segundo a imagem dada, se Carlos Carvalhas ou Jorge Sampaio participam numa visita ou num comício nas Beiras ou nos Algarves estão exclusivamente tratando da campanha eleitoral dos seus partidos, coisa de que a TV fala e a imprensa comenta com ar vagamente displicente e sobranceiro, como se de práticas menores e menos desculpáveis se tratassem.

Em compensação, se vinte ministros e duzentos secretários de Estado se espalham pelo País distribuindo cheques, prometendo mundos e fundos, inaugurando o que já existia ou o que ainda não existe, estamos, sem lugar a dúvida, em pleno desempenho governativo, no exercício natural da actividade do executivo.

Claro que há tropeços. Digamos mesmo, há descarrilamentos. Verifica-se até que a famosa nova ponte fer-

roviária do Porto passará à História como um edifício nacional que arvora uma lápida que a ela falta: com a Ponte de S. João o inauguracionismo laranja criou uma prática destinada seguramente a proporcionar-lhe maior actividade no ramo: o primeiro-ministro não vai - basta que se descerre uma placa a dizer que foi.

Isto é, para a televisão, a oposição trata das eleições e o PSD ocupa-se da Pátria. Que o País jamais tenha assistido (e seria bom que se reflectisse sobre a inquestionável verdade de que, de facto, jamais assistiu) a semelhante disputório eleitoralista, a este enorme escândalo de um Governo e um Estado transformados em gabinete eleitoral de um partido não merece a mais ténue crítica, o mais leve reparo. Longe disso, no tratamento que se reclama de isenção, a informação televisiva situa-se candidamente no papel que lhe é atribuído pelas estratégias eleitorais do PSD.

Sucedede, entretanto, que há outro país. Um país que quotidianamente desmente a gritaria sobre a estabilidade que parecia até há pouco que viria a constituir o epicentro da propaganda eleitoral laranja. Um maior recato nessa fábula parece ter sido aconselhado aos tenores governamentais - e compreende-se.

Os trabalhadores dos transportes colectivos de Lisboa fizeram ontem greve. A paralisação na Carris foi quase total. A semana passada, a jornada de luta dos trabalhadores da Função Pública registou índices de adesão que falam por si. Os agentes da PSP prosseguem uma luta determinada e corajosa pelo reconhecimento dos seus direitos e por melhores condições de trabalho. No Porto tem lugar uma grande concentração e manifestação de agricultores contra a política do Governo.

O desmantelamento das empresas públicas, para além das sucessivas denúncias de irregularidades de toda a ordem, traduzem-se num clima de declarado ataque à estabilidade de emprego no sector, de perseguições e de intimidações, de «reestruturações» que mais não fazem do que engrossar o exército de desempregados, de trabalhadores forçados ao trabalho precário, de reformas antecipadas.

A Interjovem denunciou recentemente que a apregoada «política de juventude» do governo Cavaco Silva se traduz em números verdadeiramente aterradores: o desemprego juvenil atinge 11,6 por cento dos rapazes e 15,5 por cento das raparigas integradas na população activa; calcula-se em cerca de 150 mil o total de jovens desempregados, dos quais apenas 5,5 por cento recebem subsídio de desemprego. Em cada mil desempregados 586 são jovens e, em cada 10 jovens que arranjam emprego, apenas três obtêm contratos permanentes: os outros estão condenados à incerteza do prazo.

Uma situação de particular gravidade e que constitui um dos mais gigantescos desmentidos das benesses e estabilidades da governação do Governo PSD encontra-se na devastadora crise do sector têxtil. Nos últimos seis meses pararam 11 empresas com um total de quase 3000 trabalhadores, outras cinco com outros tantos operários estão em riscos de encerrar e nove empresas com quase 5 mil operários têm processos judiciais de falência. No conjunto do sector têxtil existem cerca de 12 mil trabalhadores com salários em atraso, a esmagadora maioria com escassas condições de vir a recuperar os seus créditos.

Como o PCP previra e prevenira, assiste-se às dramáticas consequências de uma política de integração no Mercado Comum conduzida não apenas com total desrespeito pelos interesses nacionais e absoluta subserviência ao capital estrangeiro, como também com criminosa negligência e incompetência.

Negligência e incompetência que se fazem igualmente sentir no campo da agricultura onde é cada vez maior o número de produtores nacionais conduzidos a situações de crise pela concorrência da produção europeia que invade o País, deixando a produção nacional a apodrecer sem escoamento.

Do vinho à fruta, da carne aos lacticínios, a agricultura nacional tem hoje uma visão bem diferente da política do Governo da que tinha há pouco tempo.

Mas é acima de tudo a parte da realidade que demonstra que a mudança é possível que a comunicação social instrumentalizada pelo Governo afanosamente oculta.

Que a justeza da luta dos compartimentos dos baldios tenha recebido consagração por acórdão do Tribunal Constitucional não mereceu qualquer relevo. Que numerosas lutas de trabalhadores imponham vitórias importantes é esquecido.

E, acima de tudo, ilude-se a poderosa realidade que é a actividade do PCP e a preparação da CDU para as próximas eleições. À serenidade construtiva com que, distrito após distrito, se vão divulgando as listas, obtidas por largos consensos nascidos de uma prática democrática quotidiana, às significativas e sucessivas adesões e apoios de independentes que alargam um leque unitário que é indesmentivelmente o mais amplo até hoje construído em Portugal em eleições parlamentares, a RTP contrapõe - silêncio... e inaugurações.

Há um telejornal que fala do que se inaugura - antes das eleições; mas há a outra parte do País que trabalha para inaugurar - depois das eleições. Os que trabalham para um novo governo e uma nova política. E a obra cresce.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01)670193/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27

Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Envia para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Apresentando candidatos por Lisboa

No Castelo, ao pôr do sol nasce a Festa CDU

Quando os oradores subiram ao palco já a festa ia alta - começara ao pôr-do-sol e avançara pela noite e a sardinhada adentro nas muralhas do Castelo de S. Jorge, onde se marcara para sexta-feira passada a festa popular de apresentação dos candidatos da CDU pelo círculo de Lisboa.

O local foi bem escolhido (indiscutivelmente, o miradouro do castelo é dos mais agradáveis recintos públicos da cidade) e a festa da CDU caiu em cheio numa noite povoada de ecos dos santos populares, com a colina fervilhando de animação turístico-popular. Houve mesmo turistas que deambularam pela festa da Coligação, olho arregalado e pezinho à vista na música da «Ronda dos Quatro Caminhos» (que, aliás, puseram toda a gente a dançar), visivelmente encantados pela animação político-popular que, talvez com surpresa, descobriram na rotina «tipical» duma noite em terra estranha. Mas quem estava ali com familiaridade bastante para fruir o espaço e o tempo com a largueza de quem está em casa foi a multidão de apoiantes e simpatizantes da CDU que, aos últimos raios de sol, já protagonizavam os primeiros gestos da festa que os motivara.

Gestos, é como quem diz, porque plantar sardinhas ainda quentes do braseiro em fatias de pão logo tão remolhadas que o tinto se impunha em pura decorrência - não sei se estão a apanhar, mas é pernóstico.

Para não perdermos tempo, que a todos é precioso, e espaço, que aqui jamais abunda, basta dizer que a festa popular de apresentação de candidatos da CDU por Lisboa no castelo de S. Jorge foi tudo o que se conhece sobre a matéria, mais o pormenor de haver sido... ao vivo. O facto de ter concretizado uma iniciativa política de envergadura, mobilizando uma inter-

venção cívica deliberada à volta ou a propósito de um convívio estival, é coisa assinalável em qualquer quadrante político nacional mas desculpe-se a franqueza - nada surpreendente em iniciativas da CDU. Isto cá por casa, porque ao grupo de cinco jovens holandeses, comunicando por um saudável inglês macarrónico após os surpreendermos de pezinho a puxar à dança, só a presença «claramente vista» (e pessoalmente identificada) de Álvaro Cunhal convenceu que aquela numerosa alegria, tão escarrapachada num local privilegiado de Lisboa, era obra de comunistas e aliados. «Portuguese, of course!», cumprimentaram para nós. «No doubt!», mereceram eles.



A «Ronda dos Quatro Caminhos» pôs toda a gente a dançar

Um pouco do que se disse

No breve comício que apresentou os candidatos CDU por Lisboa usaram da palavra diversos oradores, mas foi a juventude que abriu as intervenções através de Amélia Pardal, da JCP, zurrindo a política governamental em relação aos jovens e apelando à mobilização de esforços para se alcançar uma alternativa democrática. Seguiu-se a independente Inês Fontinha que, assumindo-se como cristã, afirmou ser a CDU «a força política que tem demonstrado estar presente, em cada momento, para trazer a esperança e incutir a fé no futuro dos portugueses», pelo que «votar CDU é a melhor forma que encontro de ser solidária com os que sofrem para lhes trazer a esperança».

O major Mário Tomé, secretário-geral da UDP, após saudar o reforço da CDU com o acordo eleitoral com o seu partido, atacou veemen-

temente a actuação do executivo PSD/Cavaco Silva, acusando: «Estamos perante um Governo e uma maioria a um tempo impotentes e prepotentes: impotentes para responder ao pulsar profundo da nossa vida social e cultural, para resolver os graves problemas estruturais da sociedade portuguesa, prepotentes porque tudo controlam e governamentalizam».

O escritor José Saramago, o orador seguinte, construiu o seu discurso na resposta à pergunta sobre se alguém gostaria de ser feito à imagem e semelhança do Primeiro-Ministro, projecto que parece estar na cabeça de Cavaco Silva, enquanto Blasco Hugo Fernandes, falando pela Intervenção Democrática, considerou que «a CDU representa um projecto de intervenção eleitoral unitário de três formações políticas e de grande número de democratas independentes» que,

«pela diversidade da sua composição política, evidencia uma boa capacidade de congregare de obter o voto de muitos e muitos portugueses identificados com esta necessidade de encontrar soluções urgentes para os interesses e problemas vitais das populações e de dar o desejado novo rumo à orientação global do País».

Luís Cardoso, de «Os Verdes», recordou ser a CDU «a única força concorrente às eleições com uma componente ecologista», indo Os Verdes «eleger dois deputados à próxima Assembleia da República, mantendo-se assim a presença e participação dos ecologistas neste órgão de soberania» e «propondo a todos os portugueses uma política para o Ambiente séria, realista, sem demagogia e que seja um elemento de base para a política global».

Finalmente (e antes de Álvaro Cunhal, Secretário-

geral do PCP, que encerrou o comício com uma intervenção que transcrevemos ao lado), falou Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do Partido e cabeça de lista da CDU por Lisboa, que apresentou o projecto da Coligação Democrática Unitária para as próximas eleições, denunciou a política desas-

trosa do Governo e apontou a indispensabilidade de uma convergência democrática com o PS para se criar uma verdadeira alternativa ao executivo do PSD/Cavaco Silva.



Foi uma festa que mobilizou uma intervenção política deliberada à volta de um convívio estival



A sardinhada foi um elemento indispensável da festa. Na foto, Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas em flagrante consumo do petisco



A CDU e os santos populares

Apresentando candidatos por Lisboa

Intervenção de Álvaro Cunhal

A lista da CDU para o distrito de Lisboa que acaba de ser divulgada e as intervenções que acabam de ser feitas falam por si.

A CDU apresenta-se ao povo português como um projecto unitário, no qual forças políticas diversas, com identidade própria - homens, mulheres e jovens com opções políticas diferenciadas - nos unimos na batalha das eleições legislativas de 1991 tendo como objectivos fundamentais derrotar e afastar do poder o Governo de direita, alcançar uma maioria democrática, e conduzir à formação de um Governo capaz de resolver os graves problemas nacionais e de responder aos desafios deste findar do século XX.

Na CDU cada qual tem a sua voz própria, mas todos temos uma voz comum na qual a compreensão, a verdade, a lealdade e a fraternidade são valores morais complementares dos valores políticos.

Em nome do PCP, desejo aqui saudar o Partido Ecologista «Os Verdes», a ID, a UDP e os numerosos e destacados democratas independentes, que aqui no distrito de Lisboa, assim como em todo o país, participam nas listas CDU ou que à CDU dão o seu apoio.

O PCP está inteiramente empenhado nesta grande batalha e o facto de ser cabeça de lista por Lisboa o camarada Carlos Carvalhas, Secretário-geral adjunto do Partido, é claro testemunho desse empenhamento.

A CDU é um projecto unitário aberto e em expansão. Cada dia se juntam a nós novas vontades engrossando o caudal da nossa confiança. Mas a CDU mesmo alargada, não se encerra em si própria. Ao mesmo tempo que tem plena noção do papel decisivo que é chamada a representar na actual situação portuguesa e nas eleições de 6 de Outubro, a CDU está aberta ao diálogo, à convergência e ao entendimento com todas as outras forças democráticas - diálogo, convergência e entendimento que inserimos entre os passos necessários para derrotar a direita e formar finalmente um Governo democrático.

A política que propomos corresponde aos interesses reais, objectivamente considerados, de Portugal e da democracia portuguesa, às aspirações mais profundas e sentidas do povo português.

Queremos um regime de liberdade, em que as liberdades e direitos dos cidadãos se garantam e aprofundem e não como tem sucedido que sejam reduzidos, espartilhados ou liquidados por normas reguladoras e medidas arbitrárias.

Queremos um Estado democrático e de direito, no qual os órgãos de soberania sejam os primeiros a respeitar a legalidade e em que se reforcem os elementos da democracia participativa e não como tem sucedido um Governo autoritário com pretensões ao poder absoluto que governamentaliza as instituições, fere o poder local democrático e desrespeita ostensivamente a Constituição e a legalidade.

Queremos o desenvolvimento económico do país de que é inseparável a vertente social, e não como tem sucedido que, apesar de uma conjuntura económica internacional favorável a Portugal e apesar de muitas centenas de milhões de contos vindos da CEE, a política económica anda à deriva, as desigualdades e assimetrias se acentuam, os sectores, empresas e alavancas fundamentais da economia portuguesa passam para as mãos e o comando de interesses estrangeiros.



Pormenor do comício, durante a intervenção de Álvaro Cunhal

Queremos o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo português em geral e a solução efectiva dos gravíssimos problemas da saúde, da habitação e do ensino, a correcção das discriminações em relação às mulheres, a efectiva garantia do futuro à juventude, pensões dignas para os reformados, idosos e deficientes, e não como tem sucedido nos últimos anos em que se aprofundam as desigualdades sociais, se agravam as injustiças e discriminações, alastram as manchas de pobreza a par da criação de grandes pólos de riqueza por uma gigantista vaga de especulação, de fraudes, de negócios ilícitos, de corrupção ao mais alto nível, de protecção e favores às clientelas PSD.

Queremos um Portugal independente e soberano, afirmando e defendendo os seus interesses e direitos na CEE de que faz parte, reduzindo progressivamente as suas obrigações militares relativamente à NATO e resistindo com brio à submissão e à imposição a Portugal por entidades supranacionais de orientações e medidas que contrariam os interesses portugueses.

Queremos uma estabilidade governativa que pelo seu programa e suas realizações assegure a estabilidade da organização económica do país, a estabilidade social e a estabilidade política e não como tem sucedido nos últimos anos, que a tão gabada estabilidade governativa do PSD, significa a desestabilização da organização económica, a desestabilização social e a desestabilização das instituições democráticas.

Ao apontarmos as responsabilidades da política de direita e ao apresentarmos as grandes linhas do nosso projecto, desde já, a um pouco mais de três meses das eleições, travamos a batalha do esclarecimento político. Mas nas circunstâncias actuais o esclarecimento político tem de ser acompanhado desde já também com apelo ao voto.

Porque o voto necessário e certo nestas eleições exige a

consciência política do que está em jogo quanto ao futuro de Portugal e dos portugueses, a consciência das consequências concretas decorrentes do resultado das eleições e do que querem e do que farão os deputados eleitos das diversas forças políticas.

Essa consciência resulta necessariamente de um esclarecimento, de uma avaliação e de uma decisão que estejam ao abrigo da influência psicológica das grandes campanhas e manobras eleitoralistas e da manipulação e instrumentalização pelo PSD da RTP e outros poderosos órgãos de comunicação social, de promessas que jamais serão cumpridas, de benesses de última hora satisfazendo, como se fossem de iniciativa própria, reclamações e reivindicações populares de há muito avançadas.

Por isso - a par da luta diária, insistente, dedicada, de defesa dos interesses do povo e do país, a nossa tarefa em relação às eleições é desde já esclarecer o eleitorado, desmascarar a política e a propaganda enganosa da direita, divulgar e propor ao povo a política que a CDU defende para um futuro Governo e insistir no papel indispensável e determinante da CDU, e da força da sua representação parlamentar para uma alternativa democrática.

Nessa base, convencer, com fundamentos sólidos, de que em 6 de Outubro o voto útil, seguro e certo, é o voto na CDU. Camaradas e amigos:

Por todo o país a CDU-Coligação Democrática Unitária está a avançar com êxito. Temos um projecto válido e credível, temos largo apoio, temos força, temos confiança.

Pela derrota da direita, por um grande resultado eleitoral da CDU nas eleições de 6 de Outubro, por uma alternativa democrática.

Viva a CDU-Coligação Democrática Unitária!

Juventude CDU debate campanha e programa

O encontro de candidatos e activistas da Juventude CDU debateu no sábado as grandes linhas da sua campanha autónoma nas próximas eleições e o compromisso-programa dos candidatos jovens pela coligação PCP-PEV. Na iniciativa par-

ticipou o secretário-geral adjunto do Partido, Carlos Carvalhas, cabeça-de-lista da CDU no distrito de Lisboa.

Cerca de 60 jovens - da JCP, da Ecolojovem ou sem filiação partidária - debateram na Junta de Freguesia de

Alcântara a situação da juventude portuguesa e os problemas que defronta em áreas como o ensino, o emprego ou a habitação, apontando propostas alternativas à política do Governo PSD/Cavaco Silva. Este trabalho vai ainda

prosseguir, mas ficaram já definidas algumas grandes linhas, quer no documento-base da discussão (tópicos para o compromisso-programa dos candidatos jovens da CDU), quer nas muitas intervenções feitas ao longo da tarde e que, como disse no final António Filipe, deputado e de novo candidato por Lisboa, deverão levar a que sejam feitas várias alterações de forma e de conteúdo no texto a apresentar ao eleitorado.

Amélia Pardal, também dirigente da JCP e candidata da CDU em Lisboa, destacou no final do encontro «algumas ideias a reter» como resultado da discussão, a qual considerou importante para, a partir de opiniões muito diversas, combinar um *estilo atractivo* com uma *linguagem profunda*.

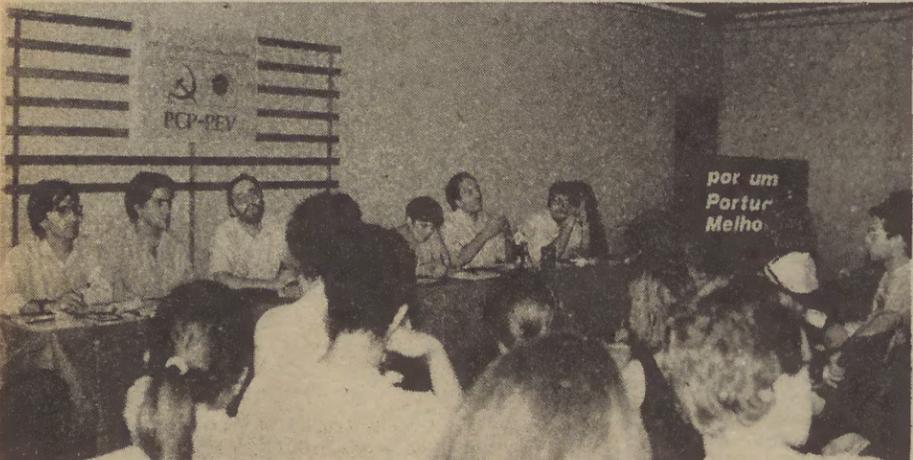
A campanha autónoma dos jovens da coligação PCP-

PEV, segundo referiu Amélia Pardal, deverá orientar-se para a desmontagem da política de juventude do PSD, apontando o que não fizeram e o que fizeram mal, «o que pode não ser tão fácil como por vezes parece» - alertou. Os jovens da CDU pretendem fazer uma campanha pela positiva, com a divulgação das suas propostas para a resolução dos grandes problemas que hoje a juventude enfrenta. Vão também dizer que as eleições legislativas de Outubro têm grande importância para permitir uma viragem democrática na política nacional e na vida dos jovens portugueses.

Salientando a necessidade de ir mais longe no alargamento da Juventude CDU, Amélia Pardal disse que na pré-campanha e na campanha eleitoral os candidatos e activistas da coligação procurarão «ir ao encontro dos

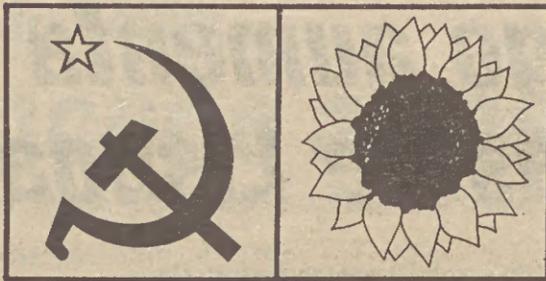
jovens onde eles estão agora, nas praias, nas esplanadas, e em Setembro, na abertura das aulas».

Carlos Carvalhas também referiu, na sua intervenção de encerramento, algumas linhas de orientação que marcaram o debate, como a importância de «aproveitar todos os espaços para o confronto político». Previu que, como noutros actos eleitorais, «vamos ver outras organizações juvenis a defender também as propostas que nós defendemos», mas frisou que «a questão que se coloca é confrontá-las com as suas responsabilidades». Criticou, a propósito, a prática da JSD e do próprio PSD, que «conseguem fazer a rábula de ser ao mesmo tempo Governo e oposição», pretendendo assim capitalizar alguma parte do descontentamento provado pela sua própria política.



Além das afirmações que vão ser feitas pelas várias forças durante a campanha eleitoral, importa confrontá-las com as suas responsabilidades e a sua prática política - disse Carlos Carvalhas no encontro de activistas e candidatos da Juventude CDU

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



CDU apresenta candidatos



A apresentação dos candidatos da CDU em Setúbal, cuja lista completa hoje divulgamos, foi feita durante um almoço-convívio no fim-de-semana passada em Cova da Piedade, onde esteve o secretário-geral-adjunto do PCP, Carlos Carvalhas

Porto

O «Avante!» divulga em primeira mão a lista completa dos candidatos da CDU pelo círculo eleitoral do Porto. São quarenta e dois nomes, entre membros dos partidos signatários da Coligação, PCP e «Verdes», da Intervenção Democrática e ainda independentes e personalidades escolhidas pela UDP. Todo um conjunto diverso de sectores socioprofissionais está representado nesta lista, com destaque para gente profundamente ligada à realidade portuense.

Luis Manuel da Silva Viana Sá — 39 anos, licenciado em Direito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Raul Fernandes de Moraes e Castro — 69 anos, advogado, vice-presidente da Intervenção Democrática, deputado à Assembleia da República.

Maria Ilda Figueiredo — 42 anos, economista, membro da DORP do PCP, deputada à Assembleia da República.

Vitor Manuel Rodrigues Ranita — 51 anos, operário metalúrgico, membro da DORP do PCP dirigente da União dos Sindicatos do Porto, membro da Comissão Nacional da CGTP-IN.

Emídio José Vasconcelos Pinto Ribeiro — 42 anos, membro da DORP e da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP.

Carlos Marques — Engenheiro, dirigente da UDP, candidato à Presidência da República nas Eleições Presidenciais/91.

Manuel Silva Ribeiro Almeida — 45 anos, operário metalúrgico, membro da DORP e do Comité Central do PCP. Coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Oscar Luso de Freitas Lopes — 73 anos, professor universitário, membro do Comité Central do PCP.

Maria João Gonçalves — 22 anos, estudante (Instituto Superior Agrário), da Comissão Executiva e Conselho Nacional do PEV.

Maria Helena Guimarães Medina — 40 anos, membro da DORP e do Comité Central do PCP, membro da Assembleia Municipal do Porto.

Emílio Fernando Alves Peres — 58 anos, médico, membro da DORP do PCP, professor da Escola Superior de Nutricionismo do Porto.

Mário David Ferreirinha Soares — 37 anos, professor, membro da DORP e da direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP, coordenador do Sindicato dos Professores do Norte e dirigente da FENPROF.

João Pedro Furtado da Cunha Semedo — 40 anos, médico, membro da DORP e do Comité Central do PCP.

Alberto Andrade — 62 anos, empregado bancário (reformado), membro da Assembleia Municipal de Gaia (independente proposto pelo PCP).

Corregedor da Fonseca — 52 anos, jornalista, deputado à Assembleia da República, membro do Conselho Geral da Associação Intervenção Democrática.

Manuel Joaquim da Silva Vieira Mendes — 44 anos, engenheiro, membro da DORP, dirigente do Sindicato da Função Pública, da União dos Sindicatos do Porto e do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Marisa Torres — 31 anos, empregada de escritório, da Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP e membro da Comissão de Trabalhadores da Petrol.

António da Silva Mota — 53 anos, operário metalúrgico, membro da DORP e do Comité Central do PCP e deputado à Assembleia da República.

Manuel António Teixeira de Freitas — 40 anos, operário têxtil, membro da DORP e do Comité Central do PCP, coordenador da Federação dos Sindicatos Têxtil, Lanifícios, Calçado e Peles e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN.

Rosa de Oliveira Dias — 34 anos, operária têxtil, membro da DORP e do Comité Central do PCP.

Jorge Manuel da Silva Pinto — 42 anos, empregado de escritório, membro da DORP, dirigente do Sindicato dos Escritórios do Porto e da Federação do Comércio, Escritórios e Serviços, da União dos Sindicatos do Porto e do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Rui Pedro Araújo Sá — 27 anos, engenheiro, membro da DORP do PCP.

Luis Jorge de Oliveira Dias — 54 anos, engenheiro, membro da DORP e do Comité Central do PCP, vereador da Câmara Municipal do Porto.

Maria Glória F. O. Salvador Alves — 42 anos, empregada bancária, da direcção dos bancários do Porto do PCP, da Comissão Sindical do BBI.

José Castro — Empregado de seguros, dirigente da UDP.

José Fernando Araújo Calçada — 45 anos, inspector pedagógico, da Comissão Concelhia de Lousada do PCP, membro da Assembleia Municipal de Lousada e do Conselho Nacional da Confederação Nacional da Agricultura/CNA.

José António da Silva Pinto (Chalana) — 26 anos, estudante (no Instituto Superior de Serviço Social do Porto), membro da Organização do Ensino Superior da JCP e dirigente associativo.

Alfredo Maia — Jornalista (independente proposto pelo PCP).

Merlinda Madureira — 43 anos, médica membro da direcção do Sector da Saúde da ORP do PCP, presidente do Sindicato dos Médicos do Norte e presidente da Federação Nacional dos Médicos.

Armando Gomes de Sá — 65 anos, engenheiro, Professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, membro da Intervenção Democrática.

Annie Gunther Nonell — 49 anos, arquitecta, Professora na Faculdade de Arquitectura, membro da Assembleia de Freguesia de Paranhos, membro da Direcção da Cidade do Porto.

Bernardino Zeferino de Castro Neto — 48 anos, professor, membro da Assembleia Municipal de Santo Tirso (independente proposto pelo PCP).

Eduardo Jorge Miguez Araújo — 48 anos, professor de Educação Física, treinador de basquetebol, do Sector Intelectual do Porto do PCP.

Serafim Ferreira Nunes — 37 anos, economista, Director Bancário, membro da DORP do PCP.

Albano da Silva Ribeiro — 32 anos, operário da construção civil, membro da DORP do PCP, coordenador do Sindicato e da Federação da Construção Civil, dirigente da União dos Sindicatos do Porto.

José António Carvalho Barrias — 52 anos, médico psiquiatra, Presidente da Comissão Instaladora do Centro de Alcoologia do Norte, membro do Sector Intelectual do Porto.

J. Paulo Serralheiro — Professor, dirigente do Sindicato dos Professores do Norte (independente proposto pelo PEV).

Henrique Nunes Lemos — 47 anos, operário químico, da Comissão Concelhia da Maia do PCP, membro da Assembleia Municipal da Maia.

António Luís Pimenta Dias — 35 anos, empregado de escritório, membro da DORP, vereador da Câmara Municipal de Gondomar.

Maria Eduarda Vieira Ferreira — 42 anos, professora, membro da DORP do PCP, vereadora da Câmara Municipal de Valongo.

Álvoro dos Santos Pinto — 34 anos, ferroviário, membro da DORP do PCP, membro da Assembleia de Freguesia de Parada de Todeia (Paredes), membro da Comissão de Trabalhadores da CP e dirigente sindical.

Marta Maria Martinho Lourenço — 29 anos, funcionária da EDP, membro da Comissão Concelhia de Gaia do PCP, dirigente Sindical e do Conselho Distrital do Porto da INTERJOVEM.

Setúbal

Na semana passada, os candidatos CDU em Setúbal fizeram a sua apresentação pública.

Quinze membros do PCP, três de «Os Verdes», dois da UDP e um da Intervenção Democrática estão na lista da CDU — Coligação Democrática Unitária concorrente em Setúbal às legislativas de seis de Outubro. Quem são e o que fazem? Eis a divulgação da lista completa:

Octávio Augusto Teixeira — 47 anos, economista. Membro da Comissão Política do CC do Partido Comunista Português. Deputado.

José Manuel Maia Nunes de Almeida — 45 anos, serralheiro mecânico. Membro do Comité Central do PCP. Presidente da Assembleia Municipal de Almada. Deputado. Vice-presidente da Assembleia da República.

André Valente Martins — 37 anos, sociólogo. Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Maria Odete Santos — 50 anos, advogada. Membro da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP. Vereadora da Câmara Municipal de Setúbal. Deputada.

Manuel Rogério Sousa Brito — 46 anos, engenheiro técnico agrário. Presidente do Grupo Político da Esquerda Democrática Europeia no Conselho da Europa. Membro da Assembleia Parlamentar da UEO. Deputado.

José Manuel Tavares Reis Moraes — trabalhador-estudante. 26 anos. Membro do Secretariado e do Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa. Representante da JCP na Assembleia Geral do Conselho Nacional da Juventude.

Apolónia Maria Alberto Pereira Teixeira — 41 anos, trabalhadora da Função Pública. Membro da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP. Eleita na Assembleia Municipal do Barreiro. Deputada.

Eufrazio Filipe Garcez José — 42 anos, gestor de recursos humanos. Membro do Comité Central do PCP. Presidente da CM Seixal. Presidente da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios de Setúbal.

Rui Manuel Neto Paixão — 42 anos, monitor. Membro do Comité Central do PCP. Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal. Membro da Assembleia Municipal do Barreiro.

Ana Cristina Guerreiro Lopes Vieira — 22 anos, funcionária da administração local. Membro da Comissão Concelhia de Grândola do PCP. Membro da Organização Distrital de Setúbal da JCP. Dirigente da Sociedade Musical FO Grandolense. Membro da Junta de Freguesia de Grândola.

Hélio Bexiga Viegas — 48 anos, desenhador projectista. Membro do Conselho Nacional da Associação «Intervenção Democrática». Membro do Conselho Nacional da CGTP. Membro da Assembleia Municipal de Setúbal.

Cipriano José dos Santos Pisco — 36 anos, soldador. Membro da Comissão Política do CN da União Democrática Popular. Membro do Conselho Distrital da USS. Delegado sindical na Setenave/Solisnor. Membro da Assembleia Municipal do Montijo.

Paulo Manuel da Silva Gonçalves Rodrigues — 43 anos, professor do Ensino Secundário. Membro da Comissão Concelhia de Almada do PCP. Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto.

Vicente José Rosado Merendas — 43 anos, serralheiro de tubos. Membro da Comissão Concelhia de Almada do PCP. Membro da Comissão de Trabalhadores da Lisnave. Membro do Conselho Distrital da USS.

Helóisa Augusta Baião de Brito Apolónia — 22 anos, estudante universitária. Membro do Conselho Nacional do PEV. Membro da Assembleia Municipal da Moita.

Sérgio Brígido Martins — 42 anos, médico. Membro da Comissão Concelhia de Santiago do Cacém do PCP. Delegado de Saúde do concelho de Santiago do Cacém. Ex-presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

Maria Helena Vinagre — 32 anos, técnica de serviço social. Membro da Comissão Concelhia de Montijo do PCP. Membro do Conselho Nacional do MDM. Membro da Junta de Freguesia do Montijo.

Edgar Marques Pereira — 29 anos, engenheiro agrónomo. Membro da Comissão Concelhia de Palmela do PCP.

Arnaldo José Cardoso Fernandes — 26 anos, trabalhador-estudante universitário. Membro da Comissão Concelhia de Alcochete do PCP. Membro da Organização Distrital de Setúbal da JCP. Membro do Conselho Consultivo Regional do Instituto da Juventude. Membro da Assembleia Municipal de Alcochete.

Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares — 34 anos, trabalhador especializado siderúrgico. Membro do Conselho Nacional da UDP. Membro da Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional/Seixal.

Álvoro José de Oliveira Saraiva — 29 anos, funcionário da administração local. Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional do PEV. Membro da Assembleia Municipal do Montijo.

Braga

A lista completa dos candidatos da CDU — Coligação Democrática Unitária às próximas legislativas pelo círculo de Braga revela um conjunto de personalidades que conhecem bem os problemas da região. É grande o número de autarcas e sindicalistas numa lista que inclui dois independentes e um elemento de «Os Verdes» e da UDP.

José Manuel Mendes — 42 anos. Natural de Luanda — Angola e residente em Braga. Advogado, escritor. Membro da DOR Braga e eleito pela CDU, desde 76, da Assembleia Municipal de Braga. Deputado na Assembleia da República desde 1981.

Oscar Jordão Pires — 52 anos. Natural e residente em Guimarães. Advogado. Colaborador do CC do PCP para as Questões da CEE e Problemas de Desenvolvimento Regional. Foi, por duas vezes, candidato às eleições para o Parlamento Europeu. Membro do Conselho Nacional da Confederação Nacional da Agricultura.

Manuel Barbosa da Silva — 46 anos. Natural e residente em Vila Nova de Famalicão. Técnico de contas. Membro da DOR Braga do PCP. Coordenador da Comissão Concelhia de VN de Famalicão. Membro da Assembleia Municipal de VN de Famalicão.

Adão Ribeiro Mendes — 39 anos. Natural e residente em Guimarães. Operário têxtil. Membro da DOR Braga do PCP e do seu executivo. Membro do CE e do CN da CGTP/IN. Coordenador da União dos Sindicatos de Braga. Dirigente do Sindicato do Minho e Trás-os-Montes. Delegado sindical na empresa Riopole. Árbitro de futebol da 1.ª divisão nacional.

Alfredo Casals Baptista — 43 anos. Natural do Porto e residente em Braga. Engenheiro civil quadro superior da JAE. Coordenador da Comissão Concelhia de Braga, ex-vereador da Câmara Municipal de Braga (no último mandato) e dirigente do Sindicato da Função Pública.

José Rodrigues Antunes — 35 anos. Natural de Amareis e residente em Braga. Entalhador. Membro do Comité Central e do Secretariado da DOR Braga do PCP.

Cândido Capela Dias — 43 anos. Natural e residente em Guimarães. Economista. Membro da Comissão Concelhia de Guimarães e responsável

pelo Grupo de Autarquias. Vereador da Câmara Municipal de Guimarães.

José Alberto Figueiredo — 38 anos. Natural e residente em Braga. Engenheiro mecânico, professor. Independente. Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária Carlos Amarante.

Carlos Dias Tavares — 38 anos. Residente em Braga. Professor. Independente, proposta pelo Partido Ecologista «Os Verdes».

José Gonçalves da Silva (UDP) — 54 anos. Natural de Matosinhos e residente em Braga. Empregado dos CTT. Membro do Conselho Coordenador Regional do Minho da UDP. Secretário regional do SNTCT de Braga e membro da Comissão Executiva da USB.

Mónica Cristina Cerqueira Ramos — 24 anos. Natural e residente em Braga. Estudante da Universidade do Minho. Membro da Direcção Nacional da JCP e da Direcção Central do Ensino Superior. Membro do Senado e da Assembleia da UM e delegada de turma do curso de Biologia e Geologia. Membro da Comissão do Curso da Escola de Ciências da UM.

João Carvalho Ferreira — 46 anos. Natural e residente em Barcelos. Motorista da RN. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Membro da Assembleia de Freguesia de Moure. Membro da Assembleia Municipal de Barcelos e membro da Subcomissão de Trabalhadores da RN.

Celestino da Silva Gonçalves — 42 anos. Natural de Braga e residente em Vila Verde. Metalúrgico. Membro da DOR Braga do PCP. Coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Braga. Membro da Comissão Distrital da USB e da sua Comissão Executiva.

José Miguel da Silva Lopes — 32 anos. Natural e residente em Vila Nova de Famalicão. Empregado de escritório. Independente, presidente da Junta de Freguesia de Riba d'Ave. Membro da Assembleia Municipal de VN de Famalicão.

Maria Amélia Sousa Lopes — 37 anos. Natural e residente em Braga. Operária electricista. Membro da DOR Braga e responsável da célula da Grundig. Membro da Comissão Distrital da USB e da sua Comissão Concelhia. Membro da Comissão de Trabalhadores da Grundig. Responsável pelo Departamento de Mulheres da USB.

Francisco Manuel Silva Vieira — 35 anos. Natural e residente em Guimarães. Operário têxtil — Coelima, activista do Partido na empresa e membro do Secretariado da Célula. Presidente da Assembleia Geral do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes. Delegado sindical na Coelima. Secretário da Junta de Freguesia de S. Jorge de Selho-Pevidem.

Joaquim Araújo Lopes — 69 anos. Natural e residente em Fafe. Reformado. Membro da Comissão Concelhia de Fafe. Presidente da Associação de Reformados do concelho de Fafe. Membro da Direcção da Inter-reformados e do MURPI. Representante das organizações dos reformados no Conselho Regional de Segurança Social.

Margarida Maria de Oliveira Leça — 38 anos. Natural do Porto e residente em Guimarães. Professor. Membro da Comissão Concelhia de Guimarães. Dirigente do Sindicato dos Professores do Norte e da Comissão Distrital da USB. Membro da Junta de Freguesia de Creixomil (tesoureiro).

António José Abrantes de Mesquita Rodrigues — 43 anos. Natural de Coimbra e residente em Braga. Médico cirurgião do Hospital de S. Marcos. Membro da DOR Braga do PCP e eleito da CDU na Assembleia de Freguesia de Maximinos.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

Emídio José da Silva Carvalho — 51 anos. Natural e residente em Barcelos. Mestre de produção fabril. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP. Dirigente sindical — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte. Membro da Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro — 27 anos. Natural e residente em Esposende. Professor do Primeiro Ciclo e Ensino Básico e estudante na Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Concelhia de Esposende e da DOR Braga do PCP. Colaborador da revista «Professor». Membro do Movimento Nacional dos Professores para a Paz. Activista do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Interjovem.

O desemprego aumenta nas empresas de Lisboa

Entre 1987 e 1991 foram reduzidos mais de sete mil postos de trabalho

Quarenta pessoas de dezasseis empresas participaram nos trabalhos da 1ª Assembleia da Organização do Sector Oriental de Empresas de Lisboa, realizada na passada sexta-feira no Centro Vitória.

As intervenções criticaram duramente a política de direita do Governo PSD/Cavaco Silva, que, como salientou no encerramento Vítor Dias, da Comissão Política do PCP, «procura esconder o País real, donde as empresas da zona são parte, com propaganda dum país artificial e cor-de-rosa onde tudo vai bem».

Para além da ordem de trabalhos, com dois pontos - discussão e aprovação do projecto de resolução política e dos objectivos do trabalho; e eleição do organismo de direcção - foi aprovado um manifesto que será distribuído à população e aos trabalhadores da zona. No texto refere-se que entre 1987 e 1991, «apenas em doze em-

presas, foram reduzidos sete mil duzentos e vinte e um postos de trabalho». A instabilidade aumentou e estão em vias de encerramento a Automática Eléctrica Portugue-

sa, a UTICE e a S.P. Florescentes, registando-se ainda a tentativa de transferir as unidades do Batista Russo e da M.L.I. para outros locais. «Aumenta a repressão, os aumentos salariais são selectivos, os prémios são atribuídos sem critérios, eleva-se o ritmo de trabalho e abusa-se dos contratos a termo para os jovens e para novos empregos».

Aprovada por unanimidade, a resolução política define sete objectivos prioritários para o trabalho do Partido, onde se destacam a mobilização para a pré-cam-

panha e campanha eleitoral, a Festa do «Avante!» e a luta nas empresas pelas principais reivindicações dos trabalhadores. Os presentes aprovaram ainda duas moções denunciando o pacote laboral e a tentativa de destruição da AEP.

O organismo de direcção eleito é composto por vinte e cinco membros, onde se conta vinte operários e cinco empregados. Doze são eleitos em comissões de trabalhadores, dez são delegados sindicais e sete são dirigentes sindicais. A média de idades situa-se nos 44 anos.



TRANSFORMAR JUVENTUDE ANOS 90

No quadro da preparação da eleições legislativas a JCP vem vindo a realizar um conjunto de debates sobre grandes temas juvenis sob o lema «Transformar - juventude dos anos 90». Na semana passada decorreu no Bar Novo da Faculdade de Letras de Lisboa um debate sobre «Precariedade no emprego e direitos da juventude». A JCP pretendeu com esta iniciativa dar um importante contributo para a elaboração do programa dos jovens candidatos na lista da CDU. Ainda no âmbito deste ciclo, teve lugar no passado dia 14 de Junho, na Freguesia de Alverca, um debate sobre ambiente que contou com a participação da deputada Paula Coelho, Pedro Tavares, da Associação Amar o Tejo, Viver em Paz, Artur Bertolo, vereador da CM de Vila Franca de Xira, e José Neves, membro da Associação da Defesa do Ambiente e Património de Alverca e Zona Sul do concelho de Vila Franca de Xira. Os participantes abordaram importantes temas ligados ao rio Tejo, ao alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, ordenamento do território e à política de ambiente do Governo.

ALTERAÇÃO DO REGIMENTO NA ASSEMBLEIA DOS AÇORES

Deputados dos três partidos da oposição, PCP, PS e CDS, entregaram recentemente na mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores um requerimento que solicitava a convocação extraordinária de um plenário para discussão e votação da proposta comum de Resolução de Alteração ao Regimento da Assembleia. O PCP/Açores adiantou em comunicado que é «urgente e indispensável tornar efectivo o papel político preponderante da Assembleia Legislativa na vida regional». Advém daqui a «grande urgência da modificação das regras de funcionamento que têm como objectivo ou facilitam a governamentalização da vida política e o apagamento do papel deste órgão». Num momento em que a correlação das forças em presença na Assembleia sofre uma importante alteração e se «constata que uma das razões que levaram à perda da maioria absoluta do grupo parlamentar do PSD se funde com a abusiva governamentalização» que esse partido impõe, era inadiável propor as alterações do Regimento essenciais a uma rectificação da situação. O PCP conclui que a «fragilidade política e institucional do Governo Regional do PSD é consequência do crescente descontentamento existente».

CONVÍVIO ALENTEJANO

O tradicional convívio alentejano promovido anualmente pela comissão concelhia do Montijo decorreu como habitualmente no Pinhal do Santos Fernandes, no Apeadeiro de Sarrilhos. Pela iniciativa passaram centenas de pessoas que tiveram a oportunidade de ver e ouvir o rancho folclórico «Águias Negras», do Alto Estanqueiro-Jardim, o grupo coral

«Os Alentejanos», da Baixa da Banheira, e o acordeonista in-visual, Luís Octávio Teixeira, da Comissão Política do PCP e cabeça de lista pelo distrito de Setúbal, fez uma intervenção política, em que sublinhou a necessidade de um desenvolvimento regional que não se limite apenas ao crescimento económico. «Em causa, referiu, está a repartição do rendimento nacional, onde, fruto da política de direita, se verifica ano após ano, a diminuição progressiva da parte que cabe aos trabalhadores».

15 QUILOMETROS PELO EMPREGO

Mais de seiscentos trabalhadores da Hortex marcharam recentemente em direcção ao tribunal de Santo Tirso onde decorria a assembleia de credores que iria decidir do futuro dos seus postos de trabalho. Palavras de solidariedade vindas da população acompanharam os manifestantes saudados igualmente por centenas de trabalhadores das empresas por onde o desfile passou, que pararam simbolicamente a laboração. A Comissão Concelhia de Santo Tirso do PCP solidarizou-se, em comunicado distribuído à população e aos órgãos de informação, com os trabalhadores em causa, ao mesmo tempo que denunciou a política ruínoza do Governo.

QUADROS DEBATEM ELEIÇÕES

Realizou-se recentemente em Grândola, uma reunião de quadros deste concelho e dos concelhos de Alcácer, Santiago e Sines, em que participaram 72 pessoas, destacando-se a presença de Octávio Teixeira, membro da Comissão Política e cabeça de lista pelo distrito de Setúbal. Nos trabalhos da reunião promovida pelo organismo intermédio da Direcção do sul, foram feitas 24 intervenções que procuraram reflectir e definir as principais linhas de acção do Partido nos quatro concelhos do Sul do distrito.

Assembleia Distrital de Évora À espera do que é seu

O executivo da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP denunciou mais uma vez a continuação da grave ilegalidade cometida pelo Governo PSD e pelo Governador Civil de Évora ao não dar cumprimento às leis aprovadas na Assembleia da República que estabelecem a entrega dos bens e património da Assembleia Distrital aos legítimos representantes da população.

A DOREV, reunida recentemente, analisou também a situação social e política da região constatando a existência de numerosos e graves atropelos aos direitos fundamentais dos trabalhadores e da população. Nomeadamente, foram apontadas as profundas consequências da ofensiva governamental contra os direitos dos pequenos e médios agricultores e cooperativas, que se traduz na não garantia de recolha e escoamento dos produtos cerealiíferos, do tomate e da produção leiteira.

Por outro lado, sublinha-se, «é visível o ataque contra

os trabalhadores do sector empresarial do Estado, através da privatização das empresas públicas como a EPAL, EDP, CTT, RN, CP e PORTUCEL».

Os direitos de quem trabalha, continua o texto divulgado, «estão em perigo desde a aprovação do pacote laboral pela maioria PSD e pelo CDS», repercutindo-se ao nível dos «despedimentos, pré-reformas, comissões de serviço, férias, flexibilidade e aumento da duração da jornada de trabalho».

O PCP aponta ainda vários atropelos aos direitos laborais nas empresas SIMENS, CIDADE E IRMÃOS e MELKA.

Aquele organismo de direcção registou em contrapartida «um grande dinamismo das organizações e empenhamento dos activistas e militantes da CDU» na execução das iniciativas programadas no âmbito da pré-campanha eleitoral, em que foi patente uma forte participação de amplos sectores e camadas sociais.

Demissão sintomática na Saúde

Em nota emitida a semana passada, o gabinete de imprensa do PCP afirma que numa primeira apreciação «parece legítimo considerar que o pedido de demissão apresentado pelo secretário de Estado Albino Aroso se insere no contexto do clamoroso fracasso da política de saúde do Governo PSD/Cavaco Silva e do respectivo Ministério e da agravada situação com aspectos de inegável dramatismo hoje existente nos serviços de saúde, designadamente nas urgências hospitalares».

O texto divulgado refere ainda que «não deixa de ser sintomático que este pedido de demissão surge na sequência de grandes movimentações e lutas dos trabalhadores da saúde, justamente descontentes com a sua situação socioprofissional, mas que também colocam claramente a exigência de mudança da situação caótica dos serviços que atinge gravemente os interesses e direitos da população».

A três meses das eleições, lê-se mais adiante, «uma nova alteração no elenco governamental, ainda por cima num sector particularmente importante e sensível, vem pôr em evidência que o Governo, que se caracteriza por um monocórdico recurso à cassete da estabilidade, não consegue garanti-la sequer nas suas fileiras, acabando por apanhar com os reflexos indirectos da política de desestabilização que efectivamente promove nas mais diversas áreas da vida nacional».

Comunistas denunciam incompetência e compadrio na CP

«A famigerada Lei de Bases dos Transportes Terrestres é uma peça-chave do plano governamental que tem como objectivo desarticular o sistema de transportes, entregando as partes rentáveis à privada de modo a satisfazer as clientelas político-partidárias», denuncia a célula do PCP na CP de Lisboa dos Ferroviários Portugueses. Segundo os comunistas da CP, a empresa, com importância estratégica na economia nacional e no seu desenvolvimento e modernização, «está a ser alvo duma

campanha desenfreada conduzida pelo Governo e pelo PSD com a cumplicidade do conselho de gerência e a colaboração de algumas chefias ao mais alto nível da empresa».

A aceleração da degradação e obsolescência em quase todas as áreas da empresa, desde as infra-estruturas centenas ao material circulante desadaptado às necessidades, os sistemas ultrapassados e a ausência de desenvolvimento tecnológico são atribuídos à incompetência técnica do conselho de gerên-

cia, em especial do seu presidente e elementos da sua confiança que o rodeiam. De tudo isto resulta que a CP continua a prestar um serviço de má qualidade, que tem como consequências a diminuição da hipótese de concorrer com outros meios de transporte, a baixa de tráfegos e acrescidas dificuldades financeiras.

No comunicado emitido, a célula do PCP refere que apesar dos alertas feitos «as más condições de segurança mantêm-se» (como é exemplo também citado o «re-

centíssimo e gravíssimo acidente na Cruz da Pedra»), não tendo sido ainda implementado o controlo automático de velocidade na linha de Sintra e na Linha do Norte.

Os trabalhadores ferroviários afirmam o seu direito a aumentos justos, face à subida do custo de vida, a carreiras condignas e a melhores condições de trabalho. Os comunistas apelam ainda à rejeição do pacote laboral, e do acordo por três anos que levaria ao despedimento de milhares de trabalhadores na CP e à retirada de outras regalias.

Vale do Sousa Vencer o atraso

O Vale do Sousa é considerado das zonas economicamente mais frágeis da região Norte

O desenvolvimento do Vale do Sousa foi o tema central do Encontro que se realizou no passado sábado, em Penafiel, que teve como objectivos fazer uma caracterização da situação presente e debater as medidas indispensáveis que abram caminho a um verdadeiro desenvolvimento desta importante sub-região do distrito do Porto.

O encontro, promovido pelas comissões concelhias de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, contou com a participação de Luís Sá, cabeça de lista pelo círculo do Porto.

Versando a temática do desenvolvimento industrial e de serviços, a agricultura, a educação, a saúde e a situação social e as condições de trabalho, realizaram intervenções a abrir o Encontro Ilda Figueiredo, José Calçada, Horácio Mendes e H. Rangel. Na segunda parte, seguiu-se um animado debate em que intervieram pessoas de diferentes quadrantes políticos questionando e avançando propostas sobre os mais variados sectores.

Luís Sá, ao caracterizar a sub-região do Vale do Sousa, citou um recente Relatório da CEE (Quarto Relatório Periódico Relativo à Situação Socioeconómica e ao Desenvolvimento das Regiões da Comunidade Europeia) em que se verifica que esta sub-região tem um lugar bastante negativo. De acordo com o Relatório, das dez regiões mais atrasadas segundo o Produto Interno Bruto *per capita*, existem três regiões portuguesas e a região Norte é a mais atrasada de todas elas.

O Vale do Sousa é considerado, na região norte e citando documentos governamentais, das zonas economicamente mais frágeis e vulneráveis ao impacto do mercado único e das alterações da situação económica internacional. Entre outras, foram estas as razões que levaram Luís Sá a afirmar que o crescimento económico que se observou no Vale do Sousa conduziu a um desenvolvimento com pés de barro, que pode servir para Cavaco Silva fazer operações de propaganda e de «marketing eleitoral», mas não resolve os problemas que o presente e o futuro colocam, adiantando que não é fatal que exista tanto trabalho precário, trabalho infantil, indústrias de tão baixa tecnologia e tão baixos salários.

Analisando as questões do desenvolvimento regional, Luís Sá retomou uma proposta, já adiantada por Ilda Figueiredo, sobre a necessidade de um Plano Integrado de Desenvolvimento para o Vale do Sousa.

Atendendo a todas as gravíssimas carências reconhecidas, a existência de uma Associação de Municípios (embora como o Encontro verificou com uma insignificante actuação até à data), ao facto de se estarem a elaborar os Planos de Desenvolvimento Municipal, sem qualquer enquadramento a nível da sub-região e desprezando a possibilidade de ainda ser possível conseguir financiamentos especiais para este fim a nível da CEE, foi sublinhado no Encontro que as câmaras municipais podem desempenhar um importante papel.

Ilda Figueiredo analisou a estrutura industrial do Vale do Sousa, referindo o peso de indústrias tradicionais como o calçado, o vestuário, o mobiliário e as pedreiras, todas elas com elevado número de empresas com baixíssimos níveis tecnológicos, sem formação profissional adequada, aproveitando a mão-de-obra barata, com enormes carências na estrutura empresarial, em que o recurso ao crédito, nas condições actuais, cria dificuldades insuperáveis para muitos, sem falar das consequências sombrias que se anunciam com o mercado único em 1993. Entre várias propostas que avançou, a deputada comunista sublinhou a

necessidade de implantação de centros de inovação tecnológica que permitam rapidamente um maior apoio à modernização da indústria e uma diversificação dos ramos económicos implantados através de criação de novas empresas tecnologicamente evoluídas.

A gravidade da situação social que se vive na região é bem expressa em apenas um dos exemplos apontados no decorrer do debate: 50% dos alunos do ensino preparatório e secundário são oriundos de famílias cujo rendimento *per capita* não ultrapassa os dez mil escudos. Uma situação que só por si põe em causa as operações de «marketing» eleitoral de Cavaco Silva.

Da cibernética à inteligência artificial

No prosseguimento do ciclo de debates públicos promovidos no âmbito da elaboração do programa eleitoral do PCP, decorreu na passada quinta-feira, em Lisboa, um colóquio sobre cibernética e inteligência artificial, que reuniu cerca de meia centena de participantes.

O tema foi apresentado por Helder Coelho, professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa, e por Eduardo Chitas, professor de

Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa.

Como ponto de partida, foi feito o enquadramento da inteligência artificial, desde a sua autonomização da cibernética, em 1956, até aos nossos dias. Numa perspectiva filosófica, Eduardo Chitas falou sobre o percurso da arte da pilotagem antiga à ciência dos métodos de direcção da sociedade, e abordou interrogativamente a existência de uma cultura electrónica.

Justiça em Portugal

Sob o lema «Justiça em Portugal, hoje», decorreu na «Casa Amarela» (instalações da Assembleia da República) um debate do PCP, em que interveio Luís Sá, membro da Comissão Política. Os trabalhos funcionaram em dois painéis denominados o «Acesso ao Direito» e «Organização Judiciária».

Na intervenção de abertura, Luís Sá salientou que «para o PCP uma justiça acessível, próxima dos cidadãos, participada e dignificada é um objectivo essencial do

seu programa e da sua actividade permanente». Este dirigente anunciou que o Partido prevê realizar em 1992 um Encontro Nacional sobre a Justiça «para aprofundar a nossa contribuição para uma nova justiça em Portugal, democrática e humanizada».

Luís Sá criticou a política do Governo nesta área, referindo entre muitos outros aspectos que «o encarecimento brutal das custas judiciais é um símbolo da atitude do PSD perante a justiça», já que a coloca «distante e inacessível».

Amora

Realizada 4.ª Assembleia

Melhorar o funcionamento da Comissão de Freguesia por forma a manter o contacto com todos os membros da organização e permitir uma maior intervenção e discussão política dos problemas sociais, económicos e culturais da freguesia, definir orientações de trabalho com

vista às eleições legislativas e à 15ª Festa do «Avante!», foram os principais objectivos da 4ª Assembleia de Organização da Freguesia da Amora, realizada em 15 de Junho, no auditório da Junta.

No âmbito da preparação desta iniciativa, foram efec-



Faro Apontadas linhas de trabalho futuro

Realizou-se no passado sábado em Faro a Assembleia da Organização Concelhia que elegeu a nova comissão concelhia e aprovou o relatório/resolução política que, a partir de agora, norteará a actividade da organização do Partido na capital algarvia.

Carlos Luís Figueira, membro da CEN e responsável pela Organização do Algarve, frisou na sua intervenção de encerramento da Assembleia que «é um facto a corrigir no trabalho da organização não deixar passar tanto tempo sem uma reflexão conjunta», referindo-se expressamente aos seis anos que mediaram entre esta assembleia e a anterior.

«A realização de uma análise mais frequente — sublinhou — crítica e autocrítica em relação à nossa actividade não pode ser um simbolismo preconceituoso, nem um elemento autoflagelador, mas, pelo contrário, terá que traduzir-se numa melhoria do trabalho quotidiano».

As próximas eleições legislativas e as tarefas que os comunistas terão de enfrentar ocuparam grande parte da intervenção de Carlos Luís Figueira que salientou o facto de «os comunistas não se apresentarem ao eleitorado escamoteando os problemas».

«Quem esteve nesta Assembleia e ouviu a exaustiva enumeração dos problemas do concelho e as propostas apresentadas para a sua resolução, tem toda a legitimidade para perguntar: são os comunistas que estão a viver noutra planeta ou é o governo?»

Alargando esta interrogação para a vida política nacional afirmou que «o que se passa é a procura do convencimento com a utilização abusiva da ideia de uma boa governação do PSD e que, com uma nova maioria, Portugal chegará ao pelotão da frente, quando cada vez nos afastamos mais e temos um país sem projecto de desenvolvimento».

«Não vamos para o pelotão da frente, nem sequer para ganhar uma etapazinha mas para o carro-vassoura da Europa como país subsidiário e de mão-de-obra barata».

Realçou o papel essencial dos comunistas no atingir de uma nova maioria de forças democráticas para a derrota da direita, não se podendo entregar a liderança desta luta ao PS «por estar demasiado comprometido com a situação». «É necessária uma nova política — sublinhou — que o PS sozinho não é capaz de erguer e, só com a CDU, teremos a derrota da direita e o protagonismo de uma nova política».

Numa alusão à situação em Faro depois da vitória do PS nas autárquicas, colocou a questão: «a quem beneficiou em Faro a transferência de votos para o PS que escolheu para parceiro, a tempo inteiro, na gestão da câmara o PSD. Como homens de esquerda, não nos podemos rever nesta gestão autárquica», concluiu.

A 4.ª Assembleia de Organização Concelhia de Faro, que reuniu, apesar de ser fim-de-semana e do calor que se fazia sentir, muitas dezenas de militantes, fez uma apreciação exaustiva dos problemas da Organização do Partido, da realidade concelhia a apontou as linhas de trabalho para o futuro.

Um facto a salientar é a grande renovação de quadros na composição da nova comissão concelhia: num total de 29 membros, 15 foram eleitos pela primeira vez para integram o organismo de direcção do partido no concelho.

CAMARADAS FALECIDOS

Morreu Artur Coutinho

Faleceu aos 66 anos, no passado dia 13 de Junho, em Lisboa, Artur do Céu Coutinho, destacado neurocirurgião, natural de Alpiarça. Presidente da Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria, foi director-geral dos hospitais nos anos de 1974 e 1975, secretário de Estado da Saúde do V Governo provisório e fundador do Centro de Neurocirurgia de Lisboa do Hospital Júlio de Matos.

Durante a sua vida estudantil, foi presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina, na década de 50, altura em que decorriam acasas lutas estudantis. Para o PCP entrou como militante em 1975.

MARIA ANJOS BRITO

Faleceu recentemente Maria Anjos Brito, que contava 70 anos de idade e era natural de Louriga, concelho de Seia. Militante do PCP e destacada resistente antifascista, trabalhou após o 25 de Abril na organização do Partido em Sacavém. Actualmente fazia parte da direcção do MURPI, nesta freguesia do concelho de Loures.

Aos familiares e amigos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

tuados sete plenários, sendo um de organização e os restantes por zona, que visaram mobilizar e recolher opiniões entre os 643 militantes da Freguesia que alberga a Festa do «Avante!».

Durante os trabalhos, que decorreram sob o lema «Re-

novar, Unir e Fortalecer», foram aprovados o relatório de actividade e o plano de objectivos, bem como foi eleita a nova Comissão de Freguesia, constituída agora por dezanove elementos, dos quais dezasseis homens e três mulheres, cuja média de idades é de 47 anos.

Projecto do PCP aprovado na AR

Mulheres vítimas de violência têm protecção legal

«Impõe-se salientar que a República Portuguesa vai passar a dispor, graças a um projecto de lei do PCP aprovado por unanimidade, de uma lei que garante especiais medidas de protecção às mulheres vítimas de violência» - afirma a comissão junto do CC para os problemas e a luta das mulheres num comunicado sobre a aprovação na AR da Lei Garante de Protecção às Mulheres Vítimas de Violência.

Apresentado na Assembleia da República no dia 8 de Março de 1989, o projecto teve de esperar 2 anos pela sua aprovação.

Comentando a aprovação do diploma neste final de legislatura, a comissão afirma que «talvez pressionado pelos debates, a nível dos órgãos da Comunidade Económica Europeia, acerca do problema da violência sobre as mulheres, o PSD, sem soluções imediatas que pudesse apresentar na Comunidade, aproveitou o projecto de lei do PCP para poder afirmar que já dispõe dos mecanismos legislativos necessários para cumprir as recomendações comunitárias».

A partir do projecto do PCP, as mulheres portuguesas vão passar a dispor de uma lei que lhes garante:

1 - O funcionamento permanente de um Gabinete S.O.S. no Ministério da Justiça para atendimento telefónico das mulheres vítimas de crime.

2 - Serviços especiais, nomeadamente junto das esquadras da PSP, para atendimento das mulheres vítimas de violência - secções que contarão com licenciados em Direito, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e pessoal feminino da PSP e que devem providenciar, inclusivamente, o apoio médico que se revele necessário.

A partir da publicação da lei nascida do projecto do PCP, informa ainda a comissão junto do Comité Central, mais coisas vão mudar:

1 - As associações de mulheres passam a poder representar, em tribunal, as mulheres vítimas de crimes, o mesmo acontecendo às comissões governamentais destinadas a proteger os direitos das mulheres.

2 - As associações de mulheres passam a ter direito, por parte do Estado, a apoio que um decreto-lei terá de definir.

3 - As mulheres vítimas de violência passam a ter direito ao adiantamento, pelo Estado, de indemnização devida pelo agressor, nos termos do

diploma que deverá regulamentar a lei.

Além disso, o Estado fica obrigado a:

a) Desenvolver campanhas de sensibilização da opinião pública, através dos órgãos de comunicação social, tendo em vista a mudança de comportamentos que se traduzam na prática de crime contra a dignidade da mulher;

b) elaborar e distribuir a título gratuito o Guia das Mulheres Vítimas de Violência;

c) apoiar e estimular a criação de centros de estudo e investigação sobre a mulher e as actividades editoriais no domínio dos direitos das mulheres;

d) apoiar e estimular a criação de casas de apoio para atendimento, abrigo e encaminhamento das mulheres vítimas de crimes.

Ao mesmo tempo que se congratula com a aprovação, por unanimidade, do seu projecto, o PCP - afirma-se no comunicado - «assume o compromisso de exigir de qualquer governo o rigoroso cumprimento da lei, e saúde as mulheres portuguesas que, com a sua luta, tornaram possível mais uma vitória na Assembleia da República, na caminhada contra as discriminações».



Centenas de pessoas responderam ao apelo dos intelectuais e participaram na concentração da passada quinta-feira

Concentração em S. Bento contra a manipulação da RTP

Cavaco Silva recusou-se a receber os promotores da concentração de quinta-feira passada, junto à residência oficial do primeiro-ministro, contra a manipulação da comunicação social, em especial da televisão, e de apoio à recente mensagem do Presidente da República acerca do tema.

Alegando a falta de marcação prévia de audiência, Cavaco Silva mandou em seu lugar a assessora para os assuntos culturais, num encontro de 20 minutos em que se comprometeu a transmitir ao chefe do Governo as apreensões dos manifestantes - entre os quais se viam várias personalidades da vida cultural,



dirigentes do PCP e do PS (nomeadamente Jorge Sampaio), e sindicalistas.

As ditas apreensões de David Mourão Ferreira, Luís Francisco Rebelo, Sophia de Melo Breyner - e das centenas de pessoas que responderam ao apelo destes intelectuais - foram expressas num documento que entregaram à assessora do primeiro-ministro e no qual denunciavam a «notória manipulação da comunicação social e, em particular, da RTP», sublinhando que «o

Governo não pode escamotear que é responsável pela nomeação e permanência em funções do Conselho de Gerência» da televisão pública.

Este protesto foi manifestado pelos participantes na concentração, quer através de palavras de ordem como «Moniz é pau mandado, Cavaco é o culpado», «Não, não, não à falsa informação» e «Informação sim, propaganda não», quer com actos simbólicos que tiveram por matéria-prima velhos televisores.

Comunistas propõem outras prioridades para o Porto

Prioridade aos problemas da habitação, trânsito e transportes, ambiente, desporto e cultura, juventude, segurança e protecção civil é a proposta da Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP, divulgada em conferência de Imorensa na passada sexta-feira.

«O perigo real de esvaziamento de competências e de património municipal e o agravamento de problemas fundamentais para os quais houve, na campanha eleitoral autárquica, praticamente unanimidade, exigem uma acção corajosa de inversão de marcha relativamente às prioridades que a Câmara do Porto vem a seguir», disse Helena Medina, membro da CC e da DOCP do PCP e deputada municipal.

Questões como a da distribuição de gás (cedida pela Câmara a interesses privados), recuperação do Centro Histórico e luta contra a pobreza, limpeza da cidade, problemas ligados ao litoral marítimo e fluvial do Porto, a possibilidade de entrega de partes do Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP) e Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade (SMGE), da entrega da

gestão do Rivoli e Palácio de Cristal a entidades «mais vocacionadas», a concretizarem-se, constituem uma situação de real e preocupante esvaziamento das competências e atribuições da autarquia e até do seu património, afinal do património dos municípios e das competências que, com o voto, estes atribuíram à Câmara. Esta foi uma das principais preocupações expressas pela DOCP dos comunistas.

A entrega ao sector privado da gestão e exploração de serviços públicos não é justificável sequer pela «eficácia» atribuída ao sector privado. Na prática significaria que passaria a funcionar apenas a óptica do lucro, própria dos interesses privados, em detrimento de uma visão global dos problemas da população do Porto, que só os autarcas eleitos poderão ter, esclareceu Helena Medina. «Ao contrário, há que melhorar os serviços autárquicos de forma a otimizar os serviços prestados e a prestar às populações».

Por outro lado, as Fundações já criadas ou a criar para gerirem sectores que, segundo os comunistas, deveriam impedir à autarquia,

«irão viver, pelo menos na fase inicial com dinheiros públicos que passam a ser impossíveis de controlar».

«Bandeiras eleitorais de todos os partidos, a habitação, trânsito e transportes, ao cabo de ano e meio de gestão autárquica do PS com o apoio do PSD, não são questões em vias de resolução».

Depois de afirmar que «há iniciativas em curso consideradas positivas como a recuperação do Palácio de Cristal e a acção do fomento desportivo, e projectos em curso que são úteis como o Transporte de

Grande Velocidade (TGV), as fibras ópticas e a Via de Cintura Interna (VCI), a DOCP manifestou grande preocupação com o aumento do número de pessoas a viver em condições de habitação inaceitáveis e com a manutenção dos problemas de trânsito e transportes.

«A política de habitação falhou e não será pessimismo acreditar que se irão agravar ainda mais os problemas do trânsito e dos transportes», disse a deputada municipal que exigiu, em nome da DOCP do PCP, nova política na Câmara e no Governo.



A semana CDU em Campanhã, iniciada no dia 14 e que incluiu diversos contactos com a população e os autarcas da freguesia, terminou com um almoço-convívio no CT do PCP em Barão de S. Cosme, no qual participou Luís Sá

Iniciativas em França

António Mota esteve recentemente em França, onde participou em iniciativas promovidas pelas comissões CDU dos emigrantes portugueses.

Em Paris, o deputado do PCP na AR foi entrevistado pelas principais emissoras de rádio em língua portuguesa. Em Perpignan, no sul de França, participou num jantar a convite da associação portuguesa na localidade e falou para mais de 200 emi-

grantes que participavam na festa de São João. Em Bordéus, António Mota esteve, com mais de 50 emigrantes, num almoço promovido pela Associação Portugal de Abril.

Entre os temas debatidos com o deputado comunista destacaram-se o trabalho realizado nesta legislatura pelo Grupo Parlamentar do PCP e as propostas da CDU para as comunidades portuguesas.

Felicitação

Assinada por Carlos Rabaçal, da Comissão Executiva Nacional do CC, o grupo de estudos do PCP para a política desportiva distribuiu segunda-feira a seguinte nota à comunicação social:

«O Partido Comunista Português felicita os atletas, os técnicos e a FPA pelos resultados obtidos na Taça da Europa de Atletismo (91), em Viseu, naquela que terá sido uma das melhores prestações de equipas portuguesas em competições do género.

«Apesar da ausência de condições indispensáveis de preparação como sejam pistas de sintético, instalações cobertas para treino e competição, falta de apetrechamento de outras, falta de salas de musculação, etc., o atletismo e o desporto nacional saíram uma vez mais prestigiados, revelando potencialidades a exigirem outro tipo de atenção e de apoios por parte das autoridades oficiais e designadamente do Governo.»

TRABALHADORES

Greves convergiram na semana passada

Insatisfação social atinge todo o País

Transportes, Saúde, autarquias, alfândegas, Segurança Social paralisam com forte adesão

Coincidiram a semana passada nas principais cidades do País paralisações de trabalho com significado involuntário no quadro das lutas sociais dos últimos meses.

Os níveis de adesão às greves na Administração Pública, incluída a Saúde e as autarquias locais, transportes camarários, IROMA, técnicos sanitários e serviços vários, entre eles a Segurança Social, constituem indício claro do profundo mal-estar e determinação na luta que caracterizam as jornadas.

As reivindicações gerais são conhecidas. A política social do Governo e a movimentação sindical que tem provocado entre as centenas de milhares de trabalhadores da Função Pública adquiriram características nacionais sem paralelo em anos anteriores.

Toda a FP parece dis-

posta a prosseguir a luta até à realização dos seus objectivos. Trata-se, aliás, na maior parte dos casos, da intensificação e da larga convergência de interesses comuns já de há muito entendidos como tal.

Perspectivas claras, sobretudo no que respeita à aplicação do NSR (novo sistema retributivo), prepararam, como se sabe, em grande número de serviços públicos, um clima favorável à unidade na acção.

Embora com diferenças assinaláveis quanto a processos de luta verifica-se, mesmo ao nível das centrais sindicais, algum progresso marcado pela consciência de que as reivindicações estão para além das conhecidas divisões por vezes alheias aos motivos centrais da luta.

Entre eles é determinante a questão do pacote

laboral. Hoje, no Rossio, sindicalistas de Lisboa responderão a todas as questões levantadas sobre o assunto.

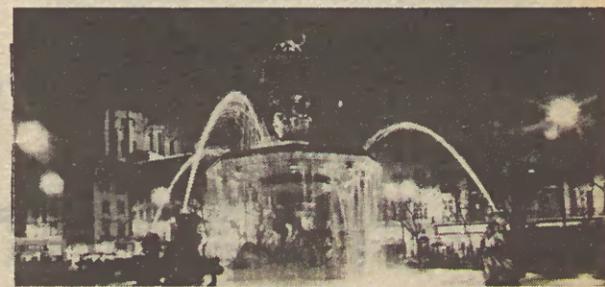
É de assinalar, por outro lado, a convergência das greves num sector tão importante e sensível como são os transportes. As paralisações na Carris e na CP, a que se juntou o STCP do Porto, bem como os transportes públicos de Braga, Coimbra, Leiria, Faro e Castelo Branco, têm a ver em primeiro lugar com objectivos específicos, mas inscrevem-se na movimentação geral contra a política de baixos salários do Governo e contra as tentativas de fazer aprovar legislação que, a ser aplicada, atingirá camadas muito díspares da população trabalhadora.

É ver que na semana passada, além das greves, que

não deixaram de mobilizar os médicos, os técnicos sanitários e outros quadros indispensáveis ao funcionamento dos serviços públicos, não parou a movimentação dos professores, aduaneiros, enfermeiros.

Além disso, merece destaque especial a concentração de quinta-feira passada em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro. Em palavras sem ambiguidade, largas centenas de trabalhadores da Função Pública deixaram claro que não se deixarão burlar nem quanto às negociações que exigem, nem sobre o legítimo direito a serem pagos a tempo e horas e de acordo com o que muito justamente têm vindo a exigir.

É extensa a lista das reivindicações acumuladas, mas não é menor a das formas de luta preparadas para as defender.



Hoje no Rossio Perguntas sobre o pacote laboral

Juristas e sindicalistas respondem hoje no Rossio em Lisboa a 115 (ou mais) perguntas sobre o pacote laboral.

Organizada pela USL/CGTP, a sessão começa às 16 horas.

O total das perguntas, tal como foi anunciado, não é taxativo. Para os organizadores da sessão, trata-se das questões «mais constantes e pertinentes». Quaisquer outras serão bem-vindas.

A sessão destina-se a divulgar o que é conhecido e desconhecido sobre a legislação laboral que o Governo pretende aplicar.

Cada medida prevista será analisada. O mesmo

tem acontecido nas acções de esclarecimento desenvolvidas pela União (USL) nos locais de trabalho.

Todos os trabalhadores devem ter conhecimento das consequências práticas do pacote, das vantagens e dos «aproveitamentos que o patronato pretende obter», afirma a USL/CGTP.

A agência noticiosa Lusa citava entretanto um inquérito «Norma», segundo o qual mais de metade dos portugueses não conhece as leis do chamado «pacote laboral». Um pouco menos de metade considera que a política governamental de trabalho diminui a estabilidade das empresas e trabalhadores.

CGTP apresenta plataforma aos partidos quando se aproximam as eleições

A comissão executiva (direcção) da CGTP aprovou quinta-feira passada uma plataforma a apresentar a todos os partidos. No seu entender estes devem assumir compromissos na área social, agora que se aproximam as eleições.

O futuro dos trabalhadores é a base da plataforma. Segundo Manuel Lopes, dirigente da CGTP-IN, esta Central pretende que os partidos defendam uma maior justiça na distribuição dos rendimentos.

Além disso, os partidos

devem apoiar um horário de trabalho compatível com as necessidades sociais dos trabalhadores.

A melhoria das condições laborais em geral e a dignificação dos postos de trabalho são também objecto da plataforma da CGTP, aprovada mediante decisão anterior do conselho nacional.

Entre os objectivos apresentados aos partidos destaca-se ainda a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, a diminuição da carga fiscal e a melhoria das condições de vida da po-

pulação, ou seja: condições de habitação, transporte, consumo e ambiente.

Na opinião dos seus dirigentes nacionais, a CGTP deve desempenhar um papel «o mais interventivo possível» nas próximas eleições para a Assembleia da República.

Na sua reunião de quinta-feira passada, a CE da CGTP-IN analisou a situação laboral no País, sobretudo no que respeita à Administração Pública (Central, Regional e Local).

A generalidade das lutas desenvolvidas na semana passada e nos últimos meses na FP mereceram o apoio expresso da CGTP-IN.

Objecto de debate mais uma vez, a questão salarial levou os dirigentes sindicais a concluir que o patronato e o Governo continuam a fazer o possível por evitar o crescimento dos salários.

Embora assinalando bem os pontos de vista e as maneiras de agir que as separam, as duas centrais sindicais (CGTP e UGT) deram a entender, através dos seus máximos representantes, num debate, sábado passado em Lisboa, que poderão unir-se. Isto é, segundo a agência Lusa: «A união da UGT e da CGTP pode vir a tornar-se uma realidade».

O debate foi difundido pela Rádio Renascença — uma co-produção com a agência Lusa.

Entretanto, na sessão da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em Genebra, era aprovada uma proposta do delegado português Jorge Santos (UGT), tendo como objectivo promover o diálogo entre empregadores e pessoal na agricultura.

Actividades no Ensino

Conferência em Setembro. Em plenário geral (telex da Lusa, 20.6) professores do ensino superior decidiram efectuar em Setembro uma conferência para debate dos problemas daquele ramo do Ensino.

Encontro de não docentes. 150 delegados dos trabalhadores não docentes do ensino superior debateram em Coimbra (21.6) questões relacionadas com a organização sindical. Notícia da Lusa adiantava no mesmo dia que seria aprovado um caderno reivindicativo e uma «resolução para a acção sindical».

Eleições na Zona Sul. Eleita para o triénio de 91/94, a direcção do Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS), com sede em Évora, é presidida — como a anterior — por Manuel Pinho. A lista (única) foi eleita por 87 por cento dos votos expressos, soube a Lusa em 18 do corrente.

Delegação nas Astúrias

Através duma delegação, a União dos Sindicatos de Vila Real fez-se representar na VI Festa Regional das Astúrias. Os delegados viajaram a convite da União Regional asturiana das CCOO (Comisiones Obreras). Prossegue assim o estreito intercâmbio de contactos entre organizações sindicais portuguesas e espanholas, que tem aumentado ultimamente.

Não é paga a educação de adultos

Embora pressionado pelos sindicatos, o Ministério da Educação ainda não tinha pago segunda-feira passada os salários em atraso aos professores do ensino básico (1.º ciclo) a exercer funções na educação de adultos, em regime de acumulação.

Júlio Ribeiro, da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), considerou a situação «inadmissível».

Falando em nome da direcção, aquele dirigente sindical acrescentou:

«Chamam-se professores para que os cursos de adultos funcionem, e depois decorrem meses sem serem pagos.»

E isso «com a agravante de ser uma acumulação mal remunerada».

As remunerações não são pagas desde Janeiro.

Estava marcada para anteontem, 25, uma reunião com os professores com remunerações em atraso.

Ao sublinhar que já no ano lectivo passado se verificou a mesma anomalia, o SPGL pergunta «se será agora prática do Ministério da Educação ter professores com salários em atraso».

Se a situação não for regularizada, os professores atingidos estão na disposição de levar a cabo «acções de protesto», afirma a direcção sindical.

Centralcer Greve sem prazo

Por tempo indeterminado e com início em 22 do corrente, foi anunciada para a Centralcer uma greve a todo o trabalho extraordinário.

O pré-aviso refere como principal objectivo da forma de luta «uma semana de cinco dias de trabalho».

O sindicato signatário daquele documento legal, datado de quinta-feira passada, é o dos Trabalhadores da Indústria de Bebidas do Sul e Ilhas, com sede em Lisboa.

A paralisação abrange «todos os trabalhadores da secção de brassagem da Centralcer, SA, fábrica n.º 1, Vialonga».

Interpelação do PCP comprova:

Governo entrega cultura ao negócio

A política cultural foi há dias submetida por iniciativa do PCP à apreciação do plenário. Como principal linha de força do debate, ressaltou a ideia de que o Governo utiliza esta área como instrumento de propaganda, subordinado a uma estratégia que consiste em transformar a cultura em mais um negócio cujas regras são ditadas por grupos económicos, desresponsabilizando-se o Estado de todas as suas obrigações.

Provenientes de todos os quadrantes da oposição, num debate que ficou sem dúvida marcado pela sua elevação e profundidade, as críticas abundaram nas intervenções produzidas ao longo de mais de cinco horas, prevalecendo no final a convicção de que esta estratégia no domínio da cultura, como salientou Carlos Brito, reflecte «as concepções autoritárias do Estado e as práticas de absolutização, governamentalização e partidarização do poder que caracterizam toda a acção do PSD e do Executivo do Cavaco Silva à frente dos destinos do País».

Isto mesmo trataram de demonstrar nas suas intervenções os deputados comunistas que participaram no debate, entre os quais se encontrou o professor Óscar Lopes, cuja presença foi saudada pela Câmara. A ele coube, designadamente, falar das carências nos meios literários e da ausência de uma política de descentralização cultural por

parte do Governo, deixando ainda no seu discurso (ver página 19) referências críticas ao acordo ortográfico e ao Centro Cultural de Belém.

José Manuel Mendes, por sua vez, incidiu as suas críticas na situação do teatro, do audiovisual, na música e dos museus, enquanto Victor Costa se dedicou a evocar a cultura falada, rezada, cantada e dançada e Miguel Urbano Rodrigues centrava o essencial do seu discurso a desmontar o posicionamento e a relação do Governo com a cultura.

Introduzidos no debate pelos deputados comunistas foram ainda outras questões de grande actualidade, como sejam, para além das irregularidades e custos astronómicos que rodeiam o Centro Cultural de Belém, a crise em que o S. Carlos foi mergulhado bem como a situação caótica provocada no IPPC.

Especial atenção foi dedicada à descentralização da cultura e da vida cultural, linha de acção que, no entender de Carlos Brito, tem sido obstruída pelo Governo e pela respectiva Secretaria de Estado, prejudicando o importante papel desempenhado por autarquias, associações, colectividades, escolas e outras estruturas a nível local.

Detendo-se a analisar a situação do Teatro — uma das mais duramente atingidas pela governação do PSD, segundo as suas pala-



avras —, o líder parlamentar comunista sublinhou a necessidade da urgente reestruturação do ensino nesta forma de expressão artística, defendendo um conjunto de medidas, orientações e condições de natureza material e de natureza institucional que possibilitem que o teatro «desenvolva um diálogo vivo e quotidiano com o nosso povo, condição decisiva de recuperação».

Objecto de atenção particular por parte da bancada comunista foi ainda a situação do Teatro S. Carlos, em relação ao qual foi defendida com veemência a manutenção de uma companhia portuguesa de Ópera «com as condições humanas e materiais adequadas», tendo na oportunidade sido reafirmada a solidariedade dos parlamentares do PCP aos músicos, bailarinos e técnicos em luta por melhores condições de trabalho, valorização profissional e salarial.

Críticas duras foram

ainda dirigidas à situação de delapidação e abandono em que se encontra o património artístico e histórico-cultural português, situação agravada pela falta de verbas para o sector. Citado por Carlos Brito, como testemunho da desprotecção existente, foi o caso da perigosíssima proximidade do traçado da Via Longitudinal do Algarve em relação às ruínas de Milreu, em Estói, uma das mais importantes estações romanas da Região Algarvia, ainda sem área delimitada.

Principal visado nas críticas que foram feitas à acção da Secretaria de que é titular, Pedro Santana Lopes optou por contornar algumas das questões concretas com que foi confrontado e por valorizar o que considerou serem os «progressos na área do teatro», sem no entanto deixar de reconhecer algumas «insuficiências» noutras áreas sob sua responsabilidade e de deixar mesmo uma proposta de consenso amplo em torno da cultura.

Comentando a postura do secretário de Estado no debate, Carlos Brito assinalou que do seu discurso «quase se pode dizer o que Sócrates disse dos seus acusadores: «falou primorosamente, mas não disse nada de verdadeiro». Isto é, o melhor que foi dito não corresponde ao que está a ser feito, e o pior que está a ser feito e o que não está a ser feito não teve expressão no que foi dito».



Amnistia caso FUP/FP-25

Insensíveis aos apelos provenientes dos mais variados sectores, incluindo do Presidente da República, o PSD e o CDS rejeitaram na passada semana, na sessão que deu por finda a V Legislatura, uma proposta do PCP e do PS para perdão parcelar das penas dos envolvidos no caso FUP/FP-25, pondo termo às múltiplas diligências feitas por comunistas e socialistas no sentido de que os crimes políticos — excluindo os chamados crimes de sangue — fosse abrangidos na amnistia geral.

Depois de um prolongado debate que conheceu momentos de grande vivacidade, onde soaram mais fortes as vozes dos que se empenharam na resolução política do problema, a maioria PSD com a ajuda do CDS impôs o veredicto, apurado por votação secreta: 131 deputados contra esta solução e 92 a favor, para além de duas abstenções e três votos nulos.

Duas outras votações sobre o mesmo caso, na sequência de aditamentos propostos pelo PS e PCP, conheceram o mesmo destino da primeira, revelando a disposição da maioria laranja em não abrir mão das suas posições e em chumbar qualquer solução susceptível de responder ao apelo dos presos em greve de fome.

Esta posição de intransigência do PSD chegou ao ponto de recusar ao deputado Coelho dos Santos, eleito nas suas listas como independente, qualquer tempo para intervir sobre o diploma que este apresentara sobre o assunto há mais de dois anos, por entender que já não há soluções jurídicas para o caso, e que acabou por não ser agendado porque a isso se opôs a maioria.

Apenas o CDS acompanhou o PSD nas suas posi-

ções, indo mesmo mais longe ao pronunciar através de Narana Coissoró um discurso interpretado pelos apoiantes da amnistia como «intolerante e vingativo». O deputado centrista afirmou que o caso tem solução jurídica, aproveitando para recordar a situação portuguesa em 1981, altura em que, disse, «uma associação terrorista matava, incendiava e assaltava bancos».

Ao expressar a posição da sua bancada, Carlos Brito assinalou que o «acto de clemência» defendido tem em linha de conta o «tempo passado, a penalização já sofrida, a inexistência desde há muito de actos de terrorismo no País, a prática paralisadora das FPs-25, as dificuldades, erros e impasses judiciais, os dois pesos e duas medidas com que têm sido tratados os acusados e os condenados, a dramática situação das famílias, especialmente mulheres e filhos, duramente punidos, moral e materialmente».

Para o líder parlamentar comunista a amnistia para o caso constitui ainda um acto que «enobrece e fortalece o regime democrático», sendo não uma «manifestação de tibieza», mas sim «uma prova de força e de confiança nos destinos da democracia portuguesa».

Carlos Brito fez ainda questão de frisar que tal atitude de clemência não representa «menos apreço e respeito pelas autoridades e agentes de autoridade que intervieram nos processos com o risco e o custo das próprias vidas», antes constitui o «solene reconhecimento que foi essa acção que restabeleceu as condições de segurança e ordem pública» que permitem que se considere a aprovação de uma amnistia, «um passo mais para eliminar o recurso ao terrorismo e à violência na vida política do País».

As absolvições do PSD

O deputado comunista João Amaral acusou o PSD de ter optado por ilibar e isentar de responsabilidades os autores dos actos administrativos cometidos na área da Saúde, adiantando que tal «absolvição de actos ilegais, irregulares, contrários ao interesse público e muitos deles caindo sob a alçada da lei» constitui uma «absolvição indecorosa e inaceitável».

A afirmação, produzida na sessão plenária inteiramente preenchida na passada semana com a discussão dos quatro relatórios relativos aos inquéritos ao acidente de Camarate, perdões fiscais, incêndios florestais e actos administrativos na área da Saúde, e dá bem o tom das acusações dirigidas à maioria pelas bancadas da oposição.

No decorrer do debate

sobre esta matéria, a única que verdadeiramente chegou a aquecer o plenário, de onde esteve ausente Leonor Beza, o deputado comunista chamou a atenção para o que considera ser a «malha de habilidades e habilidadezinhas com que se procura fugir às questões e baralhar os factos», para concluir que «há razões de sobra para reabrir o processo após as eleições de Outubro».

A suscitar divergências entre a maioria, por um lado, e PCP e PS, por outro, esteve também o relatório sobre o caso dos perdões fiscais concedidos pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Oliveira e Costa, à empresa «Cerâmica Campos», instalada em Aveiro.

Para o PSD, o secretário

de Estado saiu «totalmente ilibado das investigações realizadas no Parlamento», opinião não partilhada pela oposição que insistiu no carácter definitivo do despacho que concede perdão das multas e juros da dívida fiscal daquela empresa, apontando para a recolha de material na comissão que confirma essa mesma concessão.

Octávio Teixeira, expressando a posição da bancada comunista, insistiu em que o despacho de Oliveira e Costa, de 21 de Maio de 1990, ao contrário do que conclui o relatório, não se trata de um despacho condicionado quanto ao perdão mas sim claramente definitivo.

Na opinião do deputado comunista, corroborada por Manuel dos Santos, PS, as

conclusões do relatório não «espelham com rigor e objectividade todas as consequências dos factos apurados na comissão».

«O secretário de Estado concedeu de facto e teve manifesta intenção de conceder um perdão de juros e multas no montante de 236 600 contos à Campos, através do seu despacho de 21/5/90», sustentou Octávio Teixeira, antes de sublinhar que aquele membro do Executivo tem, pois, uma «efectiva responsabilidade objectiva e política no perdão que concedeu», responsabilidade que só não foi reconhecida pela maioria da Comissão de Inquérito exclusivamente por razões de natureza política, porque Oliveira e Costa é membro do PSD e de um Governo PSD».

Economia comunitária em queda

Evolução económica compromete UEM

As evoluções socioeconómicas registadas na Comunidade correm o risco de comprometer a realização de uma União Económica e Monetária com benefícios equitativamente repartidos pelos Estados membros. Quem o afirma é o Parlamento Europeu, em resolução aprovada na sessão deste mês sobre os aspectos conjunturais do relatório anual da Comissão relativo à situação económica 1990/1991.

De facto, a situação económica da Comunidade deteriorou-se em 1990 e deverá registar este ano uma nova quebra na sua taxa de crescimento (+ 1,4 por cento contra + 2,8 por cento no ano passado), segundo dados fornecidos pela Comissão das Comunidades.

As causas da degradação da situação económica radicam, de acordo com a mesma fonte, num conjunto de factores que já estavam presentes antes da crise do Golfo: aumento da inflação, recessão nos países anglo-saxónicos, subida das taxas de juros em relação ao elevado défice orçamental de alguns países e o endividamento dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD).

Importa ter em conta, por outro lado, que a situação nos países da Europa Central e de Leste veio agravar as dificuldades a que a economia mundial tem de fazer face.

Considera o Parlamento Europeu que, embora a eliminação das fronteiras a partir de 1993 represente «um potencial de crescimento», subsistem ainda «muitas incertezas quanto à futura evolução conjuntural», desconhecendo-se a futura evolução das taxas de juro, da taxa de câmbio Ecu/dólar, da confiança dos empresários e dos consumidores; incertezas agravadas pela constatação de que «as recentes evoluções destas variáveis cruciais não vão no bom sentido».

Acresce, por outro lado, que a grande dependência da economia europeia, tanto conjuntural como estrutural, relativamente a acontecimentos externos, ameaça o seu desenvolvimento económico interno.

Preocupado pelas consequências da «deterioração crescente da balança comercial CE/Japão para o emprego e para o tecido industrial europeu», o PE considera que mesmo que a Europa consiga «evitar uma desaceleração

prolongada da taxa de crescimento», será necessário enfrentar mais seriamente pelo menos os seguintes problemas estruturais: **uma consolidação do crescimento numa base não inflacionista e a garantia do emprego; uma deterioração do saldo líquido a financiar da administração pública; o refreamento do processo de convergência económica real; uma maior flexibilidade da oferta ligada a uma política coerente no que se refere à concorrência e às pequenas e médias empresas.**

Nova ordem económica

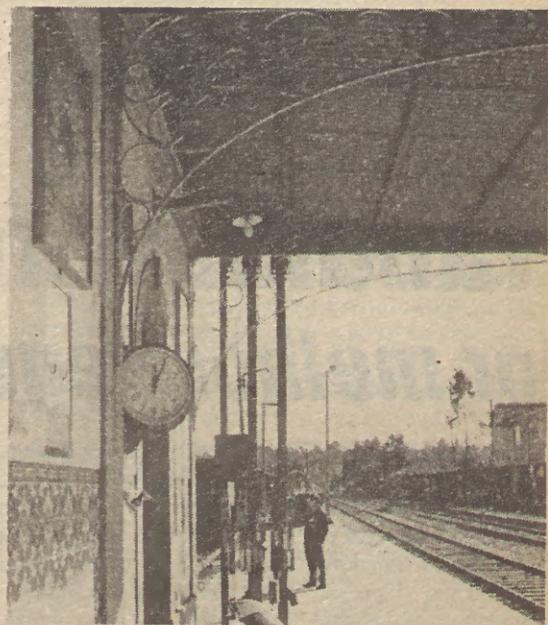
Na óptica do PE, as diminuições das receitas fiscais e as políticas de controlo das despesas públicas «reduziram a capacidade de investimento dos Estados», pelo que defende que a Comunidade promova políticas que combatam tais tendências, já que as evoluções socioeconómicas observadas na Comunidade «correm o risco de comprometer a realização de uma UEM com benefícios equitativamente repartidos», e podem tornar «mais difícil a concretização dos incentivos

positivos para favorecer a integração económica dos países de Leste e o futuro dos PVD».

Face a esta análise, considera o PE que os apoios aos investimentos passam por medidas de carácter mais estrutural, designadamente por uma estratégia industrial comunitária capaz de garantir «um desenvolvimento económico duradouro» e de responder o melhor possível «às necessidades de capitais provocadas pela mutação tecnológica e a exigência de coesão interna».

Considera ainda o PE que é necessário «assegurar uma repartição óptima, em termos económicos e sociais, do valor acrescentado», e «indispensável prever, desde já, todas as iniciativas e medidas destinadas a conseguir, para além dos Fundos Estruturais, uma verdadeira perequação orçamental comunitária, qualitativa e quantitativa próxima dos sistemas que asseguram a coesão social, económica e política dos Estados membros».

Objectivos que pressupõem a aplicação de uma política externa visando a criação de um sistema internacional justo e estável atra-



Plano TGV para Portugal

Ainda não foi estabelecido o traçado para o transporte de alta velocidade (TGV) que ligará Portugal a França. Quem o afirma é a Comissão das Comunidades Europeias, em resposta a uma questão apresentada pelo deputado Sérgio Ribeiro, onde se fazia notar que as vias TGV Madrid-Entroncamento-Lisboa/Porto «não servem o desenvolvimento de um país periférico como Portugal». Segundo a Comissão, está em curso um estudo para a definição de um traçado que permita «a máxima rentabilidade a nível económico e social», em que a Comunidade «participa com 800 000 ecus, a título do Orçamento da 1990». Ainda segundo a Comissão, os Caminhos de Ferro Portugueses (CP) «participam estreitamente na definição da rede comunitária de comboios de alta velocidade».

vés da «estabilização das taxas de câmbio» e da «colocação de meios suplementares à disposição dos países de Leste e do Sul», bem como a criação de uma nova ordem económica mundial mais justa e mais estável. No respeitante a este último aspecto, o Parlamento Europeu propõe a «coordenação de programas económicos nacionais que promovam o desenvolvimento socioeconómico dos

produtos internos, a partir da melhor utilização dos recursos próprios humanos e naturais»; um programa de «poupança de matérias-primas, designadamente a energia»; a criação ou reforço de fundos destinados «a proporcionar aos países do Sul e de Leste sistemas energéticos eficazes e a assegurar-lhes o acesso a tecnologias não poluentes»; e o «ajustamento e estabilização dos termos de troca».

PCP

Delegação do PCUS em Portugal

Grande interesse e o melhor relacionamento

— diz Ergueni Makhov

A convite do Partido Comunista Português, visitou Portugal, entre 17 e 21 de Junho, uma delegação do Partido Comunista da União Soviética dirigida por Ergueni Makhov, presidente da Comissão Central de Controlo do PCUS, e integrando ainda Viktor Krasnykh, funcionário responsável da Secção Internacional.

A delegação do PCUS manteve conversações com uma delegação do PCP com-

posta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Agostinho Lopes, da Comissão Política, e Albano Nunes, do Secretariado do CC. Foram trocadas informações sobre a situação nos dois países, a actividade dos respectivos partidos e questões de actualidade da situação internacional.

Contactando directamente com aspectos da realidade portuguesa e da actividade do PCP, a delegação do PCUS encontrou-se com

uma delegação da Direcção da Organização Regional de Lisboa, dirigida por José Casanova, membro da Comissão Política do CC; visitou a cidade de Évora, onde se encontrou com dirigentes do Partido e com o presidente da Câmara Municipal e a respectiva vereação; encontrou-se com uma delegação da Comissão Concelhia da Amadora e visitou a Sore-

fame, contactando a célula do Partido na empresa e elementos das organizações representativas dos trabalhadores; visitou a Assembleia da República, onde foi recebida por uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP, dirigida por Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e presidente do Grupo; e participou numa reunião com quadros da Organização Regional de Lisboa.

A delegação visitou ainda a Associação Portugal-URSS.

A visita da delegação do PCUS, de acordo com uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP, «é uma expressão das relações de fraternal amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os dois partidos».

Pouco antes da partida da delegação do PCUS, no final da visita, o «Avante!» perguntou ao camarada Ergueni Makhov quais as impressões que levava desta visita ao nosso país.

«Claro que» - disse num breve depoimento - «não se consegue responder numa palavra, tantas são as impressões colhidas nos encontros, os mais diversos, quer com

funcionários do Partido, quer com activistas, com operários, com deputados, com a população... Também tivemos oportunidade de ver as festividades em Lisboa... Portanto, as impressões são muitas, e é difícil fazer desde já uma apreciação...

«Mas posso dizer, sem qualquer dúvida - e estou firmemente convencido disto -, que todos os encontros e estes dias da nossa estadia confirmaram mais uma vez que há o melhor relacionamento dos portugueses para com a União Soviética, dos comunistas portugueses para com o PCUS, ficou mais uma vez confirmado que temos uma amizade verdadeira, interesses comuns, há muito a unir-nos no nosso trabalho - disto convenci-me mais uma vez.

«Gostaria ainda de dizer que é uma forte convicção minha, uma opinião firme, que em Portugal os acontecimentos que têm lugar na União Soviética são seguidos muito atentamente, são vividos de muito perto. E isto também confirma mais uma vez que as nossas relações estão num ponto em que aquilo que sucede num e noutro país não é encarado com indiferença, é vivido muito de perto.

«Gostei muito das pessoas com quem me encontrei, de carácter aberto, honestas, directas... Nos encontros houve muitas perguntas, que foram colocadas muito sinceramente, com muita coragem, o que exigiu da minha parte e da parte da nossa delegação idêntica sinceridade. Não houve segredos entre nós, falámos abertamente e respondemos honestamente a todas as perguntas. Mas ficou para mim muito claro este interesse das pessoas.

«Foi muito interessante e de grande conteúdo o encontro com o camarada Álvaro Cunhal, com outros camaradas de organizações do Partido, cada encontro foi factor de enriquecimento e trouxe muito ao nosso trabalho comum.

«Por outro lado, são muito bonitos os sítios onde estivemos, não só em Lisboa, como fora da capital. O povo português é um povo com uma história muito rica, com tradições muito ricas, com um rico património cultural - que tivemos oportunidade de ver nos museus... Há motivos de orgulho, há coisas para mostrar... Para mim, que estive agora pela primeira vez em Portugal, isto tudo é evidente e é marcante.»



Ergueni Makhov, à esquerda, e Viktor Krasnykh com Álvaro Cunhal, pouco antes do encontro com a delegação do PCP no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes

França

Trabalhadores lutam por melhor Segurança Social

4320 francos é o montante líquido do salário mínimo actual em França. É o que hoje recebem cerca de 2 milhões de trabalhadores franceses. Com o projectado agravamento das quotizações dos assalariados para a Segurança Social, este sector da população deverá ter os descontos salariais agravados em 50 francos... o que é mais do que os aumentos de que tinham beneficiado neste mês de Julho.

Um exemplo muito con-

creto das razões de descontentamento que têm levado a múltiplas acções de lutas nestes últimos meses, e à jornada de protesto de dia 20, fundamentalmente virada contra este novo agravamento dos descontos nos salários.

Para além dos reflexos desta medida nas condições de vida, o protesto dirige-se contra dois factos fundamentais. Por um lado, o acréscimo da carga sobre os assalariados é simultâneo com uma redução das con-

tribuições do patronato para o funcionamento da habitação. Por outro, é acompanhado de um recuo na cobertura obrigatória no plano da saúde, nomeadamente no que se refere a despesas hospitalares, medicamentos e custo das consultas.

O aumento da carga sobre os assalariados tem sido contínuo e particularmente sensível — 71% entre 1977 e 1990. O contraste com as cotizações por parte do patronato, é chocante. Entre

1987 e 1990, os descontos nos salários aumentaram de 26%, enquanto as cotizações patronais subiram apenas de 9%.

A razão sistematicamente invocada a nível oficial para esta diferença, é que menores cargas sobre os lucros permitiriam ao patronato a criação de mais postos de trabalho. Os factos indicam entretanto que não é esse o resultado. Segundo o último relatório do Banco internacional BRI, a utilização dos capitais das empresas francesas serviu, sobretudo, para «compra de empresas e criação de filiais que se traduziram na saída de capitais que atingiu em 1990, 26,6 mil milhões de dólares, contra 18,1 mil milhões em 1989 e 12,7 mil milhões em 1988».

Em consequência deste crescente jogo financeiro tem-se vindo a registar uma massiva destruição de postos de trabalho.

Neste momento, os trabalhadores, os sindicatos, os comunistas, defendem, de par de uma protecção social, do desenvolvimento do emprego e da formação profissional, que o patronato desconta tanto para a segurança social como os trabalhadores (13,6%).



Manifestação dos profissionais da saúde, em Paris, por uma assistência médica condigna.

Nível de vida e desemprego juvenil

Um recente estudo sobre os salários, do Instituto Nacional de Estatísticas de França (INSEE), indica que os assalariados do sector privado registaram, em 1990, salários mensais de 9108 francos em média, o que corresponde a uma progressão de 1,9% após três anos de estagnação do nível de vida. Um aumento que entretanto corresponde apenas a diferenças na estrutura do trabalho assalariado (qualificação, terciarização, dimensão das empresas).

«Em 1990, indica o INSEE, os quadros representam 11,6% dos assalariados contra 8,4% em 1984, as profissões intermédias 21,5% contra 19,8%, enquanto o peso dos operários desceu de 46,3% em 1984 para 41,4% em 1990, e o dos empregados estabilizou-se por volta de um quarto».

Paralelamente, entre o operariado, a parte dos operários qualificados ele-

va-se hoje a 67,1% do total, contra 64,6% em 1984.

Neste contexto, a pequena subida da massa salarial não se reflecte numa elevação do nível de vida da po-

pulação, mas corresponde apenas a alterações na estrutura do trabalho.

Dados a que há que somar um elemento funda-

mental — a situação actual da juventude no mundo do trabalho.

No relatório sobre a inserção profissional dos jovens, recentemente apresentado pelo deputado socialista Thierry Mandon, afirma-se que «apenas 45% dos jovens podem ser considerados como inseridos, dois anos após a sua saída da escola». E acrescenta: «A taxa de desemprego entre os jovens é duas a três vezes superior à que se regista noutras idades. Em Dezembro de 1990, a taxa de desemprego dos jovens era de 13,1% mas subia para os 22,4% entre as raparigas». O documento refere-se ainda a cem mil jovens entre os 16 e os 25 anos, já atingidos por uma situação de «desemprego de longa duração».

Um quadro impressionante, que está longe de reflectir apenas a situação francesa. Antes é um exemplo concreto de uma realidade generalizada.



Manifestação na Colômbia contra as perseguições de que os professores são vítimas. Também no Peru, os professores são vítimas de perseguições, registando-se casos de desaparecimentos e assassinatos.

Lutas

GREVES NO PERU

Cerca de 80 mil mineiros peruanos iniciaram uma greve ilimitada, em véspera de novas lutas e paralisações no sector público.

A Federação Nacional dos mineiros e metalúrgicos exige um salário mínimo equivalente a 500 dólares (cerca de 80 contos), contra os 211 dólares propostos pela administração. Além dos aumentos salariais, os mineiros reclamam a aplicação das convenções colectivas.

Os funcionários públicos reivindicam aumentos salariais, numa altura em que o seu vencimento é de apenas 50 dólares mensais (cerca de 8 mil escudos).

Estas lutas inserem-se num movimento que se vem a desenvolver há quase dois meses, com a greve dos trabalhadores da saúde e enfermeiros, a que posteriormente se juntaram os médicos. Em greve estão também 250 000 professores.

PROFESSORES EM GREVE NA COSTA DO MARFIM

Professores e estudantes da Universidade da Costa do Marfim estão em greve, há um mês, e exigem a demissão do reitor e do ministro da Educação. Os estudantes acusam os «boinas vermelhas», uma unidade de paracomandos, de terem violado alunas e matado vários estudantes durante uma intervenção na cidade universitária, na noite de 17 para 18 de Maio.

Desde então a tensão tem vindo a crescer no meio estudantil, e deu já lugar ao assassinato de um estudante, acusado de colaborar com a polícia.

O governo dissolveu a Federação estudantil e requisitou os professores em greve, enquanto a Assembleia Nacional iniciou um debate sobre a situação.

JORNADA DE LUTA NA COSTA RICA

Cerca de 60 mil funcionários públicos costarriquenhos iniciaram uma greve em apoio das suas reivindicações salariais e contra a política do governo.

A jornada de luta dos trabalhadores provocou a suspensão das aulas, o encerramento dos bancos e repartições públicas e limitou os serviços hospitalares.

O Conselho de greve exige aumentos de 18 por cento sobre um salário mensal de 165 (cerca de 26 contos), contra os 11 por cento propostos pelo governo.

O programa económico do governo do presidente Rafael Angel Calderon, que tomou posse em 1990, provocou um aumento de 11,8% nos preços, nos primeiros cinco meses de 1991.

ENFERMEIROS BELGAS

Mais de 10 mil enfermeiros de hospitais privados belgas manifestaram-se nas ruas de Bruxelas em luta por aumentos salariais e por melhores condições de trabalho.

Os manifestantes, em número de 20 mil, segundo os organizadores do movimento, reivindicam aumentos salariais de 5% durante quatro anos consecutivos.

O pessoal de enfermagem do sector privado reclama também o pagamento do trabalho de fim-de-semana como horas extraordinárias, como acontece no sector público.

Os manifestantes exigiram melhores condições de trabalho, denunciando a redução do pessoal de enfermagem nos estabelecimentos de saúde do sector privado.

INTERNACIONAL



Cessar-fogo no Cambodja

A paz será finalmente possível no Cambodja? Reunidos em Pattaya, na Tailândia, o governo cambodjano e as três facções da resistência armada aceitaram «aplicar o cessar-fogo por tempo ilimitado e comprometem-se a não receber mais ajuda militar estrangeira a partir de 24 de Junho de 1991», segundo os termos do comunicado lido pelo príncipe Norodom Sihanuk, um dos dirigentes da resistência.

As conversações em curso em Pattaya, realizam-se no âmbito do Conselho Nacional Supremo, um órgão criado sob a égide da ONU, que deverá promover a paz e a futura realização de eleições no país.

A situação que hoje se vive no Cambodja radica na sua história dramática, marcada quer pela intervenção norte-americana quer pelo sangrento poder dos Khmer Vermelhos (agora representados nas conversações de paz), que dominaram o país entre 1975 e 1979, consumando um verdadeiro genocídio e a destruição de estruturas fundamentais da economia e da cultura.

Saudação ao PC do Vietnam

Por ocasião do VII Congresso do Partido Comunista do Vietnam que decorreu de 24 a 27 de Junho em Hanói, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Vietnam a saudação que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

Por motivo da realização do VII Congresso do Partido Comunista do Vietnam, transmitimos aos seus delegados e, por seu intermédio, aos comunistas e ao povo vietnamita as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

A longa e heróica luta dos comunistas vietnamitas pela libertação da sua pátria do domínio colonialista e contra a bárbara agressão do imperialismo norte-americano é bem conhecida dos comunistas portu-

gueses. Acompanhamos com espírito de solidariedade internacionalista a acção do PVC no complexo mas exaltante processo de edificação da sociedade socialista. Desejamos aos trabalhos do vosso VII Congresso os maiores êxitos. A defesa, consolidação e renovação do socialismo no Vietnam é do interesse não apenas dos trabalhadores e do povo vietnamita mas dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

O desenvolvimento da situação internacional nos últimos tempos encerra elementos inquietantes. O enfraquecimento do campo dos países socialistas está a ser aproveitado pelo imperialismo, e em primeiro lugar pelos EUA para reconquistar posições perdidas, afastar as forças progressistas do poder, impor ao mundo a sua hegemonia.

No terreno da luta das ideias estão lançadas aos comunistas enormes desafios. Ao mesmo tempo prossegue por toda a parte a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, são patentes os problemas e contradições do capitalismo e a sua incapacidade para dar solução aos grandes problemas da humanidade. Apesar das dificuldades do momento, o PCP está convencido de que, pelo desenvolvimento da luta em cada país e pelo reforço da cooperação internacional dos partidos comunistas e de todas as forças do progresso social e da paz é possível contrariar, e depois inverter, as tendências negativas actuais.

É com esta perspectiva que o PCP luta em Portugal, mantendo inteira confiança na justa e possibilidade da realização do nosso

ideal comunista, confirmando a natureza de classe e revolucionária do nosso Partido, reforçando os vínculos do PCP com os trabalhadores e o povo e considerando a acção de massas como o elemento decisivo do processo de transformação social, prosseguimos em Portugal a luta por uma alternativa democrática ao actual governo reaccionário e pela construção de uma Democracia avançada no limiar do século XXI, de acordo com a orientação traçada nos XII e XIII Congressos do nosso Partido.

Queridos Camaradas,

Uma vez mais saudamos e desejamos ao vosso Congresso os melhores sucessos, confirmando a nossa vontade de entreter sempre mais as relações de fraternal amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos.

PDS encerra Congresso

O Partido do Socialismo Democrático (PSD), da Alemanha, terminou dia 23, em Berlim, os trabalhos da segunda sessão do seu segundo congresso.

Apesar das dificuldades que marcaram esta reunião, e que derivam do próprio passado da organização e dos seus militantes, os 530

congressistas aprovaram algumas linhas de actuação, exigindo medidas urgentes que favoreçam empresas do Leste do país e a concessão de contratos públicos ou anulação de dívidas daquelas que estejam em condições de competir a nível do mercado interno ou externo. Defendida foi ainda

a necessidade de uma maior protecção social para os alemães de Leste.

Os delegados aprovaram também novos estatutos para o PDS. As células de base são convidadas a abrirem-se a não-aderentes e a darem-lhes «mais possibilidades de cooperar». Na opinião de Gregor Gysi,

que aceitou continuar à frente do partido, o PDS é a única formação susceptível de unir a verdadeira esquerda alemã.

Aurélio dos Santos, membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP, esteve presente nos trabalhos do Congresso.

ASSEMBLEIA DA PAZ

O Conselho Português para a Paz e Cooperação realizou no sábado passado a XIII Assembleia da Paz.

Os trabalhos da Assembleia incluíram debates sobre revisão de estatutos, relatório de actividades e contas de 1990, funcionamento da direcção e preparação da próxima Assembleia e a análise e discussão da situação internacional, perspectivas e tarefas do movimento da Paz.

Este último ponto será mais detalhadamente abordado no próximo «Avante!».

WALESA EM QUEDA

A popularidade de Lech Walesa, actual presidente polaco, está em queda livre, segundo uma sondagem há dias realizada pelo Instituto da Radiotelevisão e que indica que actualmente apenas 38% dos polacos sentem «simpatia» pelo ex-dirigente do Solidariedade.

Walesa provocou também nestes dias vigorosas críticas das forças da oposição pelas ameaças repetidas em Gdansk de dissolver o Parlamento, face ao conflito entre a presidência e o poder legislativo no que se refere à lei eleitoral.

Adam Michnik, director do jornal «Gazeta», compara Walesa a Mussolini e o «Tribuna», ligado à esquerda e ao antigo partido comunista, afirma que «um presidente que governa a Polónia de acordo com a sua paróquia, e não com o Parlamento, é um presidente ameaçador, sem controlo».

CRIMES DE GUERRA

Ramsey Clark, ex-secretário norte-americano da Justiça, afirmou em Roma que os Estados Unidos cometeram crimes de guerra durante a guerra do Golfo.

Clark, secretário da Justiça durante a presidência de Lindon Johnson, acusou o governo do seu país de destruir estruturas essenciais para a população civil e para a economia do Iraque, como escolas e hospitais.

Clark falava, na capital italiana, na apresentação da Comissão de investigação internacional que pretende julgar a actuação da coligação multinacional no conflito do Golfo.

A Comissão, que já fez 19 denúncias de violações à Convenção de Genebra e aos Direitos Humanos, tenta o apoio internacional para instituir um «Tribunal de Nuremberga» que tenha como principal acusado o presidente norte-americano, George Bush. Em conferência de imprensa foi denunciado o uso pelos Estados Unidos de armas proibidas, capazes de destruição em massa, como a bomba «Blu-82N», que desintegra tudo o que se encontra num raio de 100 metros.

PROTESTO E PRISÃO

Um padre católico e um condecorado do Vietnam foram a semana passada condenados a penas de prisão (na Geórgia, EUA), por terem lançado garrafas com sangue sobre uma base militar, em protesto contra a política norte-americana em El Salvador. O juiz federal Elliot Roberts condenou o padre Roy Bourgeois a 16 meses de prisão e os irmãos Charles e Patrick Liteky, a seis meses cada e uma multa de 1900 dólares (cerca de 300 contos).

Charles Liteki foi condecorado com a medalha de honra do exército por ter socorrido 20 feridos sob o fogo do inimigo durante a guerra do Vietnam.

Os três condenados protestaram contra a ajuda norte-americana ao governo salvadoreño, o treino de militares desse país em bases dos Estados Unidos e também contra o massacre que vitimou seis padres jesuítas, perpetrado por soldados de El Salvador.

ÍNDIOS DO BRASIL

Os índios brasileiros querem participar na elaboração do anteprojecto de lei do novo estatuto do índio para terminar com a actual tutela do governo e poderem administrar as suas terras, segundo um documento assinado por 113 chefes de tribos indígenas, entregue a uma comissão parlamentar.

Nos últimos dias, os 113 representantes de tribos indígenas de todo o país discutiram, na capital brasileira, as suas propostas ao projecto governamental sobre o próximo estatuto do índio, em estudo na Comissão do meio ambiente, defesa do consumidor e minorias, da Câmara de Deputados.

O presidente da Comissão, Fábio Feldman, recebeu o documento com as reivindicações indígenas, entre as quais é solicitado o fim da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), organismo governamental tutelar dos índios. Para além do mais, os indígenas pretendem poder controlar a exploração de minerais e madeira nas suas terras, assim como proibir a construção de centrais hidroeléctricas nas proximidades ou no interior de reservas indígenas.

No Porto o S. João

■ **Maria Eduarda Castro**

A partir da noite de sexta-feira, numa antecipação permitida pelo fim-de-semana, vendedores e foliões começaram a chegar ao Porto. A «rotunda» da Boavista e as Fontainhas continuam a ser os pólos de atracção principais.

Na Boavista, os carros-sés, carrinhos de choque, o palácio do riso, a cascata móvel, a venda de plásticos à mistura com artesanato, os alhos, os manjericos e as faturas; o algodão de açúcar e as pipocas, continuam a ter efeitos de atracção a que é difícil resistir.

Vista ano após ano ou obrigatória para quem vem pela primeira vez, a cascata móvel «onde tudo mexe» prende a atenção de adultos e crianças que encontram a ponte da Arrábida, a procissão, o par a casar que diz o sim, o café Piolho, a tourada, o parque infantil com as crianças a andar de baloço.

Mais adiante vendem-se alhos e manjericos, mistura de cheiros, essência de S. João. Alfredo Moreira é de Santana, S. Mamede. Tem 48 anos e trabalha na construção civil. Ganha 57 contos, fora os descontos. Diz

Os preços dos manjericos variam entre os 350\$00 e os 700\$00, «Estão caros, e o mal é nosso», diz o operário que vende por conta «daqueles senhores», e aponta os vendedores de barros.

Todo o orgulho deste homem é a sua capacidade de trabalho. «Nunca deixei de trabalhar, ponha o meu nome, chamo-me Alfredo Moreira, em Santana todos me conhecem...»

«Está difícil», mas não sabe porque

Nas Fontainhas falámos com a Paula. Dezasseis anos, operária têxtil, mora em Barcelos e ganha 33 contos. Gosta do que faz e está ali para ajudar a família.

Da zona dos barristas, vem vender peças de barro e brinquedos de plástico durante a quadra sanjoanina, ali, nas Fontainhas, mesmo ao pé da estátua de S. João que baptiza Cristo.

«Vende-se pouco», diz com um encolher de ombros. Fez o ciclo preparatório, não quis estudar mais. Diz que está difícil, «não é só isto, está tudo di-



O S. João das últimas décadas passou a ser a tal romaria da «Baixa» repleta de gente, com insólitas características de comunicação através do «alho porro», do ramo de cidreira ou alfazema, da caninha com ponta aveludada.

Sem abandonar a tonalidade das festas e bailaricos populares de bairro, era a concentração maciça que marcava o S. João e que nem no fascismo foi possível abafar.

Nos últimos anos e neste, em particular, sentiu-se a dispersão. Na «Baixa» circulava-se áfoitamente, ao mesmo tempo que o S. João se vai estendendo de novo

que não gostam da festa, mas são raros. De uma forma geral é difícil resistir ao apelo das ruas cheias de gente, das «rusgas da rapaziada nova» que corre de mãos dadas, da noite da grande fraternidade popular.

«Não há S. João sem cravos, alfazema e rosmaninho; nem coração que se preze, sem moçoila no caminho.»

(Cancioneiro do S. João Portuense, «Tradições Populares do Porto», de Hélder Pacheco)

O que durante muitos anos foi conhecido pela «batalha do alho», em que os foliões passavam delicadamente o alho pela cara uns dos outros ou tocavam

com o dito nas cabeças, às vezes com utilizações de outras ervas mais bem cheirosas, foi-se transformando, com a era do plástico, na batalha do martelo, para alegria de uns e tristeza de outros.

A rivalidade vem-se mantendo e há adeptos do martelo que, ao ver o alho, dizem «isso é p'ró estrugido» e há as grandes manifestações de apoio mútuo quando dois alhos se encontram. É que o alho é que é o resistente e como tal tem dado prova provada (agora com o apoio dos ecologistas...)

Ao alho estão associadas superstições: que se deve guardar na casa ou na loja para afastar espíritos malignos ou prevenir contra o mau-olhado. Mas, atenção,

deve ser cortado à meia-noite e posto atrás da porta.

As cascatas

Falar do S. João no Porto é também falar de cascatas. «Tudo serve para «montar» a cascata: pedras e musgos recolhidos dos muros, caixas de cartão pintadas transformadas em «casinhas», armações de madeira, água corrente, areia (muita, nas cascatas mais simples e mais pobres). E, sobretudo, as figuras de barro, representando cenas da vida real, de um universo e local, onde as mulheres, os homens e os animais, nos gestos e momentos do dia-a-dia, são representados». Assim descreve Hélder Pacheco, especia-



que não falta trabalho na construção civil. Já está nesta arte há dois anos, «faço em 10 de Julho». É trabalhador efectivo?», perguntámos. «Nem sei se é a prazo ou não, não sei como está agora», responde, indiferente.

O que sabe é que tem de trabalhar, desde que haja trabalho, e sempre. Ao fim-de-semana também. Neste a vender manjericos e alhos, porque é S. João, os outros na construção civil — 5 contos por fim-de-semana.

«Já trabalhei em fábricas», conta. Saiu porque houve uma crise. Foi há 14 anos. Trabalhou na Ferfor, na Sonafi, depois deram-lhe uma indemnização e veio embora.

fícil», mas não sabe porque. Do S. João só conhece as Fontainhas para onde vem há cinco anos, e sempre no papel de vendedeira, a trabalhar. Nunca foi ao S. João.

Mais dispersa, a festa popular resiste

Várias fases têm atravessado o S. João do Porto que, segundo o investigador Hélder Pacheco, «antes de se transformar na romaria gigantesca de centenas de milhares de pessoas concentradas desde a «baixa» até à Alameda das Fontainhas, era uma festa de bairro, de rua, de freguesia, espalhada por vários lugares».

para a Foz, para a Ribeira, para a Boavista e muitos milhares de amadores do espectáculo acorreram a ver o fogo na ponte, agora acompanhados por raios laser, como sinais dos tempos...

Balões que sobem enquanto outros descem ou se incendeiam, um ou outro fogo de artifício familiar, sardinhas em muitos pátios e nos já poucos quintais e um sorriso de boa disposição em todos os que chegam, a contrastar com o ar cansado dos que abandonam a festa. A partir de uma ou duas horas já os alhos e martelos estão a preço de saldo e as vendedeiras bradam que «é p'rá acabar»...

Mesmo tripeiros, há os

Ainda a Ponte (de Inauguração à pressa,

Nem o projectista da ponte, nem os trabalhadores que a construíram, quatro dos quais, «apenas», disse o telejornal, perderam a vida, nem as cidades ligadas pela ponte, nem o País, afinal, mereciam a actuação do Governo de Cavaco Silva com vista às eleições, ao apressar a inauguração e condicionar a sua data para o dia de S. João.

Com esta actuação, Cavaco Silva e o seu governo transformaram a inauguração de uma ponte que todos consideram um empreendimento da maior utilidade, importância e significado, num conflito institucional, tecnológico e, sobretudo, «político», no sentido rasteiro da palavra, questão a que a população foi particularmente sensível, ao arredar-se completamente de um acontecimento para que todos estavam disponíveis para sentir como seu.

Não há certamente memória de um acontecimento desta importância que as-

sim tivesse redundado numa inauguração envergonhada, sem brilho, costas com costas face à população.

Desde sexta-feira, três dias antes da prevista inauguração, a polícia, enfadada, impedia o acesso automóvel à Estação de Campanhã.

Segunda-feira, manhã quente do dia de S. João, altura já bem estranha para uma inauguração de uma ponte entre duas cidades que passam a folgar a «noitada de S. João», às 11 horas da manhã, algumas pessoas ao longo do cais de Campanhã esperam o comboio que há-de trazer Cavaco Silva com sete ministros e sete secretários de Estado, segundo uma rádio local. Vêem-se algumas bandeiras do PSD, uma família com bonés cor-de-laranja.

Uma mulher mais entusiasta grita «Cavaco, amigo, o povo está contigo», o eco não lhe pega. Uma outra,

ao lado de um repórter da rádio, quando ouve dizer que o Primeiro-Ministro não vem, chama-lhe «comunista»!

Carca da meia hora de baixo de um sol abrasador, às 11 horas e 26 minutos o comboio entra em Campanhã. Ouvem-se vozes a gritar «Cavaco». De posse já do segredo da ausência do Primeiro-Ministro, imaginamos a decepção dos resistentes aos folguedos da madrugada.

O comboio pára. Muitos jornalistas. Ministro, só um, o dos Transportes. E mais nada. As pessoas retiram sem esconder a decepção.

Em nós ficava a convicção de que não merecíamos isto. Ninguém. Nem o engenheiro autor da ponte, nem os trabalhadores que a construíram, nem os portuenses e gaienses, nem os portugueses. Nem a ponte...

Não merecemos este tratamento nem as justifica-

«a festa!»

AMORA-SEXAL • 6, 7 e 8 SETEMBRO

Avante!

Director

António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 2

27 de Junho de 1991

Não pode ser vendido
separadamente

TODOS

AO

TRABALHO!



*As jornadas de trabalho
estão aí. Todos os
fins-de-semana poderemos
dar uma ajuda a construir a
«festa!». Vamos lá!*



*Se viesse
tanta gente
às jornadas
de trabalho...*

*... não
precisávamos
de
descansar
tantas
vezes!*

Lisboa apura bandas e solistas para o Festival da Canção Juvenil



O Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» tem sido uma importante mostra de novos valores da música feita no nosso país

O terceiro Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» vai prosseguindo com as diversas organizações do PCP e da JCP envolvidas a apurarem as bandas que posteriormente irão tocar à «festa!».

As organizações regionais de Lisboa do PCP e da JCP apuraram já 21 bandas de cinco concelhos (Loures, Amadora, Lisboa e Vila Franca de Xira) de entre seis dezenas de inscrições vindas de todo o distrito, concorrentes às modalidades de música rock e solista.

Um júri composto por nove elementos apurará os três primeiros lugares em cada modalidade, os quais irão tocar à XV Festa do «Avante!».

A eliminatória decorrerá já no próximo fim-de-semana, na Amadora (Praça Mestre Simões de Almeida, junto à estação da CP). Terá início às 17 horas de sábado com a intervenção de um jovem candidato CDÜ em Lisboa e às 16 e 30 de domingo.

As bandas seleccionadas são as seguintes: Actus Tragicus; Grupo Alto Risco; Banda do Syd Adão; Bartolomeu Pirata; Contrabanda; Coty-Cream; Estalada Total; Ex-Votos; Kandinsky; Má Honda; Maal; Mata-Hari; Pagem; Orelha Gogh; Pátria; Rei Lobo e os Lendários Zombies; Richard Pedroso; Tusa Lusa; Tropa Morta; Vera Cruz e Zé Manel Suicida.

Uma iniciativa da «festa!», importante para a divulgação de novos nomes da jovem música portuguesa.

Atalaia · Amora · Seixal 6, 7 e 8 Setembro 91

EP
ENTRADA PERMANENTE

JÁ
ESTÁ
À
VENDA

Nas Sedes
do PCP
em todo
o País



Gouveia escolhe equipas do Torneio de Futebol de Salão

O início da fase concelhia de Gouveia do XII Torneio de Futebol de Salão da «Festa do Avante!», que de novo terá lugar no Ringue Polivalente da Casa do Povo de Nespereira, está previsto para o próximo sábado.

As inscrições das equipas poderão ser feitas até hoje directamente na Sede do PCP ou no Restaurante «O Júlio» em Gouveia ou no Café Arcada, em Nespereira.

O Torneio é aberto a todas as equipas, que podem inscrever jogadores com mais de 16 anos, e, como em anos anteriores, para além da fase concelhia compreenderá ainda uma fase Distrital (com os vencedores dos torneios concelhios), uma fase Regional (com os vencedores das poules distritais) e a fase final (com as equipas vencedoras das poules regionais) que terá lugar na Atalaia-Seixal nos dias 7 e 8 de Setembro no decorrer da Festa do «Avante!»/91.

No acto da inscrição serão prestados

aos representantes das equipas todos os esclarecimentos necessários e ser-lhe-ão fornecidos o Regulamento do Torneio e as Leis do Jogo, bem como o dia e hora do sorteio.



Em todo o País realizam-se eliminatórias de apuramento das equipas para o próximo torneio de futebol de salão da «festa!»



Fernando Vicente

Como vai ser a «festa!» MAIOR ÁREA MAIS PERTO DO RIO

A «festa!» chega-se ao rio, adquire novos espaços verdes. Há novidades e coisas boas que regressam.

Uma das novidades da «festa!» deste ano será uma maior aproximação ao rio. À esquerda de quem entrar pela Medideira, a «festa!» incluirá uma zona anteriormente fechada ao público. Mais perto do rio vão estar organizações regionais do PCP como Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Braga, Viseu, Coimbra, Aveiro. Também aí estará a zona do desporto e dos jogos tradicionais, o Palco Arraial e os Pioneiros.

Uma visão nova, privilegiada, sobre Lisboa e a baía do Tejo poderá ser usufruída por todos aqueles que decidirem tomar uma refeição numa esplanada que será explorada por um restaurante comercial de nomeada. Os que trabalham para a construção da próxima Festa do «Avante!» dão o nome de «Mira Rio» a essa esplanada. Novidades dadas ao «Avante!» por um dos responsáveis pela elaboração do projecto para a «festa!» deste ano. Fernando Vicente, membro suplente do Comité Central do PCP, diria a propósito desta nova esplanada que «já há algum tempo que sentíamos a necessidade de a «festa!» poder oferecer um serviço de restaurante diferente do tradicional, um pouco mais caro mas com outro tipo de atendimento».

Para já, os trabalhos de planeamento e execução estão em fase mais adiantada que o ano passado, mas o esforço terá de ser grande para «não pisarmos o risco dos últimos dias», na expressão de Fernando Vicente.

Palco 25 de Abril

Mas passemos a outras novidades. A zona do Palco 25 de Abril será uma das que sofrerá alterações mais significativas na edição deste ano da «festa!». Uma movimentação de terras efectuada depois do Inverno passado permitirá a criação de uma espécie de anfiteatro com uma situação de visibilidade regular para todos os espectadores.

«É uma modificação importante, que vai perdurar», diz-nos este membro do Executivo da Comissão Nacional da Festa do «Avante!», acrescentando ter sido semeado um revestimento vegetal, actualmente submetido a rega intensiva: «não se tratará propriamente de um relvado, mas será uma zona verde».

As finalidades desta plantação são várias: contrariar a erosão do terreno e o levantamento de pó que a presença de milhares de pessoas sempre provoca. Por outro lado, no futuro, será certamente mais agradável a permanência no local.

«O palco, montado numa estrutura de características mais perenes, rodará alguns graus. Ficará virado para Sul, em eixo com a entrada da Medideira». Fernando Vicente referiu que assim será maior a zona da «festa!» que fugirá à influência do som do palco principal; este, por sua vez, será mais fundo que o do ano anterior e da linha de palco ao chão distarão dois metros e vinte.

Novos sanitários

Ainda na zona do palco, do lado da Medideira perto do rio, serão colocadas barreiras de protecção aos desníveis existentes, onde estarão incluídas novas instalações sanitárias com boas características para os utilizadores. Para além destes sanitários, outros dois terão um papel fundamental: um primeiro no mesmo local do ano passado, outro na zona que será ocupada pela organização regional do Alentejo. Mas não se ficará por aqui, estando ainda prevista a instalação de mais alguns balneários em pontos *nevralgicos* da «festa!».

Junto às duas entradas da «festa!», na Medideira e na Cruz de Pau, haverá zonas de divertimentos mecânicos, sendo quase certo que a roda gigante que o ano passado foi elemento preponderante da paisagem manter-se-á no mesmo local, enquanto a pista de automóveis ficará junto à entrada da Cruz de Pau.

«Deveremos privilegiar a entrada da Cruz de Pau, até porque terminaram os trabalhos da urbanização que o ano

passado ali estava a ser construída». Fernando Vicente lembrou ainda que junto às entradas da «festa!» existirão locais a que poderemos chamar *zonas de feira*, com os respectivos restaurantes.

Muitas das organizações do PCP que participam na «festa!» ficarão localizadas nas mesmas zonas do ano passado. «Isso reflecte o acerto de algumas opções tomadas o ano passado». Por outro lado este responsável da Comissão Nacional da Festa do «Avante!» referiria que houve que alterar a localização de algumas organizações, até por que com o *estender* do terreno até ao rio implicou naturais mudanças.

Centro do Livro e Avanteatro

Setúbal, Leiria e JCP estarão localizados em torno da zona de palco enquanto Setúbal, Lisboa (que terá um palco próprio), Porto, Madeira, Açores, Alentejo e Santarém vão manter igualmente as localizações do ano passado.

De regresso estará o Centro do Livro e do Disco, com a responsabilidade da editorial Caminho e a funcionar nos moldes tradicionais: uma espécie de *supermercado do livro*, instalado numa tenda de circo.

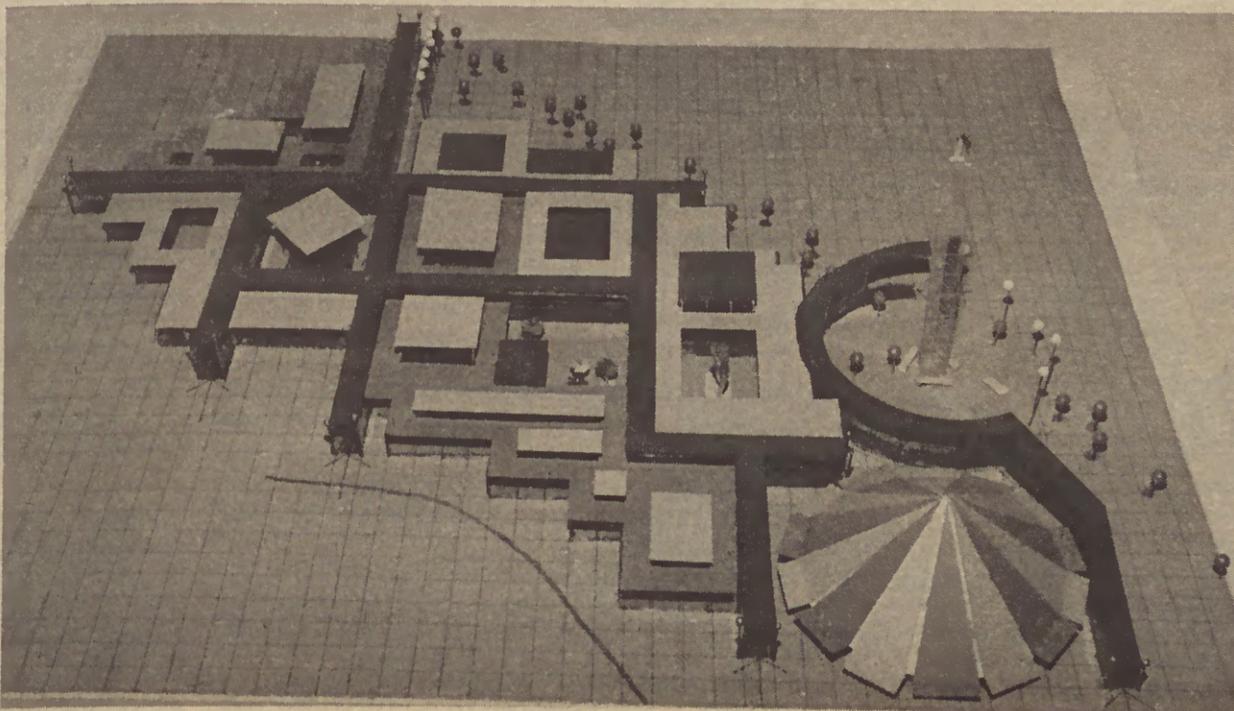
O Auditório 1.º de Maio será ponto importante do pavilhão central mas este ano ficará *livre* do Avanteatro, que terá instalações próprias na zona da DORL, mais distante do palco principal e numa construção que

deverá permanecer, pelo menos, até ao próximo ano.

A zona central será um espaço onde se reunirão a Bienal de Artes Plásticas, o café da Amizade, o Inforfesta (que para além de bases de dados sobre o PCP, este ano debruçar-se-á sobre a ligação existente entre a informática e a música). Aqui estará ainda o Forum - tradicional local de debates na «festa!» - e uma exposição com abordagem de dois temas: os 70 anos do PCP, Partido necessário, projecto de futuro e, naturalmente, o momento eleitoral e político.

«Todas estas áreas e os temas da exposição terão uma abordagem harmónica, não espartilhando o espaço existente mas integrando-o». Tal permitirá, segundo Fernando Vicente, uma decoração cujos pontos fortes passarão pela qualidade dos artistas plásticos presentes na Bienal e pela exposição política.

Finalmente, umas palavras sobre a Cidade Internacional: uma zona central dedicada ao tema da solidariedade e maior número de restaurantes com características diversas e maiores capacidades são algumas das novidades. Para além da presença de representações tradicionais, esperam-se este ano a vinda de novas delegações, como as de países da América Latina. Vai ser, mais uma vez, uma «festa!» bonita.



Esta uma *maquete* que reproduz um estudo sobre o que será o Pavilhão Central

Corrida da «festa!» 91

Atenção atletas, já saiu o regulamento



A participação popular é um dos aliciantes da Corrida da «festa!». Mas também atletas de alto nível competitivo têm participado neste acontecimento desportivo: este ano Albertina Dias confirmou já a sua presença na Atalaia.

REGULAMENTO SÍNTESE

A Festa do «Avante!» organiza, no próximo dia 8 de Setembro de 1991, «Atalaia-Amora-Seixal...» uma corrida aberta a todos, com início pelas 9.30 horas.

A Corrida da Festa do «Avante!» terá a distância de 14 km.

1 — Trajecto

Partida junto ao Campo do Amora, Quinta da Medideira, Fábrica da Resina, R. 1.º de Maio, Cruzeiro, Rua 25 de Abril, EN/10, Rua MFA, Ponte da Fraternidade, EN/328,, Rotunda (T. da Marinha), EN/10-

-2, Farinheiras, Av. Gen. Humberto Delgado, Paio Pires, Cruz. do Seixal, Av. dos Metalúrgicos, Av. Vasco da Gama, Largo dos Restauradores, Av. D. Nuno Álvares Pereira, Praça 1.º de Maio, Av. da República-Arrentela, Ponte da Fraternidade, Rua MFA, Av. Silva Gomes, Rua dos Lobatos, Largo Manuel da Costa, Rua da Fonte de Prata, Q.ª da Medideira, Campo do Amora — **Chegada.**

2 — Escalões

- Juniores M/F nascidos em 1972/73
 - Seniores M/F nascidos em 1971
 - Veteranas atletas c/35 anos e mais a)
 - Veteranos I „ c/40 a 44 anos a)
 - Veteranos II „ c/45 a 49 anos a)
 - Veteranos III „ c/50 a 54 anos a)
 - Veteranos IV „ c/55 anos e mais
 - Deficientes
- a) No dia da prova.

3 — Inscrições

As inscrições serão gratuitas e deverão ser efectuadas entre 22 de Julho e 2 de Setembro de 1991, da seguinte forma:

Pessoalmente — na Av. António Serpa, n.º 26-2.º Esq.º 1000 LISBOA, das 9.30 às 13 horas e das 14 às 18.30 horas.

Pelo correio — com a entrega do dorsal, no dia da Corrida a partir das 8.00 horas, junto do Campo do Amora para: Corrida da Festa do «Avante!» — Av. António Serpa, 26-2.º esq.º 1000 LISBOA.

Atenção — Em caso algum serão aceites inscrições no dia da Prova.

4 — Assistência Médica

A organização não se responsabiliza por qualquer acidente ocorrido durante a realização da Prova, mas assegurará a presença de médico e serviço de primeiros socorros.

5 — Prémios

Estarão em disputa alguns dos seguintes prémios:

- Para os vencedores absolutos **Femininos e Masculinos.**

— Viagem Turística à Madeira, com a duração de 4 dias, no Verão de 1992 — Colaboração Agência de Viagens AGITURISMO.

— Aos 100 primeiros da geral, 1 livro da EDITORIAL CAMINHO.

— Do 1.º ao 3.º classificado de cada escalão — Troféu ou Taça.

— Até ao 1000.º classificado (prémio a divulgar oportunamente).

— Até às 15 primeiras equipas na classificação colectiva (contam os 3 melhores atletas) — Troféus ou Taças.

— A todos os atletas que terminarem — Diploma de Participação que dará acesso gratuito à Festa.

Atletas de elevado nível técnico têm participado nesta corrida que ganhou raízes populares, estando já integrada no calendário anual de muitos atletas. Não vale a pena indicar os seus nomes, na certeza de que, ano após ano, a Corrida da Festa do «Avante!» tem vindo a registar elevada adesão, que se espera para este ano, tanto mais que está prevista a presença de atletas de alto rendimento como Albertina Dias.



Corrida da Festa'91
8 Setembro Atalaia - Amora - Seixal

ONAL



lista e investigador de património cultural, as cascatas portuenses.

E diz ainda: «Falamos das cascatas infantis, amorosas, inventadas e construídas nos mais incríveis recantos, na mira de uma oferta para um dos santos».

Em qualquer tasquinho, engalanado para o S. João com ramos de loureiro e

que ostenta, frequentemente, um garrafão pendurado à porta, se podem comer boas sardinhas assadas com pimentos e beber o bom vinho verde.

Mas também típico do São João é o cabrito assado no forno e, em muitas casas, comia-se, à meia-noite, pão quente com manteiga, açúcar e canela. Sempre

presentes, em tudo o que no Norte é romaria, as fogaças, o doce da Teixeira e a regueifa, em bancas montadas na rua.

Neste S. João, pouco acessível ao comum da bolsa, seis sardinhas com broa e pimento e um jarro de meio litro de verde tinto custavam, nas Fontainhas, 1220\$00!

S. João) — para e sem brilho

ções esfarrapadas do Ministro dos Transportes de que a velha ponte projectada por Eiffel, com 114 anos, não podia aguentar mais uns meses...

«A maior ponte ferroviária do mundo na sua classe», como disse Ferreira do Amaral, abriu ao tráfego com restrições que apenas lhe permitem uma velocidade um pouco superior à da velha D. Maria. O comboio experimental que antecedeu a inauguração atravessou a ponte a 80 quilómetros/hora, mas a rotina vai ser a 40 ou 50 quilómetros.

O palanque montado para a cerimónia inaugural na estação de Campanhã, o restaurante improvisado para o almoço no cais número oito excederam, em pompa e circunstância, um acontecimento que, graças ao Governo, se tornou cinzento.

Para esquecer, o Ministro anuncia mais. «Preparem-se os críticos», diz, porque

o Governo vai continuar a inaugurar!

Afinal que culpa tem o Governo de que a «obra feita», como costuma referir, venha toda a acabar neste período pré-eleitoral? O Ministro avança: é a ponte sobre o Guadiana, minhas senhoras e meus senhores, a mudar «todo o panorama da região algarvia», todo! «Afoitem-se, que a inauguração já está à vista.» E é a auto-estrada do Estoril, p'ró mês que vem. «E não se esqueçam nem da auto-estrada até Penafiel, nem da de Loures», ambas p'ra Setembro!

De inauguração em inauguração, despede-se o Ministro: «O trabalho chama-nos!»

Os sindicatos? Só depois do almoço.

Dirigentes sindicais do sector de transportes esperavam os membros do Governo para entregar a Plataforma Reivindicativa do sector, apresentada ao

ministro em Novembro passado e ainda sem resposta (é que esta obra tem mais tempo, não é para inaugurar...)

Em 22 de Maio último já os representantes dos trabalhadores dos transportes (sector que Cavaco Silva reconheceu ter sido dos mais prejudicados), realizaram uma conferência de imprensa à porta do ministro dos Transportes. Entregaram os documentos a uma secretária com a promessa de resposta que até agora não veio. Bem se compreende, «o trabalho chama o ministro dos Transportes»...

Desta vez, a espera foi em vão. Os Sindicatos, só depois do almoço. Esqueceram-se de os incluir na lista de convidados e eles não quiseram esperar mais. A fome apertava e o calor também. Foram almoçar... e vão continuar à espera. À espera de um governo diferente e melhor, lá para Outubro.

■ M. E. G.



Agricultores

Nem indo ao Porto o Governo os ouve!

Mais de 1000 agricultores desfilaram há dias entre a Câmara Municipal do Porto e os serviços do Ministério da Agricultura, na Rua Gonçalo Cristóvão, onde ninguém os recebeu, certamente porque o Governo de Cavaco Silva continua a considerar que este importante sector da economia portuguesa nada tem de significativo a dizer. O mesmo não pensam os muitos e muitos milhares de agricultores portugueses lesados pela política governamental, que muito, e cada vez mais, têm a dizer a este executivo de grandes farofias e nenhum respeito, quer pelas promessas que desenrola ao sabor das conveniências eleitorais, quer, sobretudo, pelos problemas deste significativo segmento da população produtiva.

Problemas que os mais de 1000 agricultores das regiões de Entre-Douro e Minho e de Aveiro expuseram mais uma vez na praça pública (dado que o Governo, também mais uma vez, nem recebê-los quis), reclamando do executivo, através desta manifestação e com o apoio da Confederação Nacional de Agricultores (CNA), condições para escoamento dos produtos nacionais a preços compensadores à produção através de uma intervenção especial e urgente dos organismos oficiais, particularmente para os vinhos e carnes.

Outras exigências (igualmente imperiosas): contenção das importações através da aplicação dos Mecanismos Complementares de Troca (MCT's), e das Normas de Qualidade acompanhadas de severas medidas de combate à especulação; baixa dos preços dos factores de produção e do gasóleo; apoios financeiros a juros bonificados; aplicação dos dinheiros da CEE em

apoio e benefício da agricultura familiar; esforço de diálogo entre instituições, associações socioprofissionais e agricultores.

Coisas claras e justas apresentadas a um Governo que, inexoravelmente, cada vez mais emerge das águas turvas onde coreografou a existência.

Encontro de Baldios

Vai realizar-se no próximo dia 30, na escola de S. Pedro, em Vila Real, o III Encontro Técnico de Compartes e Baldios Transmontanos e Durienses sob o lema «Aproveitamento das potencialidades e dos recursos dos baldios nas suas várias vertentes». Para o tratamento «desta problemática tão rica quanto diversificada, já está assegurada a presença e a participação de categorizados técnicos da UTAD e de outras entidades, nas áreas da geologia florestal, zootecnia, sociologia rural, incêndios e jurisprudência», informa o Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Este III Encontro realiza-se «em pleno rescaldo de mais uma vitória dos povos serranos, pelo facto de o Tribunal Constitucional ter chumbado pela segunda vez consecutiva a Lei Nº 532 da autoria do PSD que, entre outras questões, pretendia alterar o regime jurídico dos baldios». Por tal facto, os organismos promotores, em parceria com a Associação dos Pastores Transmontanos, tem previsto no final da iniciativa um desfile pitoresco pelas principais ruas da cidade de Vila Real de um rebanho de gado miúdo, acompanhado de pastores com os seus cajados, Conselhos Directivos de Baldios e Compartes transmontanos.



«Apanhados» com a boca na botija

■ FRANCISCO COSTA

«Falta-me o tempo necessário para não fazer rigorosamente nada.»

(Joaquim Letria, «Expresso», 8.06.91)

Ele eram citações nos jornais.
Ele eram excertos nas rádios.

A máquina da promoção funcionava, oleada e cúmplice, como de costume em automático, a anunciar ao povo o acontecimento mediático da semana, talvez mesmo do mês, porventura até do ano. Nessa noite, Cavaco Silva ia à televisão pela enésima vez.

E depois? Qual era a novidade?

Não, desta vez, ele não ia na qualidade de **Primeiro-Ministro**, como nos Telejornais, ainda menos na de **Presidente do PSD**, como no **Primeira Página**. Cavaco ia, tão-só como **cidadão comum** ao «Joaquim Letria», que é nome de programa, de «talkshow».

Que não conta, bem entendido, para tempo de antena.

Lá que a coisa estava a ser preparada, percebia-se: tentando fingir o que não é, aparentando aproximar-se do que quer distante, Cavaco já se esforçara, dias antes, no Parlamento, por abandonar sebatas e papéis, desanuviar o viso autoritário, soltar a língua, deixar escapar a humana interjeição, despentear-se com os dedos. Tratava-se, alegadamente, de «desarmar a oposição»!

A RTP, solícita mas conjunturalmente prudente, não tivera a lata de dar o «show» na íntegra e repartira a prestação por três noticiários. Mas não chegava, faltava

qualquer coisa... O Letria! O Joaquim, era a solução! Habitado a julgar, de fora, os que considera «maiores» na manobra política e nas cortesias, sintonizado com outros «maiores» na isenção e recusa a interferências de Conselhos de Gerência, hábil gestor da imagem construída no passado — que melhor álibi se poderia arranjar, se não Letria?

Desajeitado, com uma réstea de vergonha, Joaquim bem tentou de início disfarçar a jogada, acalmar as «sensibilidades» exacerbadas em tempo de pré-campanha eleitoral. Nada de más línguas! Apenas íamos ouvir o cidadão Aníbal Cavaco Silva («Posso tratá-lo por Professor?»), embora, meia dúzia de vezes mais tarde, descuidado, o voltasse a tratar por **Primeiro-Ministro**...

Travestido de Grande Comunicador de Boliqueime, encenando emoções e intimidades, virando a «cassete» do avesso, o Professor confessou-se oriundo de famílias modestas, repisou os quilómetros calcorreados para estudar, contou os três meses em que cavou milho e os coelhos que alimentou para não voltar a ser cábula, descreveu os super-oito que filmou, a branda canelada que inadvertidamente apanhou no cinema.

Com a graça que o caracteriza, o Professor confessou que, por vezes, as pessoas penduram-se-lhe ao pescoço, o que macula um pouco o seu consabido porte atlético, bem documentado, aliás, por Letria (belo esforço de investigação prévia!) nas inéditas fotos da subida à palmeira, no Príncipe, ou do pulo entre automóveis, no Brasil.

Mas o bom povo é, também, sereno. E amigo. Manda cerejas, caixotes de cerejas, ao Professor e (coisa tão portuguesa!) alheiras e até peúgas «para dormir confortado»! O povo chega, mesmo, a telefonar-lhe para saber o número dos sapatos que, às vezes, traz rotos!

Instado por Joaquim a mostrar-se como qualquer um de nós, o Professor confessou que gosta, muito, de guiar. Em tempos, em África, atascou-se num Volkswagen; em 1985 o destino colocou-o no lugar onde ainda está, e comprou um Citroën: mas também dá um jeito no Peugeot pequenino da filha, como daquela vez em que o carro de Estado falhou.

Por entre estas referências a «bens, marcas e serviços» que não domina, Letria, apesar de tudo, ria, ria muito, satisfeito e honrado com a presença do Professor no seu programa...

Se não fosse tão baixa esta manobra pré-Outubro, se não fosse tão triste esta operação cosmética, seria de a gente se rir do ridículo. Assim, fica apenas um esgar, daqueles que o Professor ensaia, quando tenta sorrir. Cavaco, diferente? Letria, surpresa? Que ideia! Apenas iguais a si próprios! Mas, já agora, uma sugestão: dada a actual tendência do Professor para contador de histórias infanto-juvenis, que tal a Televisão convidá-lo para o Telejornal das criancinhas — o «Caderno Diário». É certo que não podem votar, mas é possível que, como acontece em relação às tartarugas Ninja que aparecem na publicidade, elas façam uma pressão sobre os paizinhos...

BRAGA

PARQUE
MUNICIPAL
DE
EXPOSIÇÕES

festa da
alegria

5, 6 e 7 JULHO/91

SÉRGIO GODINHO
DELFINOS
VAI DE RODA

ISSABARI - JULIAN DEL VALLE - RAÍZES
CANTARES DA TERRA - BRAMASSAGI
JAZZ - FOLCLORE

(Sonorização e Luminotecnia a cargo de «APLAUSO»)

Domingo, 7 de Julho

COMÍCIO COM **CARLOS CARVALHAS**

Secretário-Geral Adjunto do Partido Comunista Português

Artesanato - Vinhos e Petiscos
Diversões - Muita Animação



encontro distrital da Juventude CDU / Porto

Acampamento AMARANTE
28, 29 e 30 Junho

PROGRAMA:

6ª feira (fim da tarde/noite), abertura do acampamento, convívio musical, vídeo gigante

Sábado

10h00 - Recepção aos participantes

14h30 - Visita à cidade

16h30 - Jogos de água no Rio Tâmega

18h30 - Futebol de Salão - Amarante/Porto

20h00 - Churrasco e sardinhada / Encontro com Luís Sá

21h30 - Concerto Rock - Vento Norte / Música Popular Portuguesa - Tó Zé Loureiro

Domingo

09h00 - Caminhada na montanha

12h00 - Piquenique

14h00 - Debate com Deputados e candidatos da juventude

16h00 - Regresso a Amarante

17h00 - Últimos mergulhos

20h00 - Despedida dos participantes de mais longe

21h30 - Vídeo gigante



CDU

para um
Portugal
Melhor



**ACAMPAMENTO
INTERNACIONAL**
PORTUGAL - ESPANHA - FRANÇA
PENICHE - 3 a 12 de JULHO 91
Ficha de Inscrição

NOME: _____

MORADA: _____

IDADE: _____ TELEFONE: _____

ORGANIZAÇÃO: _____

MODALIDADE: A) _____ ou B) _____

— Inscrição até 31 de Junho nas sedes da JCP ou nos CTs do PCP
— Modalidades: a) 6000\$00 (com pequeno-almoço e almoço) e b) 10 000\$00 (com pequeno-almoço, almoço e jantar), a pagar no acto de inscrição.

— Tel. do CT do PCP de Peniche: (062) 72 744

Um longo e merecido repouso

Três figuras que são uma só — Primeiro-Ministro, ministros todos e todos os secretários de Estado — desdobram-se em inaugurações: inaugurações de obras anunciadas, inaugurações de obras não iniciadas, inauguração de obras já inauguradas, inauguração de obras ainda não imaginadas. As benesses de um oceano de promessas alagam, todos os telejornais, as casas de milhões de portugueses. A cuidada ementa informativa da RTP serve-nos, em abundantes doses, os múltiplos pratos da cavacal bem-aventurança, garante-nos que se



JOSÉ CASANOVA
Membro
da Comissão Política

**Cavaco Silva
fala e sorri
de si próprio
na terceira pessoa
e confessa
que, de facto,
é o maior**

não vimos a dita é porque somos cegos e assevera-nos que Portugal é um paraíso invejado por todos na Europa e no Mundo.

Há 40 milhões de pobres nos Estados Unidos da América? Há. Mas o presidente Bush já pediu uma audiência a Cavaco Silva para que este lhe ensine a resolver o problema. Há 100 milhões de jovens e crianças vivendo ao abandono na América Latina? É verdade. Mas uma cimeira dos países da região para acabar com essa situação aguarda apenas a disponibilidade de Cavaco Silva para estar presente. Há 45 milhões de pobres nos países da CEE? Certo. Mas nós, nesse aspecto, nem somos da CEE e é sabido que Jacques Delors espera, pacientemente, à porta da agenda do Primeiro-Ministro português a oportunidade de ser recebido e instruído sobre a matéria.

Entretanto, Cavaco Silva, com aquele sorriso profundo que lhe conhecemos, fala e sorri de si próprio na terceira pessoa e, porque é homem modesto, simples e que só diz verdades, confessa que, de facto, é o maior. De hoje e de sempre.

Por outro lado, dezenas de émulo de Z. Zagalo — confortavelmente «postos ao abrigo da pobreza», tal como o secretário de Abranhos — exibem as qualidades únicas do Primeiro-Ministro e esfalfam-se na procura de adjectivos capazes de lhe expressar a admiração e a reverência devidas. Aos portugueses e portuguesas é concedida a graça de conhecerem pormenores da vida privada do Chefe, do qual se fica a saber que, como toda a gente e como Abranhos, apanhou ninhos e fez papagaios de papel mas que ao contrário de toda a gente embora ainda como Abranhos, mesmo quando soltava ao vento os papagaios da inocente infância era já e sempre nos superiores interesses da Pátria que pensava.

Cavaco Silva, sempre sorrindo uma inteligência viva e ampla, prodigalizando-nos em cada fala migalhas de uma vasta cultura, condescende, por vezes, magnânimo, em participar em directo no espectáculo. Ouvimo-lo, há umas semanas, proferir uma eloquente apreciação das raparigas da JSD sobre as quais informou, serem «boas em todos os aspectos». Vimo-lo, mais recentemente, exibindo uma coragem insuspeitada, trepando um coqueiro, com os Letrias todos do País, embevecidos, atrirando-lhe risos de alcagóitas e indiferentes à dor provocada pelo choque do coco na tola, inevitável em tais ocorrências. (Garantem-me que, momentos antes do início do programa, Cavaco Silva teria chamado Letria à parte e ter-lhe-ia confidenciado modestamente: «Não conte a ninguém, mas confesso-lhe, a si, só a si, que uma vez, há muito tempo, compus versos»; «Sim, senhor Primeiro-Ministro», terá respondido Letria. Não sei se foi assim ou não. A semelhança com a confidência de Abranhos a Z. Zagalo é flagrante e a minha fonte é tão fidedigna como aquelas onde frequentemente vão beber os vários órgãos de comunicação social pelo que ou a informação é falsa ou o Letria não apanhou a natureza da confidência.)

Sendo certo que Cavaco Silva é não só o maior mas

o único, resta-nos agradecer à Divina Providência termos bafejado com esta sorte de o termos como primeiro-ministro e assim termos visto, pela televisão, a resolução de todos os problemas do País.

Só os cegos de não querer ver (os piores que há, como se sabe) continuam a recusar a evidência. Com efeito, toda a gente sabe que, graças a Cavaco Silva, acabaram os problemas da Habitação e hoje há casas para quem quiser comprá-las ou alugá-las a preços acessíveis a todas as bolsas. A Saúde está doente? Balelas da oposição; constate-se a beleza que é o funcionamento das urgências nos hospitais, atente-se uma consulta em qualquer centro de saúde, sem bichas nem atrasos, tudo sempre graças a Cavaco Silva. Os Transportes são um caos? Falsidade grosseira: repare-se como, todas as manhãs, dezenas de milhar de pessoas se deslocam de casa para o emprego (e vice-versa ao fim do dia), comodamente instaladas em rápidos transportes. Graças a quem? A Cavaco Silva, obviamente. E no Ensino não está tudo resolvido? O analfabetismo acabou, as escolas todas têm todas as condições necessárias para bem ensinar e bem aprender, não há problemas, chega-se ao Superior e são só portas abertas e facilidades. Graças a Cavaco Silva, escusado é dizê-lo. E a Cultura? Fachada e aparato escondendo a necessidade urgente de uma senhora reforma? Então e o Centro Cultural de

Belém? Nem na Europa há igual (ou não fosse o CCB uma autêntica ampliação da Vivenda Mariani) e diz-se que para a inauguração, o próprio Primeiro-Ministro já terá sugerido ao SEC a contratação de um grupo de recitadores que lhe recitem, e ao seu Governo e familiares, a Balada da Neve, a Lua de Londres e o Noivado do Sepulcro. Acentuam-se as desigualdades? Conventhamos que é verdade, de certa maneira; mas é isso um mal absoluto? Não. Cavaco Silva, sempre ele, ensina-nos que ricos e pobres sempre houve e há-de haver pelo que a sua política é concebida a partir desta ideia-chave: é preciso que os ricos sejam cada vez mais ricos para melhor poderem ajudar os pobres. Desemprego, precariedade de emprego, violação dos direitos dos trabalhadores são coisas desconhecidas em Portugal e ainda há dias cá veio ou há-de vir um senhor estrangeiro muito importante pedir ao senhor Professor para lhe ensinar como é que se acaba com esses males todos.

É desnecessário continuar a exemplificação daquilo que é uma evidência para toda a gente: Portugal é um paraíso e deve-o à inteligência, à capacidade e ao esforço do Primeiro-Ministro. Por isso, é dever de todos os portugueses agradecer condignamente a Cavaco Silva tanto e tão esforçado trabalho oferecendo-lhe, em 6 de Outubro próximo, um longo e merecido repouso que lhe permita ir fazer o Paraíso para outro lado.



O regresso a concepções ornamentais

(...)

Importa-nos, de imediato, uma diagnose trans-sectorial do comportamento da Secretaria de Estado da Cultura esmaltado no quadro geral do Cavaquismo, e, alternativamente, a definição de rumos e propostas que se nos afiguram inadiáveis.

Entre outros, cinco eixos medulares dominam o discurso e a prática do Executivo.

Primeiro: a prossecução de objectivos estratégicos nítidos, que se subordinam à sacralização do mercado, desregulado ou, se se quiser, apenas cerzido pelos interesses dos grupos ligados às indústrias de produtos culturais, e investem ostensivamente no desonerar o Estado das responsabilidades que lhe estão constitucionalmente cometidas.

Assim, ilustrativamente, enquanto se abandona, de forma chocante, o associativismo que, de Norte a Sul, intenta assegurar, na preservação da memória colectiva e na inovação, pela festa ou pela animação em vez dos galantes cerimoniais, o rosto do que somos, concentram-se verbas e energias nos empreendimentos não reprodutivos, de mero lustre e pura circunstância, com eles se visando a promoção de governantes, a manipulação da opinião pública — sistematicamente atraída para a sacralização de um fontismo desiluminado — e, portanto, a serventização da cultura a desideratos que lhe permanecem alheios.

Segundo: a aposta no regresso de concepções decorativistas, ornamentais, que encontraram arautos nos idos da ditadura, e se vêem impantes entre destroços, estribadas num fraseado inconsistente que tudo deseja entregue aos mecanismos da sociedade civil mas, pulverizando até a tese do Estado supletivo (tão cara a certo liberalismo de torna-viagem!), se exalta com o custear de espaventos e realizações que não deixam raízes.

Já aqui o lembrámos, aquém e para lá do Centro de Belém, a propósito de certos festivais e feiras internacionais bem como, sintomaticamente, do negócio que se oculta, em proveito da *Deutsche Gramophom*, com a subida à cena, no S. Carlos, do «Rapto no Serralho», de Mozart. Contra o enraizamento de uma orquestra residente, de uma oficina músico-teatral, um corpo de bailado, um coro, capazes de dar expressão ao nosso calado espólio lírico sem enjeitar quaisquer compositores não nacionais ou adequados regimes de intercâmbio com o estrangeiro, prefere-se o efémero fausto de representações que não frutificarão. É a ideia do Portugal-apeadeiro da itinerância dos grandes espectáculos, não raro de dúbia qualidade, que fazem o deleite dos públicos de Londres ou Nova Iorque, Roma ou Paris.

(...)

Terceiro: o privilégio do centralismo, umbilicado a uma visão dirigista e discriminatória, tanto no que se liga à prestação de apoios financeiro-técnicos como no que resulta da completa inexistência de circuitos de distribuição e do voluntário garroteamento das propostas locais.

O Governo inflama o verbo enfatizando as virtualidades e demonstrações das Autarquias, descobre nelas a árvore das patacas para o seu indevido lavar de mãos na resposta a quem o solicita com legitimidade, mas, de facto, busca tão-só sobrecarregá-las de ónus sem as alimentar, no entalhe orçamental, com dotações mínimas que as ajudem a enfrentar os crescentes encargos. Dito de outro modo: não cumprindo o que inequivocamente lhe compete, endossa os agentes culturais para entidades que, porque se acham exauridas, não podem — mesmo que organicamente não devam mas queiram — atalhar ao mundo complexo das carências rastreadas. Este pilatismo de triste catadura não exuma os dados que gritam: por um lado, o dinamismo de certas réplicas — de que o CDIAG é exemplo a reter! —, contingentes numa moldura iníqua de insuficiências; por outro, operando um salto sinalizatório significativo, a lástima dos 11 mil contos com que a DGAC, entre mal amado dos sucessivos titulares do cargo que o Dr. Santana Lopes entretanto exorna, terá que atender às 15 mil colectividades espalhadas por este rectângulo ocidental da Ibéria...

Descentralizar é, na boca volúvel da maioria, um logro. Serve, porventura, campanhas de panegírico pessoal; falha, contudo, dia após dia, nesse intérimo mapa dos apelos sem eco em que se transformaram as comunidades que vivem fora dos escassíssimos núcleos urbanos não de todo à míngua do elementar.

(...)

Quarta linha de força da actuação da SEC: um pen-

dor endógeno para a delapidação ou erradicação do diálogo, para a fuga ao controlo parlamentar — como aconteceu no processo que ratificou o acordo ortográfico! —, para o acto administrativo sustentado contra todas as vozes discordantes, num complexo de ilha, de reduto fortificado e hostil, que não é compatível com a linfa que circula nos organismos vivos do sector.

(...)

Quinta orientação-matriz: o dovórcio com as novas temáticas — as do audiovisual (para além, entenda-se,



José Manuel Mendes
Escritor, deputado do PCP

Contra o enraizamento de uma orquestra residente, um corpo de bailado, um coro, prefere-se o efémero fausto de representações que não frutificarão.

da sua instrumentalização a escopos propagandísticos); as que emergem do despertar contra a indiferença e a sucessocracia desenfreada; o estudo dos direitos da terceira geração, cada vez mais prementes, numa época que exonerou a solidariedade e o humanismo; as artes «enjeitadas» como a fotografia, a culinária ou a moda; a anteposição enformativa da cultura à gestão dos departamentos estaduais. Não concebemos o desenvolvimento despojado de uma transversal e profunda componente cultural nem esta confundida num charro negociamento, no primado do supérfluo feérico, na incúria, no pauperismo, num fluir contristante dos frutos da razão acrítica. Impulsão insubstituível para transformar destinos e felicitar o homem, na insummissa criatividade — não secundarizável face à justeza da preservação das obras do passado — e na habitação dos lazeres, vêmo-la, pelo contrário, a prédeterminar políticas (económicas, sociais, ambientais, de investigação tecnológica) e a gerar o renovo.

Isto é: a agir inversamente ao modelo conservantístico do PSD!

É, porventura, ocasião de lembrar que não defluiu da nossa atitude de oposição e enunciação programática qualquer proposta que se acantone no reivindicativismo quantitativista, tudo pressuponha nascido do Estado, considerando inerte uma comunidade que deu provas de dinamia, designadamente associativa, com que o Governo não se sintoniza. Preconizamos, sim, a gramática da Constituição da República que, ao acolher a vitalização dos mercados, não desobriga os poderes públicos de peculiares deveres. Está o Executivo vinculado ao desígnio de conceder os meios para a criação e a fruição culturais, a elas induzindo um generalizado acesso, não se compadecendo com os arquipélagos de ácido abandono ou gritante insubsistência.

(...)

Isto dito, cabe ainda um olhar particularizante sobre áreas mais indistintamente em crise.

O catálogo de governação de Santana Lopes, para um quadriénio que acabará em 94, bradava a indeclinável prioridade de salvaguarda do património. Que se fez, entretanto? O IPPC foi praticamente desmantelado e há quem o vá apercebendo como um cadáver adiado que nem sequer procria.

À margem de montantes básicos, incumpe protocolos, exime-se, por inércia ou obscuros desideratos, a intervir onde a Lei lhe exigia um especial zelo, sucumbe ante o surto de seres com competência paralela — como é o caso do Conselho Superior para a Defesa e Salvaguarda do Património — que se devotam a um labor pontual desinserida uma qualquer lógica coordenada. As obras previstas para o Museu Nacional de Arte Antiga são insignificantes; o Museu de Arte Popular não foi revitalizado, existindo uma situação de quase clandestinidade após a extinção que se lhe decretara; o Museu da Criança, muito discutível, não se lóbriga; a recuperação do Palácio da Ajuda e zona envolvente acha-se

estacionada na indefinição — e não se detecta explicação credível para os factos danosos a que, nesta Casa, em devido tempo, aludi; o «prodígio» de Sagres sentese acometido de paraplegia irremível; os prémios D. Fernando são burundanga sem lastro; o propósito de ligações do Terreiro do Paço à Ribeira das Naus, não era, claro, para levar a sério... Enquanto isto, valerá a pena evocar o descaso ante a degredação de edificações, de espécimes arqueológicos ou etnográficos, das modestas e honrosas pedras que são, «na minha aldeia», «maiores do que o Tejo»?

Os museus, por seu turno, matam uma outra vez, por exangues de recursos pecuniários e humanos, os acervos que contém. Outro tanto se dirá dos Arquivos — de que as normas legais de utilização teimam em tardar! — e das Bibliotecas, do decréscimo de implantação da rede Bibliópolis, da ausência de um plano de incentivo à leitura. Acresce indagar: porque se insiste na iniquidade de compelir as destinatárias do depósito legal ao pagamento dos portes, destroçando as suas magras disponibilidades?

O artesanato é um reino que a SEC ignora, a que nem sequer manda uma «saudade roxa»... Para quando a Lei Quadro e o Estatuto do Artesão, as monografias que urgem, a revisão do actual perfil dos certames, o alargamento aos seus criadores do previsto no artigo 45.º da legislação dos benefícios fiscais, cuja revisão, advogada, de há muito, pelo PCP, não vislumbra eco na maioria PSD, apesar de irrecusável?

(...)

Excerto da intervenção produzida durante a intervenção ao Governo sobre Cultura.



Uma oportunidade perdida

(...)

Como se sabe, o Porto teve durante muito tempo uma intensa e característica vida intelectual, nos domínios da literatura, na elaboração doutrinária, do teatro, da ópera, da música e das artes plásticas. O reconhecimento destas tradições motivou a criação, por esta assembleia, de um Museu de Literatura; esse Museu está desactivado, o seu director foi proibido de aceitar espólios ou ofertas, e o seu edifício está em grande parte ocupado por uma comissão de arquitectos do IPPC. Na área teatral, é de assinalar a continuidade do FITEI e a realização recente de um festival de teatro infantil, mas a verdade é também que três grupos teatrais foram paralisados por falta de apoio, e que uma já velha aspiração, a de compra do Teatro de S. João, festivamente anunciada na imprensa, não se concretizou ainda nem está inscrita no Orçamento de Estado para 1991 a verba que seria necessária para tal aquisição.

Apesar da sua percursora história cinematográfica e da sua boa tradição cineclubista, o Porto não dispõe de uma cinemateca, — o que significa que os seus cineclubes e outros interessados não têm condições para constituir-se em alternativa ao mau cinema comercial, quase todo dependente de empresas distribuidoras. E apenas mais dois apontamentos exemplificativos: o Museu de Etnologia encontra-se em avançado estado de deterioração, sem que lhe sejam atribuídas verbas que permitam recuperá-lo; e o Arquivo Distrital do Porto tem instalações de há muito ultrapassadas que criam dificuldades ao cumprimento das suas funções e põem até em risco documentos de grande valor. Imaginem que conforto pode trazer para esta situação que me limitei a

exemplificar a construção de um Centro Cultural de Belém, num montante na ordem de algumas dezenas de milhões de contos.

* * *

Um dos sectores culturais mais notórios mas também mais carecidos de atenção é o da literatura portuguesa.



ÓSCAR LOPES
Professor catedrático,
membro do CC do PCP

O que houve de pior em todo este processo do Acordo Ortográfico foi o ter-se perdido a oportunidade de uma discussão democrática

* * *

Ao longo de mais de sete séculos e meio, a produção literária tem sido um dos mais notáveis títulos de identidade nacional; no entanto, às limitações de dimensão demográfica e sobretudo de nível geral de vida e cultura têm condicionado aquela profissionalização editorial que nos tempos modernos constitui uma condição necessária da criação de fôlego. Raros são aqueles que hoje em Portugal se arriscam a viver só da sua pena, porque, inclusivamente, a colaboração regular nas publicações periódicas, recurso fundamental de sobrevivência para os nossos autores do século XIX, perdeu quase toda a sua anterior importância no jornalismo actual.

Para defender os direitos morais e materiais dos escritores foi nos anos 60 fundada a Sociedade Portuguesa de Escritores, hoje Associação Portuguesa de Escritores, que se debate no seguinte círculo vicioso: o nível de profissionalização do escritor português não permite que adquira a necessária eficácia uma instituição que, entre os seus principais objectivos, conta o de contribuir para uma efectiva profissionalidade daqueles que para ela estejam vocacionados. Nestes termos, a APE tem de viver na dependência de subsídios da SEC e de entidades mecenas; — só que, além de insuficientes, tardios e incertos, estes apoios estão mais ou menos condicionados pela realização de acções imediatas ou imediatamente visíveis. Daí que a APE apenas seja publicamente conhecida pela instituição de prémios e pela realização espaçada de congressos.

Tenho certa experiência difícil da gestão da APE e sei que é impossível romper o referido círculo vicioso, nas actuais condições de manutenção básica. Por exemplo, já, com apoio do Instituto Português do Livro e da Leitura, se tentou a organização de contactos convenientemente programados e preparados de escritores solicitados por escolas, organismos autárquicos, bibliotecas e outras associações, — e quem tenha algum conhecimento sobre a relevância que estas iniciativas, geralmente realizadas de um modo avulso e improvisado, podem assumir, sobretudo em terras onde um colóquio com um escritor conhecido constitui um acontecimento local. No entanto, iniciativas desse género revelaram-se inexecutáveis porque exigem uma base logística permanente que o actual nível de quotas e de subsistência não permitem.

Há uma solução viável e pelo menos adequada às circunstâncias portuguesas que há já meio século estava na base que levou à criação da Sociedade ou Associação de Escritores e que chegou a ser aprovada em 1981 por uma comissão especializada deste Assembleia da República: a retenção de uma baixa percentagem sobre a edição de obras caídas no domínio público, a favor de um Fundo Literário co-administrador pela Associação, ou por associações, de Escritores, pela SEC e pela Associação de Editores e Livradores. Eu sei que a APEL resiste a uma solução deste tipo, talvez, em parte, porque isso

incidiria sobre uma questão também importante e por resolver: a questão da verificação das tiragens. Penso que a SEC poderia desempenhar um importante papel de mediação entre as justas aspirações dos escritores e os interesses dos editores, e sobretudo penso que uma das melhores homenagens que poderemos prestar a Camões, Camilo, Eça, Pessoa e tantos outros autores que viveram em geral nas maiores dificuldades e que hoje constituem as melhores fontes de lucro editorial, — seria utilizar uma, aliás pequena, fracção da venda das suas obras para que a Associação Portuguesa de Escritores possa autónoma e eficazmente contribuir para o melhor conhecimento nacional e internacional, para o melhoramento das condições de trabalho e para um esquema mínimo de segurança social do escritor profissionalizado, que seria mais decoroso funcionar a esse título do que, como actualmente acontece, a título de subsídio oficial por um Fundo de Fomento Cultural, que implica a desnecessária publicidade dos nomes dos seus beneficiários.

Comportamento tipicamente criticável da actual Secretaria de Estado da Cultura é aquele que se relaciona com o Acordo Ortográfico entre Estados de Língua Oficial Portuguesa. Como se sabe, o texto foi assinado antes que fosse do conhecimento público, antes que fosse sequer conhecida pela Comissão Nacional que criticara severamente o anteprojecto do texto, — texto que, com excepção de um resumo apresentado em conferência de imprensa pelos académicos responsáveis, se manteve secreto até para o próprio Coordenador da CNALP, que dele só teve notícia através da Assembleia da República. Não posso deixar de, pelo menos, lembrar alguns factos graves decorrentes desse procedimento precipitado e antidemocrático. Em primeiro lugar, no mesmo dia em que o Acordo era aprovado por esta Assembleia da República, um dos dois responsáveis signatários do Convénio de Paz em Angola declarou em Coimbra que se oporia à sua execução nesse país. Por outro lado, o texto contém erros que exemplifiquei em diversas circunstâncias e que, num colóquio realizado nesta mesma casa, foram reconhecidos pelo próprio Professor António Houaiss, embora a título de lapso, título cujo eufemismo poderei facilmente demonstrar; além disso, coisa em que mal se reparou, a redacção e exemplificação da alínea do Acordo que se refere ao uso das letras K, Y e W, abrem caminho à adopção da ortografia inglesa para todos os topónimos estrangeiros, pelo menos de línguas que não usam o alfabeto latino; e, só para dar mais um exemplo dos seus efeitos perversos, certas pretensas uniformizações gráficas vão provavelmente precipitar efectivas diferenciações fonéticas entre o Português brasileiro e, por outro lado, o Português europeu e sobretudo o Português africano; além de que essas discutíveis e até em certos casos inexistentes uniformizações gráficas, vão afastar a ortografia portuguesa, não apenas, e em geral, da ortografia das outras línguas latinas, mas também da ortografia de um numeroso contingente de palavras de origem latina existentes naquelas línguas europeias, inclusivamente germânicas, com que estamos em fase de estreitar as nossas relações culturais e outras.

Mas o que houve de pior em todo este processamento do Acordo Ortográfico foi o ter-se perdido a oportunidade de uma discussão, e de uma decisão tanto quanto possível consciente, democraticamente consensual e científica, porque, silenciado perante a opinião pública qualquer debate entre o anteprojecto do Acordo, o primeiro parecer da CNALP e as razões que a Comissão da Academia certamente terá, mas que desconhecemos, para chegar até ao texto final, impossibilitou-se a definição de um consenso ou opinião pública devidamente informada, um consenso, se não total, pelo menos consideravelmente alargado e consciente, — e todos nós teríamos aprendido mais alguma coisa de importante acerca de língua que partilhámos com seis outros países, sem contar a Galiza.

Teria sido uma excelente oportunidade de reflexão linguística e de democracia aplicadas. Foi uma pena termos perdido essa oportunidade.

Excerto da intervenção produzida durante a interpelação ao Governo sobre Cultura.



EM FOCO

O impacte distorcido dos mass media na consciência humana

Creio não ser excessivo afirmar que dificilmente varremos da memória as imagens dos muitos monges budistas que se imolaram pelo fogo para protestar contra a guerra dos EUA no Vietnam. Dos monges não sabemos o nome. As notícias chegavam difusas. Os monges cruzavam as pernas, regavam-se com gasolina e ateavam o fogo a si próprios. O mundo, apesar dos casos, não se comoveu tanto como no caso do jovem checoslovaco Yan Pallach que se imolou em Agosto de 1968 para protestar contra as tropas soviéticas.

Não me parece que o mal seja do coração do mundo, mas do impacte que os mass media atribuem às notícias.

Todos nós somos duramente «atingidos» pelas catástrofes naturais como por exemplo a do Bangladesh que matou 125 000 bangalis, mas, entretanto, todos os anos no mesmo país morrem 870 000 crianças, das quais 250 000 por desidratação provocada por diarreias. Se a televisão e outros mass media não nos colocassem com a força

de choque em cima das nossas mesas esses factos, era certo que os fenómenos passariam em grande medida à margem da vida dos povos e das pessoas. O domínio dos mass media permite, nos dias de hoje, uma enorme capacidade de intervenção e de formação de opinião à escala planetária.

Antes de chegar onde gostaria de chegar, se o leitor me quiser seguir, permitam-se uma incursão ao período da guerra do Golfo.

O domínio dos mass media atinge níveis de autêntico fundamentalismo ideológico, ou seja a repetição até a exaustão das «verdades absolutas», que quem manda quer que se repitam, como se da lei das 12 tábuas se tratasse, ou ainda da versão mais fundamentalista do Alcorão...

No caso da guerra do Golfo os mass media lançaram uma campanha a favor do direito internacional e o mundo apoiou; mas os mesmos mass media não se indignaram com as violações das resoluções das Nações Unidas referentes à Palestina e que duram há mais de quatro décadas.

Saddam Hussein é justamente um ditador, mas o Emir do Kuwait e o Rei da Arábia Saudita, países onde não há democracia, são eufemisticamente aliados ocidentais...

A dupla linguagem da guerra ainda é mais subtil e brutal. Repare-se. As forças aliadas têm exércitos directivos de informação e briefings com a Imprensa. Os aliados eliminaram e neutralizaram. O Iraque assassina e destrói. Os aliados lançam um primeiro ataque. O Iraque ataca a coberto da noite com mísseis furtivos. Os aliados são profissionais. Os iraquianos fanáticos. Os mísseis dos aliados causam danos colaterais. Os mísseis dos Iraque são um erro e actos de cobardia.

Assim se forma opinião, por via da manipulação das consciências. É claro que acreditamos nos homens, mas nas circunstâncias actuais e face à informação que se dispõe, e à «violência» com certas imagens-choque são transmitidas não cabe dúvidas que elas moldam o homem, pelo menos na actual fase da nossa civilização. É evidente que se pretendia aneste-

siar a consciência humana para que ficasse indiferente aos mortos iraquianos e indignada face aos mortos israelitas ou aliados, isto é, para que se indignasse por cerca de oitenta mortos e se não indignasse face a duzentos mil mortos...

Um outro exemplo ainda mais actual acerca desta imparcialidade chocante é a forma como têm sido tratados os dramáticos e trágicos acontecimentos na Coreia do Sul.

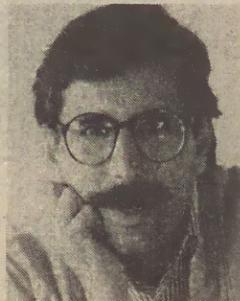
Centenas de milhares de jovens durante os meses de Abril e Maio manifestaram-se contra o assassinato de um colega, Kang-Kyung-Dae, mortalmente espancado pela polícia, e contra a repressão que o governo desencadeou.

As proporções da revolta atingiram semelhantes níveis que durante esses meses onze jovens tentaram imolar-se pelo fogo, tendo morrido sete. O-N-Z-E J-O-V-E-N-S! Pode ou não concordar-se com os protestos juvenis, pode ou não estar-se de acordo com as exigências da retirada dos 50 000 soldados norte-americanos que ocupam o território, pode ou não concordar-se com o muro por onde só as aves passam voando.

Pode ou não concordar-se com os métodos de luta dos estudantes, mas **ninguém em consciência pode deixar de reflectir na violência que representa a actual situação política para que onze jovens se imolem pelo fogo.**

O mundo, entretanto, não conhece um único dos seus nomes e nunca lhes viu o rosto... mas existiram e existem, pelo menos para o povo coreano tão sedento de liberdade e democracia e da reunificação.

No dia 10 de Novembro de 1989 o mundo parou para assistir à queda do muro de Berlim. Mas o muro da Coreia segue imponente de um lado ao outro do país (e não em redor de uma cidade encravada dentro de outro país) com os seus 5 metros de altura... Quem se lembra do muro da Coreia? Quem se lembra dos 50 000 soldados americanos, no exacto momento em que os soviéticos se retiram de todo o lado? Quem se lembra que o amor à liberdade é tão elevado que onze

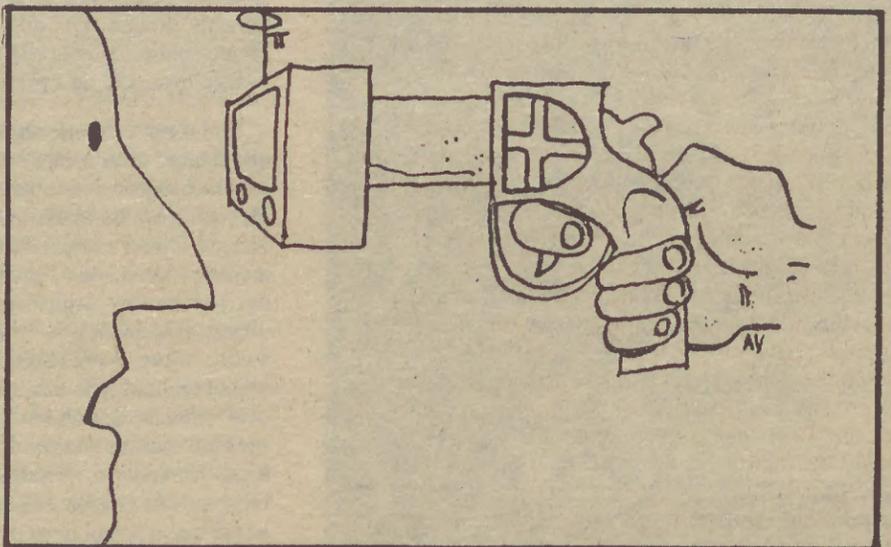


DOMINGOS LOPES
Membro suplente
do Comité Central

Não me parece que o mal seja do coração do mundo, mas do impacte que os mass media atribuem às notícias

O mundo, entretanto, não conhece um único dos seus nomes e nunca lhes viu o rosto... mas existiram e existem, pelo menos para o povo coreano tão sedento de liberdade e democracia e da reunificação.

No dia 10 de Novembro de 1989 o mundo parou para assistir à queda do muro de Berlim. Mas o muro da Coreia segue imponente de um lado ao outro do país (e não em redor de uma cidade encravada dentro de outro país) com os seus 5 metros de altura... Quem se lembra do muro da Coreia? Quem se lembra dos 50 000 soldados americanos, no exacto momento em que os soviéticos se retiram de todo o lado? Quem se lembra que o amor à liberdade é tão elevado que onze



jovens se dispõem a imolar-se pelo fogo como protesto contra o governo da Roh Tal Woo? Onde estão os holofotes dos mass media? E por que não estão?

Este é o mundo de silêncios sofridos, à entrada do século XXI.

Mas se noutros tempos mil vezes piores foi possível vencer, neste tempo mil vezes melhor, por mais dolorosa que seja a hipocrisia social os homens, os povos terão forças, encontrarão energias, descobrirão outros modos de comunicarem e de se comunicarem.



AMOR EM TEMPO DE GUERRA

Realização
Piotr Todorovski

Música
Igor Kantliukov e Piotr Todorovski



Pode um amor dos tempos da guerra reatar-se na Paz?

Apaixonado pela loira Liuba na frente de batalha, Sasha não pôde competir com o seu comandante. Vai reencontrá-la, dez anos depois, cansada, amarga e grosseira. E, sob o pretexto de a «reabilitar», procura conquistá-la. Só que está casado com a morena Vera, que não quer abandonar.

É o início de um triângulo sentimental em que o confronto entre as duas mulheres quase se transforma em amizade e o aparecimento de outro homem leva a um surpreendente desenlace.

O que começou por ser drama resolve-se em sofisticada comédia.

Este é o oitavo filme do ucraniano Piotr Todorovski, consumado mestre na arte de passar da furtiva lágrima ao mais mordaz dos sorrisos.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Ambiente — que política?

balanço de uma legislatura)

(...)

É assim chegámos ao fim da V Legislatura, 4 anos depois da aprovação da Lei de Bases do Ambiente, sem que a Assembleia da República tenha aprovado em votação final global uma única lei em matéria de Ambiente. E o pouco que foi feito deve-se unicamente às propostas e insistências dos partidos da oposição.

Foi o PCP quem apresentou um projecto de ordenamento florestal e medidas de emergência para a defesa da floresta. O PSD rejeitou-as.

Foi o PCP quem insistiu na urgência em aprovar medidas de combate à poluição marítima, de regulamentação e vigilância adequada do tráfego marítimo, em especial das operações de carga e descarga de matérias poluentes e da limpeza de petroleiros nas águas da Zona Económica Exclusiva. O PSD considerou que estas medidas, embora necessárias, não eram urgentes.

Foi o PCP quem apresentou projectos de lei sobre educação ambiental e associações de defesa do ambiente. O PSD ignorou-os.

E, assim, ao longo de 4 anos foram-se adiando soluções, promovendo um crescimento económico desordenado, sem quaisquer preocupações ambientais, ao sabor dos interesses especulativos e do lucro fácil no presente.

Quando a opinião pública foi mais forte e havia eleições no horizonte, o Primeiro-Ministro criou o Ministério do Ambiente para que assim o Ministro e o Secretário de Estado pudessem ir fazendo muitas declarações e exhibições, mesmo que contraditórias, enquanto o Governo prosseguia o seu labor das privatizações e dos apoios e incentivos a grupos económicos, sem qualquer preocupação ambiental, dava força e alento à eucaliptização de vastas zonas do País, mesmo quando punham em causa a floresta de usos múltiplos, as economias serranas de subsistência e biótipos classificados, aumentavam a desertificação das zonas do interior do País e criavam condições para a proliferação dos fogos florestais.

Depressa ficou claro que nem para flor de lapela o Ministro Real servia. O passo seguinte foi a sua substituição, a 6 meses de novas eleições, por alguém que, pelo menos, tinha fama de ser bom técnico.

Então, sucederam-se novas declarações, entrevistas e contradições de quem não pode defender uma política que não existe. Mas grave é que afirme que os problemas do ambiente em Portugal não são ainda significativos. É que tal afirmação demonstra irresponsabilidade ou desconhecimento da realidade do País. Em qualquer dos casos o que fica claro é que a nomeação do novo Ministro do Ambiente foi apenas uma operação de marketing eleitoral, tendente a fazer esquecer a falta de uma política de ambiente e dos necessários instrumentos legais e financeiros para a sua concretização.

Tenta-se fazer esquecer que em Abril do ano passado o Primeiro-Ministro prometeu, numa comunicação ao País, a elaboração durante 1990 de um Plano Nacional de Política do Ambiente, cujo processo formal foi estabelecido através do Despacho nº 28/90, da Presidência do Conselho de Ministros, publicado em 10 de Abril do ano passado.

Como se diz na introdução do documento de trabalho chamado «Plano Nacional de Política do Ambiente 1991-95» que chegou a ser elaborado, «a abordagem dos problemas de ambiente deve ser enquadrada por instrumentos adequados de planeamento, traduzindo-se as acções concretas no desenvolvimento de uma estratégia de actuação a médio prazo».

Aliás, idêntica preocupação teve a Assembleia da República quando, há 4 anos, estabeleceu na Lei de Bases do Ambiente a obrigatoriedade do Governo apresentar à Assembleia da República, no prazo de um ano, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza, para debate e aprovação. Só que os anos passaram. **Estamos no final da Legislatura e não há nem Estratégia de Conservação da Natureza, nem um Plano Nacional de Ambiente, nem sequer o Livro Branco sobre o Estado do Ambiente.**

Opouco que se sabe é que o documento de trabalho sobre o Plano Nacional do Ambiente foi «rasgado» pelo actual Ministro do Ambiente que considera prioritário elaborar a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza.

Como justifica agora o senhor Primeiro-Ministro que a sua comunicação televisiva de há um ano tenha sido tempo perdido, com promessas para esquecer?

A um Ministro do Ambiente que inicia a actividade ministerial esperava-se que conhecesse os gran-

des e pequenos problemas ambientais que fazem o dia-a-dia das populações dos grandes centros urbanos cada vez mais desumanizados onde, em vez de uma política de habitação social e de fomento de rápidos e bons transportes públicos, campeia o lucro especulativo e o negociismo deslocando as populações trabalhadoras para a periferia e obrigando-as a passar largas horas do descanso a que têm direito em maus transportes públicos ou em bichas intermináveis de automóveis, nos difíceis acessos rodoviários, com crescente poluição atmosférica e ruídos cada vez mais intensos. Em vez de reconhecer estas situações o Ministro do Ambiente prefere seguir os exemplos do Governo, escamotear os problemas, fazer promessas, meter a cabeça na areia e deixar que prossiga a descoordenação entre as várias políticas de ordenamento do território, industrial, agrícola, de construção e obras públicas.

Quem acredita que agora, no final do mandato, se vá criar uma guerra de competências entre os vários Ministérios do Governo de Cavaco Silva para garantir que finalmente haveria uma política integrada de ambiente, coordenada por um ministro que até diz ser independente? Ninguém acredita, mesmo que alguns órgãos de comunicação social tentem criar essa dúvida.

Até porque a desfazê-la estão as recentes declarações do Ministro a desvalorizar os problemas do ambiente no País quando comparados com outros países estrangeiros.

E assim, em vez de Portugal tirar as necessárias lições dos erros de crescimento praticados noutros países em estádios de desenvolvimento idênticos ao nosso e que hoje enfrentam graves problemas ambientais, alguns de difícil ou impossível solução, o Governo opta por escamotear os problemas ecológicos.

Prefere continuar a construção e programação de estradas sem preocupações ambientais, ignorar se o traçado atravessa áreas protegidas ou destrói terrenos agrícolas.

Adia a regulamentação e definição da reserva ecológica nacional, designadamente da zona costeira, apesar de saber que existe uma forte pressão urbanística e especulativa sobre o litoral. Depois acusa as Câmaras Municipais de não elaborarem rapidamente os planos municipais de ordenamento do território.

Encerra linhas e ramais de caminho-de-ferro, numa visão puramente economicista, apesar de saber que o comboio é um meio de transporte menos poluente.

Insiste na realização de obras portuárias, de dragagem de rios e estuários como acontece no Douro, sem os necessários estudos de impacte ambiental e de alteração das correntes marítimas.

Deixa que se continuem a extrair areias do leito dos rios, mesmo quando as populações protestam pelas consequências nefastas.

Assiste com indiferença, fora dos períodos eleitorais, à exploração industrial de pedreiras, em zonas urbanas, junto de escolas e no meio de populações.

Chora lágrimas de crocodilo quando ardem as florestas e as áreas protegidas ou as cheias inundam povoações porque os leitos dos rios não são regularizados, mas continua sem uma política de ordenamento florestal e sem um plano de regularização dos leitos de cheia.

Mantém uma política centralista, fechada e autoritária que dificulta a informação e a participação das populações na conservação da natureza, afasta os municípios da gestão das áreas protegidas e dos recursos hídricos e não promove uma política sistemática de educação ambiental, capaz de criar uma nova mentalidade ecológica.

Neste prenúncio do Verão deveriam merecer particular atenção os alertas que estão a ser lançados pelas mais diversas entidades contra a poluição crescente dos cursos de água, dos aquíferos do solo e do litoral.

Logo nos primeiros dias de época balnear multiplicaram-se os problemas. Nas praias de Matosinhos

foi a nafta de um petroleiro que descarregava combustível, no porto de Leixões. No estuário do Douro surgiu há uma semana uma maré vermelha que, de acordo com declarações de técnicos, resulta de algas tóxicas que proliferam em meios férteis em bactérias. E assim as praias de Vila Nova de Gaia e do Porto conhecem novas poluições a crescer aos restos do naufrágio do Riejn e à poluição dos efluentes industriais e domésticos.

Voltaram os fogos florestais e tornou-se dramático o estado de degradação e abandono a que chegaram as áreas protegidas, com destaque para o Parque Nacional da Peneda-Gerês, o Parque Natural da Serra da Estrela onde nos últimos 2 anos arderam 20% da sua área, a área protegida da serra de Sintra, onde este ano já arderam quase tantos hectares como o ano passado.

De nada valeram os alertas aqui lançados, as propostas feitas, as promessas governamentais quando os fogos acontecem. Depois é a passividade e a ineficácia.

De nada está a adiantar a chamada de atenção da comunicação social, dos bombeiros, do Inspector Regional de Incêndios da Zona Centro que ainda há dias alertava que o Verão de 1991 poderá deixar marcas mais devastadoras na floresta portuguesa do que no ano passado em que arderam 127 mil ha o que perfaz nos últimos 10 anos 850 mil ha de área ardida, uma catástrofe de

Em matéria de ambiente só é possível melhorar a qualidade de vida dos portugueses com um governo de outra qualidade

consequências alarmantes, com vidas perdidas, milhões de contos de prejuízos, destruição de fauna e de flora, aumento da erosão do solo, desertificação do interior centro-norte do País.

Bastaram uns dias de calor no final de Maio para voltarem as pragas de lagostins no Mondego, o cheiro nauseabundo no Alviela a invadir uma vez mais a Vila de Pernes, os peixes mortos no Tejo.

Destá vez a ETAR de Alcanena não está parada para reparação nem a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira está a fazer qualquer desratização.

Destá vez não há alibis para os problemas que se repetem.

Como diz o nosso povo, apanha-se mais depressa um mentiroso do que um coxo.

O que irá dizer agora o Secretário de Estado Macário Correia?

É urgente uma política integrada de recursos hídricos e de gestão democrática das bacias hidrográficas, no sentido que tem vindo a ser defendido por associações de ambiente, técnicos do sector e autarquias e para a qual o PCP já apresentou várias contribuições, incluindo um projecto de lei.

É urgente construir as infra-estruturas que faltam no sistema e na ETAR de Alcanena e no sistema de Minde-Mira d'Aire e despoluir o rio Alviela como propusemos em sede de debate do Orçamento de Estado.

É urgente concluir as obras de saneamento básico lançadas há anos, como na Costa do Estoril e avançar com maior determinação e mais meios financeiros no Vale do Ave, no Estuário do Tejo, na Ria de Aveiro.

O que é urgente é dotar as autarquias locais dos meios financeiros adequados para que rapidamente se construam as redes de saneamento e as ETAR's necessárias, para que os municípios não deixem de participar nalguns projectos de saneamento básico participado pela CEE no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

Daí que assumam particular importância a proposta que o PCP faz de que se proceda a um aumento intercalar do Fundo de Equilíbrio Financeiro de 157,5 para 180 milhões de contos, de forma a reforçar a capacidade financeira dos municípios e dotá-los dos meios indispensáveis à plena captação dos fundos comunitários.

De qualquer modo, o que esta Legislatura demonstrou é que em matéria de ambiente só é possível melhorar a qualidade de vida dos portugueses com um governo de outra qualidade e com uma composição diferente da Assembleia da República.



ILDE FIGUEIREDO
Deputada

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Aí, seu Valente!

Sabemos que a TV sempre peneira e transmite o que mais interessa à gente. Eu nunca perco as charlas do Valente que, além de ser Valente, é Oliveira.

Ah, que eloquência! Que gentil maneira! De dia e noite sempre está presente. Sempre após si nos deixa uma semente de reflexão, ou de vaca, à jardineira.

Em vão não falo. Por exemplo, há dias descobriu as fatais assimetrias deste país. Indica-as com deleite.

Descoberta de grande dimensão. De valente, estranhíssimo trovão. De uma estranha oliveira, estranho azeite.

Amigo e padre

Postas das pastas dão peste nas pistas de fúrias, de temores, de cuidados. Sofre o PSD com os deputados que há-de ou não há-de pôr nas suas listas.

Querem Nogueira alguns gentis valsistas no Porto. Montalvão? Estão queimados. Logo irados já crescem longos brados em Coimbra, bastião de nogueiristas.

- Ele é - diz emotivo um companheiro - o nosso amigo, padre e conselheiro! E fica o meu espírito em bolandas.

Amigo e conselheiro? Opiniões. Mas padre? Deus? Que estranhas confissões há-de Nogueira ouvir naquelas bandas?..

É preciso passar além das siglas

É assim o pilim. Está sempre a pau com o serviço, nunca desanima. Garantem os jornais que a Interfina interfere no Banco de Macau.

Mas a Interfina, não é nada mau, já tinha o BPA; o qual domina o BCM; logo o mercado afina com o OPA do BCP. Marau,

um vulto encasinado sai do pó que tais nomes levantam: Stanley Ho entre um bando em cadeia de estorninhos

que gorjeiam, disputam, esvoaçam. Não te prendas nas siglas. Essas passam. Procura antes quem mexe os cordelinhos...

Inquérito? Venha ele!

Por terras de ouro andei minhas charruas e fui amealhando umas pepitas. Enchi sacos, alforques e marmitas os foles, as fragatas, as faluas.

Acusações vieram inauditas de subornos, desfalques, de gazuas e de mirabolantes falcatruas. O eterno zumbir dos parasitas...

Processam-me? Pois sim. Venha o processo. Eu cá pertença à elite do sucesso. Sou quem sou porque passo para além dos perigos.

Processam-me? Pois sim. Na Comissão, aliás isenta e independente, estão meus pais, os meus irmãos, os meus amigos...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



As faturas da UNITA

Um «Hércules C-130» da Força Aérea Portuguesa foi impedido de prosseguir viagem de Luanda até Licua, a 180 quilómetros da Jamba, por oposição da UNITA, que invocou «razões técnicas e logísticas». O curioso é que o referido avião transporta 10 toneladas de géneros alimentares que constituem a ajuda humanitária patrocinada pelo Presidente da República Portuguesa, Mário Soares, de apoio aos angolanos em zonas controladas pela UNITA. Os referidos géneros estão assim retidos em Luanda, tendo o movimento de Jonas Savimbi sugerido que fossem distribuídos na capital angolana «onde também há muitos carenciados». O que, pelos vistos, não acontece na Jamba. A fatura é tanta que até proibem que se leve para lá alimentos...

Gostar de mulheres

O jornal londrino «Observer» publicou uma entrevista dada há quatro anos pela actual primeira-ministra francesa, Edith Cresson, que pôs os ingleses em polvorosa porque, a certa altura, a governante francesa terá dito que 25% dos ingleses - bem como americanos e alemães - eram homossexuais e que, ao contrário dos franceses, «os

anglo-saxões não se interessam por mulheres». Foi um pandemónio e todos os machos britânicos saíram à estocada em defesa da virilidade da velha Albion (ao contrário dos norte-americanos e dos alemães, que se estiveram nas tintas para a conversa ressuscitada pelo «Observer»), chegando o jornal popular «The Sun» a responder que era «um pouco divertido» que a virilidade dos ingleses fosse posta em causa pela dirigente de um país «onde os homens andam com malas de mão e se beijam uns aos outros na face, em público». O pior foi a reacção das mulheres inglesas que surgiu, igualmente, nos jornais. Uma, Lesley Garner, queixava-se no *Daily Telegraph* que «numa rua inglesa é como se tivéssemos um saco de papel na cabeça, porque os homens não nos prestam atenção», enquanto a colunista Marje, no *Daily Mirror*, não encontrou melhor solidariedade para com os seus compatriotas masculinos que lhes recordar que «temos de continuar a gerar ingleses bons, fortes e silenciosos - o que não pode ser feito sem a vossa cooperação».

Botas de ouro

Uma curiosa notícia informava que centenas de militares portugueses haviam respondido, quase

de imediato, à proposta de uma comissão de serviço voluntário na República Popular de Angola, evidentemente de carácter pacífico, durante o período de transição que se avizinha, a tal ponto que o problema agora, para as nossas autoridades castrenses, é seleccionar os candidatos que, por tão numerosos, tornaram escassas as vagas. Apesar da posição privilegiada em que se encontram as nossas tropas para o cumprimento de missões de apoio em países de expressão portuguesa, parecia um pouco estranha tão numerosa apetência. Mas lendo o resto da notícia as coisas ficaram claras: as missões são num quadro internacional em que os vencimentos, regalias, possibilidades de promoção e garantias de reforma são equiparados aos dos «capacetes azuis» da ONU, pelo que é natural este afluxo de voluntários entre os nossos militares.

O bodo

A gula eleitoralista está a atingir níveis paranóicos, entre os governantes pêpêdês. Imagine-se que até já o ministro da Defesa faz visitas e rapa de cheques, como se o País fosse um gigantesco «Um, dois, três», oferecendo-os para isto ou para aquilo «que as populações mais precisem». É o que se chama dar o bodo... para se ficar com o bolo.

frases da Semana

“Novo itinerário entre Gaia e Campanhã inaugurado aos 24 dias de Junho de 1991 por sua excelência o primeiro-ministro Aníbal António Cavaco Silva”

☛ (in placa sita na Ponte de S. João)

“Nos próximos dias, o primeiro-ministro virá expressamente ao Porto, de comboio, para ele próprio atravessar a Ponte de S. João”

☛ (Ferreira do Amaral, ministro dos Transportes, «Público», 25.06.91)

“... E Cavaco não apareceu”

☛ (Título do «Público», 25.06.91)

“O que permanentemente se sente é que os responsáveis da RTP temem desencadear a polémica, considerando-a como algo que não controlam e que lhes pode cair em cima”

☛ («Expresso/Revista», 22.06.91)

“... entre Belém e a residência de S. Bento, abriu outra vez a época de caça...”

☛ («Diabo», 25.06.91)

“...numa semana, Joaquim Letria é chamado a S. Bento para dar conselhos de imagem ao primeiro-ministro com vista às eleições; noutra semana, ele chama o primeiro-ministro ao seu programa para lhe tratar da imagem”

☛ (Arons de Carvalho, dirigente do PS, em conferência de imprensa)

Quinta, 27**• ALCÁÇOVAS**

Plenário CDU com reformados - às 16.00, com a presença de João Saraiva, candidato da CDU.

• AGUIAR

Plenário CDU com reformados - às 16.00, com a presença de Lino de Carvalho, candidato.

• VIANA DO ALENTEJO

Plenário CDU com reformados - às 16.00, com a presença de José Figueira, candidato.

• SETÚBAL

Debate sobre o novo Centro de Trabalho do PCP em Setúbal com o autor do projecto, Arq. Jorge Silva. Às 17.30, no CT da Av. 5 de Outubro.

• LISBOA

Novos e Velhos Problemas do Mundo do Trabalho - colóquio promovido no âmbito do ciclo «Para uma reflexão aberta sobre problemas nacionais» que o PCP tem estado a promover como contribuição para a elaboração do Programa do

PCP para as Legislativas 91. Às 21.00, na Sala Milão do Hotel Roma (ver destaque).

Sexta, 28**• VILA NOVA DE FOZ COA**

Debate sobre Regionalização, inserido numa série de debates CDU sobre o distrito da Guarda. Participam Jorge Gouveia Monteiro e candidatos da CDU no distrito.

• FRONTEIRA

Visita de Luís Sá ao concelho: encontros com or-

gãos autárquicos, associações de solidariedade social e associações desportivas. À noite, encontro com a população.

• PORTALEGRE

Encontro com José Saramago sob o tema: «Cultura, Interioridade e Integração». Às 21.30, na Sala do Castelo de Portalegre.

• FARO

Apresentação pública dos candidatos da CDU pelo círculo de Faro às próximas eleições legislativas, no decorrer de um jantar que tem início às 20.30 no Hotel Eva.

• MATOSINHOS

Convívio no Centro de Trabalho de Matosinhos, que reabre após obras de remodelação. Música, leilão. Participam os camaradas Jorge Araújo e Emídio Ribeiro.

• VIANA DO CASTELO

Apresentação dos candidatos da CDU pelo círculo de Viana do Castelo e das linhas programáticas da candidatura. Às 17.30, no restaurante típico «Os 3 Potes».

• OVAR

Festa popular de S. Pedro promovida pela Juventude CDU, com o grupo musical «Nova Geração»: no Largo dos Combatentes, a partir das 21.00.

• PORTO

Começa em Amarante o Encontro Distrital da Juventude CDU/Porto, que se prolonga até domingo (ver destaque)

Sábado, 29**• LISBOA**

Seminário sobre as Questões da Ad-

ministração Pública - na Sala Milão do Hotel Roma, com início às 10.00 (ver destaque)

• FERREIRA DO ALENTEJO

Política Agrícola e Integração Europeia - debate promovido pela CDU/Beja com a participação de António Murteira, Joaquim Miranda, Ricardo Silva, Neves Borges e Manuel Pombinho. A partir das 10.00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal.

• ODEMIRA

desenvolvimento e Poder Local - debate igualmente promovido pela CDU/Beja com a participação de António Murteira, José Coutinho, Joaquim Miranda e Justino Santos. A partir das 15.00 no Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira.

• ALMADA

Plenário da organização de freguesia de Almada - a partir das 16.00, no Centro de Trabalho da R. Capitão Leitão.

• PAÇO D'ARCOS

Festa popular organizada pela CDU, durante todo o dia, no Jardim Municipal (ver destaque).

• ALCABIDECHE

Debate: O PCP e as questões da Saúde. Participação de João Fróis, médico de Saúde Pública. A partir das 15.00, no Salão do Montepio de Alcabideche.

• DISTRITO DE ÉVORA

Visita do camarada Carlos Carvalhas aos concelhos de Redondo, Vila

Viçosa, Borba e Estremoz (ver destaque).

• MANTEIGAS

Debate sobre questões do Ambiente, com a participação do camarada Jorge Gouveia Monteiro e de candidatos da CDU pelo distrito da Guarda.

Domingo, 30**• BRAGANÇA**

3ª Assembleia da Organização Concelhia de Bragança - às 15.30, no Centro de Trabalho de Bragança, com a participação do camarada Serafim Brás da Silva.

• PÓVOA DE STA. IRIA

Festa CDU na Quinta da Piedade, a partir das 10.00 (ver destaque)

• CALDAS DA RAINHA

Mercado-Festa da CDU na Mata do Hospital, a partir das 9.00. Apresentação dos candidatos da CDU pelo distrito de Leiria (ver destaque)

• PORTO

Passeio-convívio de mulheres a Vilar de Mouros, organizado pela CDU/Mulheres do Porto. Participa o camarada Luís Sá.

• SETÚBAL

Almoço-convívio no Faralhão.

Terça, 2**• LISBOA**

Reunião de reformados da zona da Graça - no CT da Graça às 15.00.

Quarta, 3**• LISBOA**

Reunião com independentes da zona da Graça - no CT da Graça às 21.30.

NOVOS E VELHOS PROBLEMAS DO MUNDO DO TRABALHO

encontro-debate promovido no quadro da preparação do Programa Eleitoral do PCP/ Assembleia da República 1991

hoje às 21.00
na Sala Milão do Hotel Roma

com a participação de
DOMINGOS ABRANTES
JOSÉ ERNESTO CARTAXO

Seminário do PCP

Uma Administração Pública Moderna para um Portugal melhor

promovido pelo Grupo de Estudos sobre Administração Pública junto do CC e o Sector da Função Pública da ORL

3 painéis:

1. Modernizar a gestão de recursos humanos
2. A Administração e os direitos dos cidadãos
3. Organizar e estruturar a Administração para um Portugal melhor

com a participação de
Luís Sá

dia 29
entre as 10 e as 18 h
na Sala Milão do Hotel Roma

Carlos Carvalhas no distrito de Évora

• Redondo

A partir das 10.00, visita à CM, ao mercado, centro da vila e zona da piscina. Encontro com a população de Santa Suzana, às 11.30, no Centro de Convívio. Encontro com a população de Montoito, às 12.45, no Centro de Reformados. Almoço na Sociedade Filarmónica de Redondo.

• Vila Viçosa

Encontro com a população de Bencatel, às 16.00, na Pç. da República.

• Borba

Encontro com a população, às 17.30, no Jardim Público. Sardinhada.

• Estremoz

Às 19.30, intervenção na sessão pública de encerramento da Assembleia da Organização do PCP. Jantar-convívio, às 20.30, na freguesia da Glória.

encontro distrital da Juventude CDU/Porto

Acampamento em Amarante
28, 29 e 30 de Junho

6ª feira
fim da tarde - abertura, música, vídeo gigante

sábado
10.00 - recepção aos participantes
14.30 - visita à cidade
16.30 - jogos de água no Rio Tâmega
18.30 - futebol de salão
20.00 - churrasco e sardinhada
Encontro com Luís Sá
21.30 - concerto rock - música popular portuguesa

domingo
09.00 - caminhada na montanha
12.00 - piquenique
14.00 - debate com candidatos e candidatos da juventude
16.00 - regresso a Amarante
21.30 - vídeo gigante



Festas CDU no fim-de-semana

MERCADO-FESTA NAS CALDAS DA RAINHA domingo na Mata do Hospital

Venda de produtos da Reforma Agrária e da região - queijo, azeite, mel...

Almoço típico

Espectáculo musical às 14.45

COMÍCIO ÀS 15.15
com José Soeiro e os candidatos por Leiria

FESTA-CONVÍVIO EM PÓVOA DE STA. IRIA domingo na Quinta da Piedade

Jogos populares
Skate

Almoço-convívio

Actuação de artistas populares
Comício às 17.30 com Carlos Carvalhas, Daniel Branco, Carlos Braga

CARAVANA na zona Norte de Lisboa

O camarada Carlos Carvalhas participa domingo numa caravana pelos concelhos do Norte de Lisboa, a terminar às 17.00 na Quinta da Piedade.

A caravana parte às 8.00 do CT Vitória, parando em 1º lugar na Feira do Relógio (8.20) e em Moscavide (9.50). Passagem por Sacavém, Camarate, Apelação, Frielas e Loures; paragem na Malveira (11.25) e em Milharado.

Almoço no Sobral.

A partir das 14.15: paragem na Feira de S. Pedro em Torres Vedras e na Merceana. Passagem em Pereiro, paragem em Arruda (15.45) e passagem no Carregado.

FESTA POPULAR EM PAÇO D'ARCOS sábado no Jardim Municipal

Às 10.00, pintura de um painel por artistas plásticos

Actuação de grupos musicais

Às 16.00, colóquio sobre Ambiente

Às 18.00, comício
com Domingos Abrantes



CDU Encontro nacional dia 13

Cerca de 300 candidatos e activistas da CDU vão reunir-se na tarde do próximo dia 13 de Julho, no Hotel Altis, em Lisboa, com o objectivo de debater a campanha eleitoral da CDU.

No encontro, além de se proceder a uma troca de experiências sobre a programação das campanhas nas várias regiões do país, serão igualmente discutidas as formas e meios de propaganda mais eficazes para uma ampla difusão das propostas e da mensagem da CDU.

No final do encontro haverá um convívio no terraço do CT Vitória

Televisão

Quinta, 27

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Deixem-nos Viver
14.00 Rui Veloso na Amadora
15.00 Ponto Por Ponto
15.35 Retrato de Mulher
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 Eternos Novatos
21.55 Twin Peaks
22.50 Crónicas do Sobrenatural
23.20 24 Horas
23.55 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis Show
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha!
15.45 Aventura
16.15 O Homem da Carabina
16.40 Recreio do 2
17.15 A Vida é Dura
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
21.00 Jornal das Nove
21.30 Palco de Estrelas
21.55 Sinais do Tempo
22.55 Que Viva México!
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 28

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Descoberta do Mundo
14.00 Paulo de Carvalho
15.05 Ponto por Ponto
15.45 Com Jeito Vai, Campista!
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 Os Duros
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Cheers, Aquele Bar
00.00 24 Horas
00.35 Remate
00.55 Chapadão de Bugre
01.45 Documentário
02.00 Box - Mundial de Pesados
(transmissão directa de Las Vegas)

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha!
15.45 O Século dos Cirurgiões
16.10 As Aventuras de Black Beauty
16.35 Recreio do 2
17.10 Stan Laurel
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Basquetebol - Campeonato da Europa
21.30 Jornal das Nove
22.00 Desejo
22.50 Rotações
23.50 Derrick
00.20 Roseanne

Sábado, 29

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma

13.55 Operação Mozart
14.20 Grammy Legends Show
16.05 Uma Fortuna Por Água Abaixo
(ver «Filmes na TV»)
17.35 T & T
18.00 Memórias da Humanidade
18.50 A Ilha do Sol
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.30 Corações Periféricos
22.35 Casa Chela
23.10 Hercule Poirot
00.30 Zuckerbaby
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.20 Fora d'Horas
11.00 Cidades Mágicas
11.55 Forum Musical
13.10 Agarra o 2
14.05 Isto é Espectáculo!
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Filmes 90/91
17.05 Outras Músicas
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.45 Estádio
00.30 Traição

Domingo, 30

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo de Audubon
14.30 Mapa Cor de Rock
15.15 Condorman
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Regresso ao Passado
17.50 McGyver
18.50 Mundial de Junlor - Final
21.00 Jornal de Domingo
22.00 Kananga do Japão
23.20 Domingo Desportivo
00.35 Controvérsias

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.20 Competir
13.00 Troféu
18.00 Vida Nova
19.00 Nós 2
20.00 Ford - O Homem e a Máquina
20.50 Palavra Puxa Palavra
21.45 Artes e Letras - «Os Gangsters no Cinema»
22.35 Bonnie and Clyde
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 1

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.20 O Preço Certo
22.50 Praia da China
23.50 24 Horas
00.25 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
12.40 Bate, Bate, Coração
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Expedição
16.40 Recreio do 2
17.10 O Livro dos Recordes
18.40 Direito de Amar

19.10 Via Rápida
19.20 Circo
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Falar Claro
22.00 Teatro - Loucos Por Amor
24.00 Especial Desporto - Ténis

Terça, 2

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.30 A Lei das Ruas
22.30 1ª Página
23.30 A Mansão dos Marblehead
24.00 24 Horas
00.30 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.40 Variedades no Apollo
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.45 A Migração do Ganso
16.15 A Minha Avó Yaya
16.40 Recreio do 2
17.10 Tribunal de Juri
17.50 Clip Club
18.40 Direito de Amar
19.10 Via Rápida
19.20 Circo
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 As Formas do Amor
(ver «Filmes na TV»)
23.35 Arsenio Hall
00.25 Especial Desporto - Ténis

Quarta, 3

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.00 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 Jogadas Perigosas
(ver «Filmes na TV»)
23.50 24 Horas
00.25 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Açores - Gente Nossa
16.45 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
17.50 Clip-Club
18.40 Direito de Amar
19.10 Via Rápida
19.20 Circo
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Severa
23.05 Pop-Off
23.30 Especial Desporto - Ténis
00.25 Universidade Aberta

Filmes na TV



Isto é Espectáculo! Sábado, 14.05, Canal 2

Retrato de Mulher
«So, This is Love» (EUA/1953). Realização de Gordon Douglas, interpretação de Kathryn Grayson, Merv Griffin, Joan Weldon, Walter Abel, Rosemary de Camp. Cor, 100 minutos.

Adaptação de parte da autobiografia da cantora de ópera Grace Moore (1901/1947), um grande nome da cena lírica norte-americana sobretudo a partir da sua interpretação do papel de Mimi em «La Bohème» de Puccini, no Metropolitan de Nova Iorque em 1928. Desse momento de triunfo e dos anos de aprendizagem e luta que o antecederam trata o filme, limpo e bonitinho como era costume fazer este género de filmes «biográficos» nos anos 50, protagonizado por Kathryn Grayson, uma cantora-vedeta do musical americano desses anos.

Quinta, 15.35, Canal 1

Que Viva México!
«Que Viva México!» (México-EUA/1932; URSS). Realização de Sergei Eisenstein, fotografia de Edouard Tisse, interpretação de Isabelita Villaseñor, Martin Hernandez, David Liceaga. P/B, 87 minutos.

«Que Viva México» foi um sonho de Eisenstein que nem ele viu nem nós veremos alguma vez concretizado. Interessado no que se fazia nos Estados Unidos e confiado nas possibilidades de trabalho que a terra, acalentou o projecto de fazer um filme sobre a história do México, a que acabaria por meter ombros não graças à «indústria», que o ignorou, mas a um produtor independente, o escritor Upton Sinclair. Este porém cortou-lhe o financiamento antes que Eisenstein tivesse a possibilidade de recolher o material necessário para as seis partes que segundo o seu projecto constituiriam o filme.

Das dezenas de milhar de metros de película impressionada, retida pelo produtor após o regresso do cineasta à URSS, Eisenstein não pôde pois voltar a ocupar-se, nem sequer do seu projecto, que ficara brevemente anotado.

Ao longo de dezenas de anos foram tentados nos Estados Uni-

qualquer filme que se faça com este material o «Que Viva México» de Eisenstein, sabida que é a importância primordial da montagem em toda a sua obra e na ausência total de quaisquer indicações que nesse sentido pudesse ter deixado.

Quinta, 22.55, Canal 2



dos, com resultados lamentáveis, vários «arranjos» desse material, cuja reprodução em fotografia bastava para extasiar, a ponto de dizerem alguns que ali estaria «o 2º Couraçado»; quando finalmente, quase meio século depois, é entregue à URSS, um antigo colaborador do cineasta empreende uma montagem que muitos se atreveram a considerar «fidedigna».

Essa versão que hoje se exhibe na RTP.

Admiráveis são evidentemente os planos e sequências filmados por Eisenstein nela contidos, a coerência, força e grandeza que deixam perceber. Mas bem avisados devem ser os que pensam que jamais será possível chamar a

Com Jeito Vai, Campista!
«Carry on Camping» (GBR/1969). Realização de Gerald Thomas, interpretação de Sidney James, Kenneth Williams, Joan Sims.

Mais um episódio da insuportável série «Com Jeito Vai...» que a RTP tem vindo porfiadamente a programar sexta-feira sim, sexta-feira não...

Sexta, 15.45, Canal 1

Os Duros
«Tough Guys» (EUA/1986). Realização de Jeff Kanew,

CINEMA

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Eduardo Mãos de Tesoura	—	★★★	★★★	—
B Danças com Lobos	—	★★★	★★★	★★★
C Um Chá no Deserto	—	★★★	★★★	★★★
D Sentimento	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Tim Burton — Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00), Xenon (14.15, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Kevin Costner — Amoreiras/3 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30) — Lisboa.
- C — Real. Leonardo Bertolucci — Amoreiras/8 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Londres (14.00, 16.30, 21.30, 19.00), Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Luchino Visconti — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 20.00, 22.00) — Lisboa.

interpretação de Burt Lancaster, Kirk Douglas, Alexis Smith, Eli Wallach. Cor/99 minutos.

Dois velhos queridos actores ainda hoje capazes de grandes interpretações em filmes que um e outro sabem e podem escolher, companheiros em várias aventuras filmicas ao longo dos 40 anos que ambos têm de carreira, deixam-se aqui envolver num projecto que poderia celebrar dignamente essa circunstância mas que se fica por um piscar de olho à cumplicidade e ternura dos espectadores. A história de dois gangsters velhos e aparentemente acabados que, saídos da cadeia após cumprirem longas penas, se sentem incapazes de se integrar na sociedade e voltam àquilo que sabem fazer - assaltar comboios - resulta numa caricatura menor dos filmes de gangsters, dos problemas da reabilitação e reinserção social de criminosos ou dos problemas da velhice, que é suposto ser seu objecto.

Sexta, 21.25, Canal 1

Isto é Espectáculo!

«That's Entertainment!» (EUA/1974). Realização de Jack Haley Jr. Cor/132 minutos.

Quase toda a gente está de acordo em que este é um espectáculo deslumbrante, algo que vale a pena conservar numa casette para ver quando as nuvens toldam o céu e o cinzento invade a alma, ou quando uma pequena alegria precisa de um pouco mais de brilho para ser estado de espírito...

São quase uma centena de fragmentos dos grandes musicais da Metro que, se por um lado são «antologia» cujo critério é sempre criticável, e «antologia de momentos», por isso desfigurando um dos aspectos mais inovadores do musical cinematográfico norte-americano que é justamente a integração da música-canto-dança na intriga; se põem de parte o muito que também noutros estúdios (e nomeadamente na Warner) se produziu - ainda assim representam muito do que de melhor se criou desde sempre neste género cinematográfico, incluindo algumas sequências que são obras-primas absolutas do cinema.

Isto é mesmo espectáculo!

Sábado, 14.05, Canal 2

Uma Fortuna Por Água Abaixo

«The Fortune» (EUA/1974). Realização de Mike Nichols, interpretação de Jack Nicholson, Warren Beatty, Stockard Channing, Florence Stanley. Cor, 84 minutos.

Um par de pequenos vigaristas tentando deitar as mãos à fortuna de uma rica herdeira de quem é amante e outro marido... Complicações previsíveis e outras que não são, graças ao engenho do argumentista e ao saber de Mike

Nichols, que trabalha esta divertida comédia-farsa em tons de humor negro com gags à-Bucha-e-Esticaca... Jack Nicholson brilha!

Sábado, 16.05, Canal 1

Zuckerbaby

«Zuckerbaby» (RFA/1985). Realização de Percy Adlon, interpretação de Marianne Sagebrecht, Eisi Gulp, Toni Berger. Cor, 83 minutos.

Do autor de «Café Bagdad» um trabalho anterior que afirmam o seu talento para contar com elegância histórias bizarras - neste caso a da solitária e desencantada ajudante de cangalheiro que um dia se apaixona pela voz dum condutor do metro.

Sábado, 00.30, Canal 1

Condorman

«Condorman» (EUA/1981). Realização de Charles Jarrott, interpretação de Michael Crawford, Oliver Reed, Barbara Carrera. Produção dos Estúdios Disney. Cor, 87 minutos.

Paródia com marca Disney aos filmes de espionagem, «Condorman» é a história de um autor de banda desenhada que decide testar na vida real as capacidades do seu herói, um superagente da CIA superequipado com truques e invenções, a braços com o salvamento de um agente desertor (soviético e do KGB, «tá claro»).

Domingo, 15.15, Canal 1

Bonnie e Clyde

«Bonnie and Clyde» (EUA/1967). Realização de Arthur Penn, interpretação de Warren Beatty, Faye Dunaway, Michael J. Pollard, Gene Hackman. Cor/107 minutos.

Um clássico do filme de gangsters - ou o extremo de violência que varreu sectores da sociedade americana nos tempos da Depressão dos anos 30, filtrado pelo espírito crítico anos 60. A RTP exibiu-o já várias vezes, mas este também é dos filmes que se vê várias vezes.

No bloco de programação que antecede «Bonnie and Clyde» no Canal 2 a RTP transmite a propósito, na rubrica «Artes e Letras», um documentário sobre gangsters - os verdadeiros, os do crime organizado nos EUA, mas sobretudo a sua imagem que o cinema foi criando. De «Scarface» a «O Padrinho III», de Cagney e Bogart a Al Pacino...

Domingo, 22.30, Canal 2



As Formas do Amor
«Das Mikroskop» (RFA/1988). Realização de Rudolph Thome, interpretação de Vladimir Weigl, Adriana Altaras, Malgoscha Gebel. Cor, 94 minutos.

Mais um filme alemão e inédito no circuito comercial incluído na programação desta semana. Foi apresentado no Festival de Berlim integrado no Forum do Cinema Jovem e a crítica destacou então o trabalho do realizador.

Terça, 22.00, Canal 2

Jogadas Perigosas

«La Diagonale du Fou» (França-Suíça/1984). Realização de Richard Dembo, interpretação de Michel Piccoli, Alexandre Arbatt, Leslie Caron, Liv Ullman, Michel Aumont. Cor, 88 minutos.

Inédito comercialmente em Portugal, este filme foi galardoado com o Oscar para o Melhor Filme Estrangeiro em 1984. É seu autor um jovem realizador, Richard Dembo, de quem se sublinha o rigor técnico e formal que este filme evidencia.

A história é a de dois jogadores de xadrez - os maiores do mundo, ambos soviéticos, um deles vivendo num país capitalista - que disputam o campeonato do mundo. O embate não é apenas entre dois xadrezistas mas ainda, acrescenta a nota que nos chegou sobre o filme, «entre duas concepções de vida, duas mentalidades antagónicas mas mergulhadas na mesma solidão e desespero».

Entre os intérpretes a mesma nota destaca Michel Piccoli, que terá aqui um dos seus trabalhos mais notáveis.

Quarta, 21.45, Canal 1

TEATRO

Estreia

TEATRO DA GRAÇA

Trav. S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. PAIS E FILHOS, de Turguenev. Encenação de Rogério de Carvalho, interpretação de Mário Jacques, Isabel de Castro, André Maia, Maria José Pascoal, entre outros.

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. CONFISSÃO AO LUAR, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

CLUBE ESTEFÂNIA

Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16. CORAÇÃO NA BOCA, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. Café-Teatro, sáb. às 23.30: II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cucha Carvalheiro, entre outros.

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. O SUCIDÁRIO, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Canto e Castro, Irene Cruz, Fernanda Montemor, entre outros (até 7/7).

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. COMÉDIA DE RUBENA, de Gil Vicente. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Cornucópia (até 30/6).

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. O PECADO DE JOÃO AGONIA, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 372629. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria, interpretação do elenco do Teatro Nacional e dos actores convidados José Jorge Duarte, Rita Ribeiro e Simone de Oliveira.

TEATRO DO SÉCULO

Rua do Século. Tel. 3423009. De 4ª a dom. às 21.30. VESTIR OS NÚS, de Luigi Pirandello. Encenação de Amadeu Neves, interpretação de ex-alunos da Esc. Sup. de Teatro e Cinema.

SALA DO POVO PORTUENSE

Porto. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. MARATHONA, de Ricardo Monti, encenação de Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

Para crianças

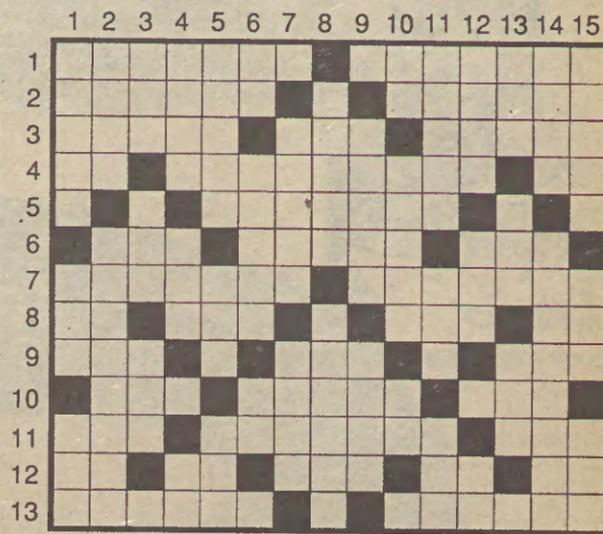
TIL

Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 339974. Bilhetes: 750\$00. Sáb. às 16 e 21.30, dom. e fer. às 16. A GRANDE AVENTURA, de Fernando Gomes, pelo TIL (até dia 30).

PAPA-LÉGUAS

R. Prof. Santos Lucas, 26-A. Tel. 714823. Sáb. às 16, dom. às 11. SOPA E COISAS SELVAGENS, adaptação de um livro de Maurice Sendak por Mário Jorge, pelo Teatro Papa-Léguas.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais 1- Suplicamos; aldeãs dos arredores de Lisboa; 2- indignar; mencionara; 3- pequeno povoado; ligue; sugam o leite; 4- nesse lugar; rei de Portugal; nota musical; 5- barco comprido e estreito para pesca à linha; 6- gastrópode nocivo à agricultura; criada grave; 7- de preço baixo (pl.); perfumara; 8- brisa; solitários; antepassado; alumínio (simb.); 9- chefe etíope; tira do vestido ou calça que rodeia a cinta; procedi; 10- tecido para cobrir o rosto; pinípedes; linha; 11- oceano; antigas canções de música sentimental; mulher pequena; 12- pref. neg.; contracção de prep. e art.; germen; 13- estilhas de madeira; empasto.

Verticais 1- Opulentas; estabelecimento de bebidas; numeral; 2- rezai; rancho que se junta para atravessar o deserto; 3- corpo aeriforme; sofrimento; ente; 4- lavras; batráquios; Actínio (simb.); 5- calamidade; sirga; virtuosa; 6- art.; projecteis; nota musical; 7- purifique; regaço; 8- dirijas o tiro; tangia; 9- vocábulo originário de outro; rio que passa por Alcácer do Sal; 10- antes de Cristo; indignada; apelido; 11- citrino; origem (fig.); afirmação; 12- nome de homem; anel; cânhamo da Índia; 13- dirigiam-se; escarnezia; camareira; 14- grande lago salgado do Turquestão; natural de Aragão; 15- carumas; naquele lugar; patrão.

Solução do número anterior

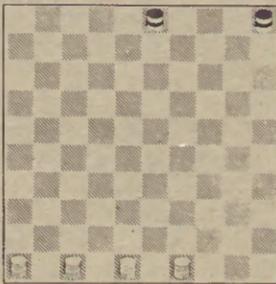
Horizontais 1- Pagodes; igrejas; 2- ir; seu; ais; pó; 3- Cid; cãs; com; 4- Oder; levou; gula; 5- amuo; loa; toro; 6- oc; Cairo; tá; 7- um; oro; sua; ar; 8- bar; aio; apa; 9- orea; onera; eram; 10- reino; era; alega; 11- natural; dominar; 12- arola; amo; asava; 13- Sara; fiara; asas.

Verticais 1- Pico; subornas; 2- árida; mareara; 3- demo; reitor; 4- Os; ruço; anula; 5- dez; ré; ora; 6- eu; Co; 7- cela; anel; 8- Lavoisier; má; 9- soar; orador; 10- Ga; os; 11- ria; um; ama; 12- es; gota; Elisa; 13- cura; arenas; 14- Apolo; apagava; 15- soma; tramaras.

DAMAS

CCCX - 27 de Junho 1991
Proposição nº 310
Por: Lieubray, 1921

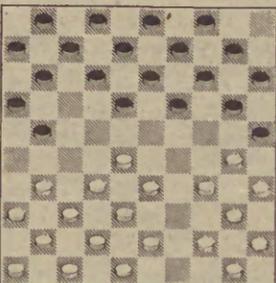
Pr.: [2]: (3)-(5)
Br.: [4]: (46)-(47)-(48)-(49)



Branças jogam e ganham (6T)

Golpe nº 310

Por: M. Labouret - 1920
Pr.: [20]: 1-2-3-4-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-18-19-20-21-25
Br.: [20]: 28-30-31-32-33-34-35-36-37-38-40-41-42-43-44-45-46-47-48-50



Pretas jogam e ganham 1 peão

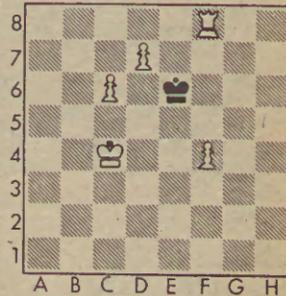
Soluções do nº CCCX
Nº 310 (L.): 1.47-41, (3-25) [Se: 1. (3-26); 2. 48-26, (25-3); 3. 49-35 (3-25); 4. 26-3, (25-48); 5. 35-30!, (48-25); 6. 41-37 ou 14+
Golpe Nº 310 (M.L.): 1. (21-27) 2. 32x21, (16x27); 3. 31x22, (18x27); 4. 37-32, (11-16); 5. 32x21, (16x27) e as Pretas ganham um peão por (27-31) e (19-24) [Pr. + 1]

A. de M.M.

XADREZ

CCCX - 27 de Junho de 1991
Proposição nº 310/A
Por: Werner Speckmann
4º Prémio: Schachmaty, URSS, 1963

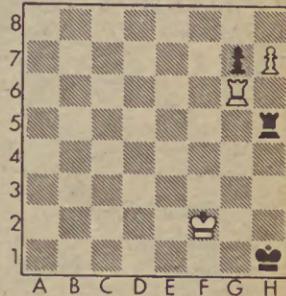
Pr.: Rex Solus: 66
Br.: [5]: Ps.c6, d7, f4-Tf8-Rç4
A- Diagrama
B- Diagrama com R.Br. em ç5
C- Diagrama com a T em f7
D- Diagrama com f4 em d6



Mate e 2 lances

Proposição nº 310/B

Por: F.J. Prokop
Ceske Slovo, 1925
Pr.: [3]: Pg3-Th5-Rh1
Br.: [3]: Ph7-Tg6-Rf2



Branças jogam e ganham

Solução do nº CCCX

Nº 310/A (W.Sp.):
A- 1. d8=B1, Rd6; 2. Tf6++
B- 1. d8=T1, Rç7; 2. Tç8++
C- 1. d8=C1+, Rd6; 2. Td7++
D- 1. d8=D1, Rç5; 2. Td7++
Nº 310/B (F.J.P.): 1. Tg1+, Rh2; 2. Tg2+ Rh1; 3. Rg3, Th6!; 4. h8=D, T:D; 5. Ta2 e ganha

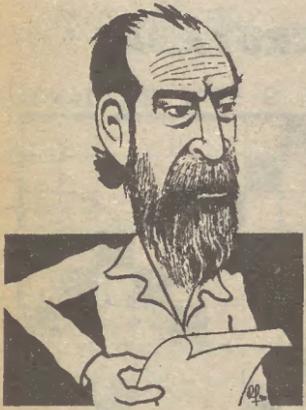
A. de M.M.

Tempo

Sábado, céu limpo e vento fraco. Domingo, possibilidades de chuvas fracas no norte e centro. Descida de temperatura.



FOTOGRAFIAS



Alberto Korda por Roberto Figueiredo



O filme com a sequência de fotos

UNIVERSIDAD POPULAR
Nueva Cerezo
"Ciencia y Planificación"



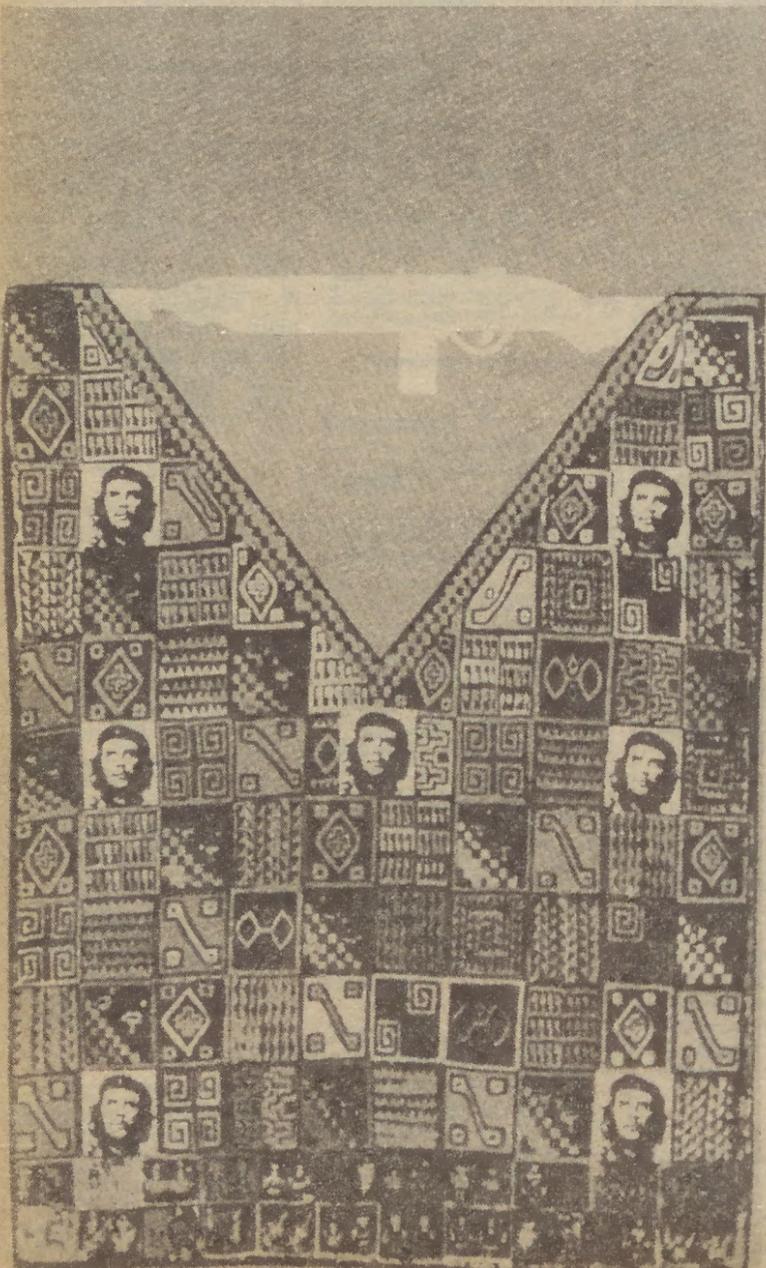
LA INDUSTRIALIZACION EN CUBA
Conferencia a cargo del Comandante
DR. ERNESTO GUEVARA
Ministro de Industrias
DOMINGO 16 DE ABRIL A LAS 12:00 M.
EN LOS ESTUDIOS DE **TELEVISION REVOLUCION**
DR. Y. P. VILLARDO, EDITOR EN JEFE
Consejo Director:
Carlos Olivares, Leonel Soto, Rene Anillo,
Ricardo Alarcón, Rogelio Iglesias Patino



Enquadramento original

A primeira utilização impressa da foto, um anúncio no jornal *Revolución* de 15 de Abril de 1961

Um cartaz chileno onde se distingue a foto de Korda queimada pelos militares durante o golpe fascista de 1973



Dois posters cubanos que com a foto de Korda



Foi em 5 de Março de 1960, pelas 5 horas da tarde, com uma velha câmara Leica com uma objectiva de 90 mm, que o fotógrafo cubano Alberto Diaz (Korda) tirou uma das mais famosas imagens da história da fotografia: o retrato de Ernesto Che Guevara que se transformou em todo o mundo em bandeira.

Nessa tarde, Korda fazia a cobertura fotográfica do gigantesco comício realizado em Havana em protesto contra o atentado terrorista da CIA que fizera ir pelos ares o navio francês «La Coubre», ancorado no porto da capital cubana. Na tribuna, Fidel Castro falava, ladeado pelos principais dirigentes cubanos e também por Jean Paul Sarte e Simone de Beauvoir que se encontravam de visita à ilha.

- De repente - conta Korda - o Che, que até esse momento se tinha mantido atrás, avança para um espaço livre na primeira fila, praticamente no enfiamento da minha câmara. Quando o enquadrei, fiquei impressionado com a imagem: tinha a boina negra onde brilhava a sua estrela de comandante e vestia um blusão de cabedal apertado até acima. O vento agitava-lhe o cabelo e parecia que olhava o infinito...

Consegui fazer uns três disparos seguidos: um minuto, minuto e meio depois voltou a pôr-se na parte de trás da tribuna.

O retrato do Che não saiu no número do diário *Revolución* para que Korda forneceu nesse dia as fotos: os negativos ficaram-se no seu laboratório, uma prova já com o corte que se viria a tornar célebre foi feita entre 5 e 7 de Março. Mas só em 15 de Abril de 1961, num anúncio do *Revolución* sobre uma conferência de Guevara a fotografia seria pela primeira vez impressa.

O salto para a celebridade mundial viria com a ajuda de um nome da edição profundamente ligado à esquerda europeia nos anos 60: o italiano Gian Giacomo Feltrinelli. Visitando Cuba em 1967, Feltrinelli deu conta a Haydee Santamaria do seu desejo de ter uma boa fotografia do Che. Foi-lhe proporcionado um encontro com Korda a quem pediu duas provas 30x40cm da foto que o fascinou. Um mês depois Guevara era assassinado na Bolívia. Em Milão, Feltrinelli editou de imediato um cartaz de 100x70 cm com a foto. A memória do guerrilheiro heróico ganhara uma face que correria mundo, a câmara de Korda vira bem: olhando o infinito.



a
foto de  Alberto Korda
Guevara

a talhe de FOICE

A Ponte do Rio Kwako

Há no nosso país, pode dizer-se à memória dos últimos 60 anos, uma quase tradição de inaugurar obras por fazer.

Logo nos anos 40, ainda o fascismo titubeava por entre as cobardias do estratega de Santa Comba Dão, se inaugurava uma Exposição do Mundo Português cuja existência mais palpável se concretizou no adorno, à boca da doca, dum nau pseudo-histórica em honra dum *ipso* histórico V Império.

Seguiram-se várias ficções a semear pelo País umas quantas escolas primárias para colmatar a destruição maciça do edifício escolar da I República, uns lanços de estrada que aproximassem os latifundiários dos casinos, e umas pontes ligadas - na tensão que mediava entre o tédio acossado e a mediocridade galopante - a umas fontes a esparrinhar monumentalidades.

Veio Abril e a tradição manteve-se no gesto e no mando dos que, de manso e depressa, recuperaram a tesoura que oficializa as obras por fazer. Alberto João Jardim, quando na Madeira e em nome do PSD festeja torneiras que nem à terceira inauguração deitam água, configura satisfatoriamente a ilustração que aqui se espera.

O que ninguém esperaria - mesmo neste tempo de propaganda acossada como a que o Governo diariamente nos brinda - é que o próprio Primeiro-Ministro Cavaco Silva, tendo à disposição uma obra realmente feita, a inaugure... sem lá pôr os pés.

O fenómeno ocorreu na passada segunda-feira, quando da inauguração de uma ponte ferroviária no rio Douro - de resto sobre a qual, cortada a fita e feita a festa, nem o seu próprio construtor quer andar, mesmo após ter alcançado a admirável conclusão de que a sua ponte (premonitoriamente associada ao santo da cidade) passara a ser segura a partir dos minutos que ocorreram entre a sua entrada e saída do gabinete do Primeiro-Ministro. Entretanto repare-se que a ponte está feita.

Que, estando feita, cometeu o prodígio adicional de se transformar em poucas horas de perigo público em segurança privativa deste Governo, já não pela agitação do mestre perante a sua obra, mas por obra do Primeiro-Ministro a acalmar a agitação do mestre.

Pelo que a ponte de S. João, no Porto, tem dois méritos indiscutíveis.

O de, sendo já ponte, ser por isso obra feita.

E o de, sendo obra feita, resultar do talento de dois autores.

O engenheiro Edgar Cardoso - que ainda a não terminou mas a concebeu.

E o professor Cavaco Silva - que a não concebeu mas já a terminou.

Perante isto, o acto inaugural a protagonizar pelo Primeiro-Ministro era, mais que um dever, um haver.

Daf o registo, avisadamente gravado no bronze da placa, a assinalar a presença do Primeiro-Ministro, sobre o tabuleiro da ponte, de tesoura em punho, no dia da inauguração.

E lá estava tudo à espera: a inauguração, a tesoura, os ministros, a televisão, o rio Douro, a placa de bronze e a própria ponte.

Todos menos o Primeiro-Ministro, que não pegou na tesoura, não cortou a fita, não descerrou a placa e nem sequer lá pôs os pés, apesar desta última garantir que sim.

Pelo que Cavaco Silva tem, agora, dois métodos de inaugurar as coisas.

Se elas não existem, inaugura-as pessoalmente ao perto.

Se elas existem, inaugura-as pessoalmente ao longe.

Quanto à ponte de S. João consta que se quer atirar ao rio, gritando desalmadamente: ponte, logo existo!

HC

ÚLTIMAS

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

A pressa das inaugurações

1. Os «motivos imprevistos» alegados como impeditivos da participação do Primeiro-Ministro, como sempre foi sua anunciada intenção, na inauguração da nova ponte ferroviária do Porto, não prejudicam a legitimidade de duas observações fundamentais:

- a primeira é a de que o Primeiro-Ministro é o primeiro responsável por um estilo eleitoralista e por um frenesim de inaugurações que assumiram neste caso concreto graves aspectos de precipitação e irresponsabilidade;

- a segunda é a de que seria mais uma lamentável manifestação de hipocrisia qualquer tentativa para absolver o Primeiro-Ministro dessas responsabilidades, para o apresentar como distanciado ou reservado em relação a esta prematura inauguração e para o poupar ao descrédito e desprestígio que toda esta questão justamente acabou por projectar sobre o Governo PSD.

A Comissão Política do PCP sublinha o facto de que a pressa do Governo em inaugurar a nova ponte nas condições em que teve lugar e a polémica que rodeou tal decisão permitiram pôr em flagrante evidência pública quer as negativas consequências da instrumentalização do Estado e da Administração Pública ao serviço do calendário eleitoralista do partido do Governo, quer a imensa falta de respeito pelos cidadãos que tais comportamentos do PSD e do seu Governo indiscutivelmente desvendam.

2. São cada vez mais os casos que indiciam estarmos a assistir a uma verdadeira «mão baixa» sobre o riquíssimo património do Estado. Na sua febre eleitoralista o Governo está a acelerar as privatizações, entregando, nuns casos, empresas públicas por medida aos «núcleos duros» dos seus amigos, procurando instalar um regime de factos consumados, noutros casos, deixando-as cair nas mãos do capital estrangeiro.

É um escândalo que sejam os próprios avaliadores a concorrerem à compra de empresas públicas, é muito pouco claro, para não se dizer escuro, que entre a oferta e a procura a diferença de números seja tão escassa, como aconteceu no caso da Aliança Seguradora e que as cotações sejam comparadas às cotações da Bolsa que, como se sabe, está em crise.

O que está a passar-se no Banco Totta & Açores, o que ocorreu no Diário de Notícias, o que acontece agora com a Companhia de Seguros Bonança, só por si mostra que estamos perante casos muito nebulosos, que não dão saúde à democracia nem ao regime democrático.

No caso da seguradora Bonança é significativo que os candidatos ao lote indivisível de 25% admitam que este é um objectivo intermédio, que o objectivo final é a União de Bancos Portugueses (UBP). Por sua vez, não deixa de ser pelo menos estranho, a confirmar-se, que a UBP tenha aberto linhas de crédito para os «trabalhadores» do próprio banco, da Bonança e da Tabaqueira, passando a zero os juros relativos a empréstimos a mais de um ano da ordem dos 900 mil contos, desde que nessa altura os detentores das acções as vendam à UBP...

Mais significativa é ainda a afirmação atribuída ao Secretário de Estado Elias da Costa de que a aquisição da Bonança pelo Banco Comercial de Macau (BCM) obrigaria a reequacionar o grupo Bonança/UBP e as futuras privatizações...

A Comissão Política do PCP considera estarmos perante casos graves de falta de transparência, pelo que o seu Grupo Parlamentar irá requerer a comparência do Ministro das Finanças na próxima reunião da Comissão Permanente, tendo em vista uma futura diligência junto da Procuradoria Geral da República e da Alta Autoridade Contra a Corrupção.

3. A Comissão Política do PCP condena a assinatura por parte de Portugal dos acordos de Shengen à margem da Assembleia da República, acordos que já mereceram do Parlamento Europeu uma severa crítica por se tratarem de convenções bilaterais. Além da questão institucional, importa sublinhar que a escolha do método surge como uma decorrência do conteúdo discriminatório e repressivo - colaboração de polícias e não só - que se pretendem atribuir aos acordos. Por força deles, os cidadãos originários de países terceiros passam a ser alvo de severas medidas restritivas no que concerne ao acesso ao direito de residência e de trabalho e ao direito de asilo, em termos tais que já justificaram a manifestação pública de apreensão por parte do Alto Comissário da ONU para os refugiados.

A Comissão Política do PCP exige a salvaguarda das regras democráticas e humanitárias respeitantes ao direito de asilo e a informação governamental com vista a um eficaz controlo parlamentar das políticas de emigração e de asilo.

4. O anúncio de que foi estabelecido no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) um compromisso entre o Governo, o patronato e a UGT para fazer baixar para 12,5% o referencial para os salários na contratação colectiva, prenuncia uma nova ofensiva para conter o crescimento salarial e prosseguir a política que acentua o desequilíbrio na distribuição do rendimento nacional a favor do capital.

O referencial estabelecido entre o Governo, o patronato e a UGT, baseado na pretensa desaceleração da inflação que os valores de Maio desmentem, visa conter as reivindicações salariais de importantes sectores (bancários, têxteis, calçado, transportes, etc.) cujos contratos entram agora na fase de negociação colectiva e garantir ao grande capital nacional e estrangeiro a continuação da existência de uma mão-de-obra barata.

Nas últimas semanas tiveram lugar importantes acções de massas dos trabalhadores da Administração Central e Local.

A greve nacional da Função Pública no passado dia 19 abrangeu variados Ministérios e teve uma muito elevada adesão. O mesmo aconteceu com as lutas da Carris, da CP, dos STCP, empresas de hotelaria, da Siderurgia Nacional e outras empresas metalúrgicas, do sector têxtil, e também médicos e enfermeiros, acções que, pelos elevados níveis de adesão confirmam existir um profundo descontentamento dos trabalhadores para com a política do Governo PSD/Cavaco Silva.

O PCP considera que esta política, a não ser rectificada, é susceptível de agravar ainda mais a situação social.

Desmentindo a existência de paz e estabilidade social tão apregoada pelo Governo, novas acções de luta terão lugar nos próximos dias. Os trabalhadores exigem a satisfação das suas justas aspirações.

A Comissão Política saúda os trabalhadores em luta e apela ao reforço da sua unidade e intensificação da acção, certa de que será o caminho mais seguro para derrotar a política anti-social do Governo PSD/Cavaco Silva.

5. A demissão do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Albino Aroso, veio sublinhar o profundo mal-estar e o insucesso da política do Governo na área da saúde.

O fracasso do plano para as urgências da área de Lisboa, que havia já sido previsto e denunciado pelo PCP em Outubro de 90, agravou ainda mais a situação.

As declarações do Secretário de Estado da Administração da Saúde sobre os «grandes investimentos do PIDDAC até 1995» constituem uma forma de desviar as atenções dos gigantes buracos do orçamento do Ministério. Estas declarações não merecem qualquer credibilidade porquanto tem sido uma prática constante do Governo o arrastamento dos investimentos programados (nos últimos quatro anos o Governo investiu apenas cerca de 30 milhões de contos), os hospitais estão em ruptura e neste momento o pagamento a entidades privadas de medicamentos e convenções «disparou» de tal forma que põe em causa a viabilidade de qualquer gestão.

A Comissão Política, ao mesmo tempo que denuncia a gravidade da situação a que a política do Governo conduziu o sector da saúde, que as inaugurações e a demagogia eleicoeiras não conseguem disfarçar, sublinha a importância e a urgência de ser implementada uma política de saúde, adequada e coerente, que vá ao encontro das necessidades e aspirações dos portugueses.

6. É com crescente preocupação que o PCP está a acompanhar a situação dos Laboratórios de Investigação do Estado, a quem estão atribuídas responsabilidades muito importantes ao nível da I & DE (Investigação e Desenvolvimento Experimental) e do apoio às actividades económicas nacionais.

O Governo vem praticando uma política de asfixia financeira que conduz à degradação dos Laboratórios, não está a assegurar sequer os meios indispensáveis para o pagamento dos vencimentos dos investigadores e de outros trabalhadores e das despesas de funcionamento corrente das várias unidades, e procura ao mesmo tempo pressionar alterações de sentido privatizador que afastam estes organismos dos seus objectivos estatutários e que inclusive põem em causa o seu futuro como instituições de serviço público.

Para a Comissão Política do PCP, o desenvolvimento da economia, a qualidade de vida dos portugueses, a independência nacional num contexto de relações internacionais cada vez mais extensas e aprofundadas, exigem Laboratórios de Investigação do Estado fortes, dinâmicos, actuantes, virados para as necessidades do País. Impõem-se, nesse sentido, medidas de reforço a nível financeiro e de pessoal, a simplificação das regras administrativas que tolhem a actividade destes organismos, uma política de valorização de quadros e de estímulo à produtividade, e uma política científica e tecnológica que coordene equilibradamente os objectivos a curto e médio prazo, a investigação fundamental, a investigação aplicada, o desenvolvimento e demonstração.

7. A Comissão Política considerou diversas questões relacionadas com a preparação das legislativas de Outubro.

A crescente actividade pré-eleitoral da CDU e do PCP, com múltiplas iniciativas do Norte ao Sul do País e nas regiões Autónomas, é um aspecto cuja importância e significado se impõe, naturalmente, sublinhar.

Destaque para os actos públicos de apresentação dos candidatos da CDU pelos círculos de Lisboa e de Setúbal, acontecimentos que a RTP lamentavelmente silenciou, para o Encontro da Juventude CDU, para a continuação do ciclo de colóquios inserido na preparação do Programa Eleitoral do PCP com a discussão dos temas «Comunicação e Democracia» e «Cibernética e a Inteligência Artificial» e para a realização do Seminário do PCP sobre a «A Justiça em Portugal hoje».

Referência, também, para o valioso conjunto de nomes de destacadas personalidades independentes que têm vindo a manifestar publicamente o seu apoio à Coligação Democrática Unitária.

A Comissão Política apreciou a preparação do Programa Eleitoral do PCP, cuja elaboração se encontra já na fase terminal, tendo decidido que após a sua discussão e aprovação pelo Comité Central, ele seja tornado público no dia 20 de Julho próximo.